

MARIO PEDROSA E O BRASIL



José Castilho Marques Neto (Organizador)
Antonio Candido – Aracy Amaral
Dainis Karepovs – Iná Camargo Costa
Isabel Loureiro – João Machado
Lélia Abramo – Luciano Martins
Luiz Inácio Lula da Silva – Marco Aurélio Garcia
Otilia Arantes – Paul Singer – Sônia Salzstein



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

A biografia de Mario Pedrosa traz a marca de seu tempo. Principalmente a capacidade de enfrentar desafios, de transpor barreiras aparentemente intransponíveis, de apontar sempre novos caminhos. Visceralmente comprometido com o novo, enfrentou inúmeras adversidades para defender suas idéias, desde os primeiros anos de militância política.

Íntegro, estendeu suas convicções à arte, campo em que também foi pioneiro como crítico e pesquisador, engajando-se com visão inovadora, paixão e lucidez na defesa da arte e de seus criadores, atividade que lhe rendeu respeito intelectual e grande prestígio internacional.

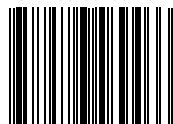
A tentativa de capturar todos esses Mários, que na verdade é apenas um, é o objetivo deste livro que a Editora da Fundação Perseu Abramo traz a público.

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ISBN 85-86469-46-7



9 788586 469466

Mario Pedrosa e o Brasil – fruto de seminário homônimo promovido pela Fundação Perseu Abramo e pelo Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem-Unesp) – é um mergulho no pensamento e na atividade militante do político e do crítico de arte Mario Pedrosa, cujo centenário de nascimento foi comemorado em 2000.

Justa homenagem àquele que é considerado um dos maiores críticos de arte e um exemplo de intelectual engajado nas lutas populares, o conjunto de textos que formam este volume busca refletir sobre a contribuição de Pedrosa, examinando-a à luz das preocupações e perplexidades do presente. Tratando-se de Mario Pedrosa, nem poderia ser diferente. Sua irrequieta e despojada personalidade certamente não aceitaria apenas homenagens acrílicas.

Formado pela elite humanista da Capital da República nas três primeiras décadas do século XX, frequentando o Colégio Pedro II e a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, Mario Pedrosa inicia sua vida política e intelectual enfrentando com singularidade o turbilhão de crises políticas, econômicas e sociais que sacudiram o pensamento e a militância das esquerdas nos anos 20 e 30.

Pode-se afirmar que essa singularidade o acompanhou durante toda a sua existência, nunca deixando de ser um intelectual que levava à radicalidade o pensamento independente e a crítica. Como militante político, tornou-se, em vários momentos da vida brasileira, símbolo da resistência e do novo, tanto ao abrir caminho para o pensamento trotskista, contrário ao Partido Comunista Brasileiro nos anos 30, como ao assinar a ficha número 1 do Partido dos Trabalhadores em 1980.

Consagrado como um dos mais importantes críticos de arte do país e com intensa atividade internacional nesta área, Mário Pedrosa é um dos poucos brasileiros que se destacaram na arte e na política, sendo uma referência preciosa para os pesquisadores e estudiosos da vida nacional.

Estudar e refletir sobre esta marcante personalidade é um fator de enriquecimento do debate político e intelectual dos difíceis momentos que estamos vivendo como nação. Este é o propósito último desta homenagem.

**Leia também da coleção
Pensamento Radical:**

• *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil* •
Antonio Candido (org.)

• *Celso Furtado e o Brasil* •
Maria da Conceição da Tavares (org.)

Mario Pedrosa
e o Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mill, John Stuart, 1806-1873.

Capítulos sobre o socialismo / John Stuart Mill ; tradução Paulo Cezar Castanheira. – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. – (Coleção Clássicos do pensamento radical)

Título original: Principles of political economy : and, chapters on socialism

ISBN 85-86469-45-9

1. Socialismo I. Título. II. Série.

01-0544

CDD-320.531

Índices para catálogo sistemático:

1. Socialismo : Ciência política 320.531

José Castilho Marques Neto (Organizador)
Antonio Candido – Aracy Amaral – Dainis Karepovs
Iná Camargo Costa – Isabel Loureiro – João Machado
Lélia Abramo – Luciano Martins – Luiz Inácio Lula da Silva
Marco Aurélio Garcia – Otilia Arantes
Paul Singer – Sônia Salzstein

Mario Pedrosa e o Brasil



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Flamarion Maués

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Candice Baptista Quinelato

Editoração eletrônica

Augusto Gomes

Ilustração da capa

Mário Pizzignacco

Impressão

Gráfica Vida e Consciência

1ª edição: maio de 2001

Tiragem: 2 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2001 by Editora Fundação Perseu Abramo

ISBN 85-86469-46-7

Perda

A
Mário Pedrosa

Foi no dia seguinte. Na janela pensei:
Mário não existe mais.
Com seu sorriso o olhar afetuoso a utopia
 entranhada na carne
 enterraram-no
e com suas brancas mãos de jovem de 82 anos.

Penso – e vejo
 acima dos edifícios mais ou menos à
 altura do Leme
uma gaivota que voa na manhã radiante
e lembro um verso de Bürett: “no acrobático
 milagre do verão”.

E Mário?
A gaivota voa
fora da morte:
 e dizer que voa é pouco:
 ela faz o verão
 com asa e brisa
 o realiza
 num mundo onde ele já não está
 para sempre

E penso: quantas manhãs virão ainda na história da Terra?
É perda demais para um simples homem.

(Ferreira Gullar, *Toda Poesia*)



Mario Pedrosa (julho de 1952)

Sumário

Apresentação

José Castilho Marques Neto, 9

PERFIS DE MARIO PEDROSA

Um socialista singular

Antonio Candido, 13

Uma chama revolucionária

Lélia Abramo, 19

Mario Pedrosa e o Partido dos Trabalhadores

Luiz Inácio Lula da Silva, 23

A utopia como modo de vida

(Fragmentos de lembrança de Mario Pedrosa)

Luciano Martins, 29

CRÍTICA, ARTE E EDUCAÇÃO

Mario Pedrosa e a tradição crítica

Otília Beatriz Fiori Arantes, 41

Mario Pedrosa: um homem sem preço

Aracy Amaral, 51

A educação pela arte segundo Mario Pedrosa

Iná Camargo Costa, 57

Mario Pedrosa: crítico de arte

Sônia Salzstein, 69

POLÍTICA E HISTÓRIA

O jovem intelectual e os
primeiros anos de militância socialista
José Castilho Marques Neto, 83

Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)
Dainis Karepovs, 99

Mário Pedrosa e o socialismo democrático
Isabel Loureiro, 131

ATUALIDADE MARIO PEDROSA

Mario Pedrosa e o *Vanguarda Socialista*
Paul Singer, 143

Mario Pedrosa: pensador socialista
Marco Aurélio Garcia, 151

A coragem de começar de novo
João Machado, 161

ANEXOS

Carta aberta a um líder operário, 169

O futuro do povo, 173

Sindicato ou partido, 177

O PT e o Estado, 180

Carta de resposta à revista *Veja*, 185

Obras de Mario Pedrosa, 187

Programa do Seminário, 189

Caderno fotos

Dainis Karepovs, 193

Apresentação

O livro que apresentamos é resultado de algumas contribuições ao Seminário *Mario Pedrosa e o Brasil – 100 Anos de Arte e Política*, organizado pela Fundação Perseu Abramo e pelo Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP), por ocasião das comemorações dos 100 anos do nosso maior crítico de arte.

Mario Pedrosa nasceu na virada do século, em 25 de abril de 1900, período caracterizado pelo escritor e revolucionário russo Victor Serge em suas memórias como

“a fronteira de dois mundos: o que findava e o que despontava. Destruíu-se a noção estável da matéria; a guerra veio abolir a noção de estabilidade do mundo. A relatividade abria novas concepções desconcertantes – de tempo e de espaço”.

Já tive a oportunidade de afirmar, em outras ocasiões, que a biografia de Pedrosa traz a marca de seu tempo. Principalmente a capacidade de enfrentar desafios, de transpor barreiras aparentemente intransponíveis, de apontar sempre novos caminhos. Visceralmente compromissado com o novo, enfrentou inúmeras adversidades para defender suas idéias, desde os primeiros anos de militância socialista, quando se colocou contra a corrente da poderosa Internacional Comunista dos anos 20 e 30, até seus últimos anos de vida, engajado na luta pelo Partido dos Trabalhadores, em um momento em que este último era apenas um sonho.

A propósito, tive naquele período uma experiência inesquecível com Pedrosa, que me revelou muito de sua argúcia intelectual e de seu destemor. Jovem militante trotskista, engajado na luta contra a ditadura militar, eu fazia parte de uma organização que resistia ao surgimento do PT. Na primeira vez que encontrei Mario Pedrosa, por motivos profissionais, ele perguntou-me se eu já fazia parte do movimento pelo partido, dissertando com simplicidade, mas com muita convicção, sobre a necessidade de um partido que representasse verdadeiramente os operários, os trabalhadores do campo e os excluídos, luta histórica de sua vida. No velho estilo, desfilei meus argumentos contrários, todos permeados por um raciocínio esquemático que, no limite, temia o que poderia vir a ser este novo partido. Ele ouviu-me com paciência e retrucou, mais ou menos com essas palavras: “Interessante a posição de sua organização. Os trotskistas lutaram a vida toda por um partido operário e, quando ele surge, vocês não entram”. Percebi nesta resposta um homem que não se impunha barreiras intelectuais e tinha a coragem para experimentá-las, o que constatei ser uma convicção de vida, anos mais tarde, ao pesquisar suas cartas de juventude ao amigo Lívio Barreto Xavier. Em 1925 escreveu, criticando os raciocínios esquemáticos do PCB: “a limitação intelectual, eis onde não posso chegar”.

Íntegro, estendeu suas convicções à arte, campo em que também foi pioneiro como crítico e pesquisador, engajando-se com visão inovadora, paixão e lucidez na defesa da arte e de seus criadores, atividade que lhe rendeu respeito intelectual e grande prestígio internacional. Tal como na militância política, foi também neste campo um internacionalista, polemizando, abrindo perspectivas, divulgando novos artistas e tendências.

A tentativa de capturar todos esses Marios, que na verdade é apenas um, foi o objetivo deste seminário que a Editora da Fundação Perseu Abramo traz à público. Como ainda não existe nenhum estudo que abranja o conjunto da obra e da vida de Pedrosa, na qual arte e política são uma unidade, traçamos um roteiro para o livro constituído de depoimentos de pessoas que privaram de sua companhia, seguido por estudos sobre sua crítica de arte e sobre sua vida política, concluindo pela reflexão sobre a atualidade das idéias de Mario Pedrosa neste início de século.

Na primeira parte os depoimentos procuram retratar fases diferentes de sua longa vida, destacando sua participação política. São ex-

tremamente elucidadores e de grande sensibilidade os testemunhos de Lélia Abramo, Antonio Candido, Luciano Martins e Luiz Inácio Lula da Silva, abrangendo um período de 50 anos, desde os anos 30 até anos 80.

A segunda parte trata de refletir sobre a crítica de arte e um aspecto pouco estudado na obra de Pedrosa, a educação pela arte. Contribuem Otília Arantes, Aracy Amaral, Sônia Salzstein e Iná Camargo Costa, em instigantes reflexões que analisam a contribuição permanente de Mario Pedrosa, demonstrando a atualidade de suas posições enquanto crítico.

A militância política e a história de Pedrosa junto aos partidos de esquerda no Brasil são analisados na terceira parte, que reflete sobre três momentos fundamentais para entender o percurso político de nosso homenageado – a origem de sua militância, sua ligação com a IV Internacional (trotskista) e suas convicções sobre o socialismo democrático. Escrevem José Castilho Marques Neto, Dainis Karepovs e Isabel Maria Loureiro.

A quarta parte reuniu três intelectuais que, também militantes do Partido dos Trabalhadores, buscam a atualidade das idéias desenvolvidas por Pedrosa durante sua intensa vida política. Os textos são de Paul Singer, Marco Aurélio Garcia e João Machado.

O livro se completa, como não poderia deixar de ser, com o próprio Mario Pedrosa. Um rico caderno iconográfico, organizado por Dainis Karepovs, precedido por textos de grande significado político para os últimos anos de militância de Pedrosa, todos eles engajados na construção do PT, publicados no *Jornal da República*.

Mario Pedrosa nos deixou há 20 anos e este livro, nascido também no início de um novo século, procura resgatar, ainda que parcialmente, sua “presença forte”, para utilizarmos a expressão que o professor Antonio Candido registra no início de seu depoimento. Recordar e refletir sobre a vida de Pedrosa é, sem dúvida, uma lição para nossas próprias vidas e um convite para usufruirmos de sua audácia e coragem. Num mundo que novamente volta a findar e a despontar, pleno de desafios e de novas e inimagináveis possibilidades, Mario Pedrosa é, sem dúvida, uma grande companhia.

São Paulo, abril de 2001

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO

Um socialista singular

Antonio Candido

Ex-professor de teoria literária e literatura comparada na
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

É freqüente a expressão “presença forte” para indicar a força da personalidade de alguém. Eu diria que, para mim e alguns outros, Mário Pedrosa foi a princípio uma ausência forte, no fim da década de 1930 e no começo da de 1940, quando estava exilado e era meio lendário. Eu me familiarizei indiretamente com ele por meio de Lívio Xavier, com quem convivi muito naquele tempo e depois. Ambos nasceram no mesmo ano, 1900, estudaram juntos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, ingressaram juntos no Partido Comunista em meados da década de 1920, juntos aderiram por volta de 1930 à oposição trotskista. Certa vez Lívio mostrou, para meu encanto de neófito no universo do socialismo, uma revista em francês dessa corrente, em que havia um artigo de ambos sobre a situação política do Brasil – Lívio com o pseudônimo de L. Lion, Mário com o de C. Camboa. Entre os dois havia uma dessas amizades raras, que duram sem nuvens a vida inteira, feitas de carinho, compreensão, admiração, afinamento completo e alegre

convívio – como foram a de Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, ou a de Décio de Almeida Prado e Paulo Emilio Salles Gomes.

Registro entre parênteses uma coincidência: eu era menino e estava passando uns tempos em Berlim com minha família, no ano de 1929, quando Sérgio Buarque de Holanda morava lá e quando por lá esteve Mario Pedrosa, a caminho da União Soviética para um curso de formação política – mas é claro que não os conheci àquela altura. Mario contava que se salvou de uma provável Sibéria, ou coisa pior, graças a certa doença prosaica que o acometeu na etapa berlinense e impediu o prosseguimento da viagem. Isso lhe deu a oportunidade de se informar melhor sobre a dissidência de Trotski, com a qual simpatizou imediatamente e à qual teria aderido em Moscou, se não tivesse ficado na Alemanha.

Só o conheci pessoalmente quando voltou do exílio em 1945. Ele veio a São Paulo e eu o visitei no quarto do Hotel Esplanada, onde estava de cama, cozinhando uma gripe. Fiquei encantado com a sua inteligência versátil e exuberante, mas não lembro do que falamos. Lembro apenas que se referiu a Lukács, que estava começando a ser lido aqui, pronunciando “Lükátch”, o que me pareceu altamente refinado...

Naquele mesmo ano, fundou no Rio o jornal *Vanguarda Socialista* e começou a difundir uma nova orientação, anti-stalinista, não mais trotskista, com destaque para a democracia e a valorização das posições de Rosa Luxemburgo, cuja obra contribuiu para difundir entre nós e de quem publicou em opúsculos *Reforma ou revolução* e *A Revolução Russa*, não lembro se ambos ou apenas um deles. Essas posições correspondiam às do meu grupo, liderado por Paulo Emilio Salles Gomes, e foram um fator de aproximação entre nós.

Em torno de Mario se juntaram no Rio principalmente antigos trotskistas ou simpatizantes, inclusive seu concunhado Nelson Veloso Borges, industrial abastado que escrevia no *Vanguarda Socialista* artigos com pseudônimo, sobretudo sobre a questão agrária, e era provavelmente o principal apoio financeiro do jornal. O *Vanguarda Socialista* estabeleceu um nível elevado no debate político da esquerda brasileira e contribuiu para aclarar as idéias dos que procuravam se orientar fora dos caminhos mais batidos. Sobre ele já foram produzidas teses universitárias, das quais conheço a de Gina Gomes Machado, muito boa.

Quando se fundou a Esquerda Democrática, em agosto de 1945, entraram para ela grupos e pessoas de vários matizes, desde liberais socializantes e antigos tenentistas até ex-trotskistas, não faltando simpatizantes do stalinismo, além de socialistas independentes, como o meu grupo. A certa altura, os integrantes do *Vanguarda Socialista* quiseram também incorporar-se. Nós, de São Paulo, manifestamos pleno acordo, mas houve resistências no Rio, onde a influência stalinista era acentuada. Apesar das reservas, eles acabaram não apenas entrando, como o seu jornal se tornou órgão da seção carioca, que não tinha conseguido ter um periódico, ao contrário de São Paulo, onde fundamos e mantivemos a *Folha Socialista*. Pouco depois, em 1947, a Esquerda Democrática passou a denominar-se Partido Socialista Brasileiro, por cessão dos socialistas remanescentes pelos quais fora fundado em 1933.

Lembro bem da atmosfera de desconfiança que a princípio, nas reuniões do Rio, envolvia Mario Pedrosa e o seu grupo, e também de momentos mais ou menos tensos, nos quais o exaltado professor Edgardo de Castro Rebelo, meio simpático ao Partido Comunista, nos irritava com o seu tom agressivo, de quem parecia estar sempre querendo brigar. Ele era um intelectual de grande valor, um dos raros professores socialistas na Faculdade de Direito do Rio, como também eram Joaquim Pimenta e Hermes Lima, o que valeu aos três cassação e prisão em 1935, quando foi perseguida e proscrita a Aliança Nacional Libertadora. Mario o admirava e tinha sofrido a sua influência quando foi seu aluno, por isso continha a irritação e apenas resmungava, deixando explodir os comentários negativos depois da reunião, na mesa do bar. Era interessante ver como esse homem ardoroso e combativo se continha por respeito ao antigo professor...

Naqueles anos 40 Mario Pedrosa trouxe indiretamente para a esquerda brasileira uma contribuição civilizadora de grande alcance por meio da sua crítica inovadora das artes. Estávamos então impregnados por concepções de cunho, digamos, pragmático, favorecidas pela leitura pouco flexível que se fazia do marxismo. Para essas concepções, as obras de arte e de literatura deveriam ser necessariamente interpretadas e avaliadas segundo a sua dimensão social e, não raro, segundo o seu significado político potencial. Em consequência, a crítica tendia a concentrar-se no conteúdo e a negligenciar as questões de forma, inclusive a fatura. Ora, ele surpreendeu um pouco ao valorizar a arte abstrata e os

problemas de percepção da forma, não hesitando em recorrer à psicologia gestáltica na tese com que concorreu a uma cadeira na Escola Nacional de Belas Artes.

A este propósito lembro a posição paralela, desde 1941, de Paulo Emilio Salles Gomes, que praticou no Brasil um tipo de crítica cinematográfica igualmente voltada para a estrutura e a técnica dos filmes, sem subordinar-se à análise ideológica dos conteúdos. Digo isso também para assinalar que a sua personalidade apresentava afinidades com a de Mario Pedrosa, com quem tinha em comum a exuberância, a liberdade intelectual, o desprezo pelas idéias feitas e a disposição para criar o escândalo sempre que fosse necessário. Quem me chamou a atenção para essa semelhança foi Lívio Xavier.

Mais ou menos em 1954 eu me afastei da militância, embora continuasse membro do Partido Socialista. E, como tempos depois fui morar no interior, perdi contato com Mario Pedrosa, e creio que só nos vimos novamente quando voltei para São Paulo em 1961. Ele era então secretário do Conselho Nacional de Cultura, criado pelo governo Jânio Quadros. Notificado de que me haviam nomeado membro, recusei, pois não queria colaborar com o governo de Jânio, que tínhamos apoiado para prefeito de São Paulo em 1953, mas de quem nos separamos a seguir, salvo um grupo que saiu do Partido, gente como o nosso presidente Alípio Correia Neto, Aristides Lobo, Francisco Giraldes Filho, Caetano Álvares e outros. Mario, que provavelmente indicara o meu nome, não se conformou e veio a São Paulo me pedir para reconsiderar, o que fiz em atenção a ele. Creio que àquela altura ele estava confiando demais nos liberais, como aconteceu com diversos setores da esquerda como reação contra a ditadura stalinista. Devido ao Conselho, convivemos nas reuniões mensais, no Rio, mas por pouco tempo, pois logo aconteceu a renúncia de Jânio e, com ela, o nosso afastamento. Perdemos contato de novo e creio eu não o vi mais até a sua volta do segundo exílio, em 1977.

Dali por diante nos encontramos ocasionalmente em casa de amigos comuns, até que em 1979 ele me procurou mais de uma vez para falar do partido que os metalúrgicos do ABC estavam formando e para o qual queriam que eu entrasse. Tivemos conversas longas, uma delas partilhada por Plínio Mello, e estivemos juntos em sessões preparatórias no Sindicato dos Jornalistas. Eu resisti um pouco, pois tinha a

intenção de nunca mais ser membro de organizações partidárias, devido às minhas lacunas como militante. Mas Mario insistiu e eu compreendi a sua insistência, pois o projeto era feito para nos interessar por mais de uma razão. Por exemplo: era a primeira vez que no Brasil os próprios operários assumiam esse tipo de iniciativa, com um senso de autonomia que os fazia desconfiar da adesão eventual de intelectuais e estudantes, atitude que Mario levou-os a modificar, e essa foi uma das suas grandes contribuições. Além disso, o projeto correspondia ao que tínhamos querido fazer no passado e só conseguíamos em escala muito limitada, quase simbólica, isto é, um partido decididamente de esquerda, com base operária, afastado das disputas do socialismo tradicional e procurando estabelecer critérios adequados à nossa realidade. A este respeito Mário chegava ao paradoxo de proscrever as preocupações teóricas, em nome do que chamou de “empirismo salutar”. É o que podemos ver em artigos importantes que publicou no *Jornal da República*, nos quais, às vésperas da fundação do Partido dos Trabalhadores, demonstrou o significado deste à luz do percurso histórico do Brasil, como organização política capacitada para transformar a sociedade a partir da classe operária. Esses artigos tiveram um papel importante na configuração e no encaminhamento do PT.

A minha adesão a este deve portanto muito à intervenção de Mario, mas a ela devo acrescentar uma recomendação comovedora de Febus Gikovate às vésperas de sua morte, num quarto do Hospital da Santa Casa, onde me disse com profunda convicção que eu deveria aderir ao novo partido, fazendo as mesmas observações de Mario Pedrosa e dizendo que ele próprio entraria se não estivesse perto do fim. Essas duas pressões de companheiros do antigo Partido Socialista foram fundamentais para a decisão que me levou à reunião fundadora do Colégio Sion em 10 de fevereiro de 1980. Nela, vi as aclamações de que foi objeto Mario, ao lado de outras figuras tutelares, como Lélia Abramo, Sérgio Buarque de Holanda, Apolonio de Carvalho, Manoel da Conceição. Talvez tenha sido a última vez que o vi, e creio que são estas as principais recordações que tenho dele.

Uma chama revolucionária

Lélia Abramo

Atriz com atuação em teatro, cinema e TV. Foi presidente do Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões de São Paulo em 1978-80

Agradeço o convite da Fundação Perseu Abramo e da Universidade Estadual Paulista por ter me dado a honra de participar desse debate. Vou falar apenas como uma ex-militante trotskista, que na década de 1930 participou de inúmeras lutas e batalhas de rua e que teve a honra e a felicidade de conhecer e de conviver muito freqüentemente com Mario Pedrosa.

Mario Pedrosa, para nós, não era só um líder; era, é e continua a ser um grande homem. Havia em Mario Pedrosa uma chama tão forte de convicção revolucionária que nada o abalava. Desde 1926 Mario era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, do qual só se afastou depois da expulsão de Trotski. Ele saiu do Brasil em 7 de outubro de 1927 e foi para Berlim, com o propósito de depois seguir viagem para a Rússia, onde iria freqüentar a Escola Leninista, cujo objetivo era a formação de líderes para os partidos comunistas de todo o mundo. Na Alemanha, Mario adoeceu e teve que adiar sua viagem; enquanto convalescia, teve

contato com integrantes da Oposição de Esquerda da França e da Alemanha, que tinham uma posição crítica em relação aos caminhos que vinham sendo trilhados pelos dirigentes soviéticos. Isso fez com que Mario, que havia aderido às posições de Trotski – já afastado por Stalin do PC soviético – reconsiderasse sua intenção de viajar para Moscou. Mas a vontade combativa de Mario Pedrosa, a flama que o iluminava e que o arrastava à luta constante e cotidiana contra a sociedade burguesa capitalista, viveu nele sempre, até a última hora de sua vida. Ele era uma pessoa de grande beleza, de grande inteligência, de grande cultura e, sobretudo, de uma simplicidade e de uma hombridade raras.

Ele tinha um magnetismo e um carisma, além da inteligência, da combatividade, que prendiam a todos. Quando conheci Mario Pedrosa, eu era apenas uma jovem de esquerda – tinha me tornado de esquerda por causa da minha família: meu pai era um humanista, mas meu avô era um anarquista militante, meu irmão Fúlvio sempre lutou na esquerda – era trotskista – e eu fui crescendo com posições de esquerda assim, instintivamente, naturalmente. Quando conheci a história de Trotski achei que ele era o ideal para conduzir o destino da Rússia. Quando Mario volta para o Brasil, em 1929, traz consigo uma vontade de luta, e a decisão de continuar militando contra o sistema capitalista. Aqui ele encontrou algumas pessoas que também já estavam em contato com as posições de Trotski e, então, junto com Fúlvio Abramo e com outros, fundou um grupo trotskista ao qual eu me filiei.

Nós, trotskistas, éramos muito poucos diante do Partido Comunista do Brasil (PCB), que tinha muitos milhares de sócios e de companheiros. Mas, sob a direção de Mario Pedrosa, esse punhado de corajosos militantes, do qual eu fazia parte, tornou-se muito combativo.

Eu militava no Sindicato dos Comerciantes. Nessa ocasião, meu pai, enganado por um sócio, perdeu todos os seus bens, ficamos muito pobres e eu precisei trabalhar. Arranjei emprego no escritório de uma empresa e fiz parte também da direção do Sindicato dos Comerciantes. Foi por meio da atividade sindical que comecei a me interessar pela luta social e pela política. Tinha apenas 22 anos quando fui chamada pelos comerciantes para fazer parte da diretoria do Sindicato.

Nós éramos da base do grupo trotskista e obedecíamos às ordens que nos davam. Hoje em dia a juventude não pode compreender o que acontecia naquela época; havia muita diferença, porque nós obedecíamos,

mas não obedecíamos como carneiros: nós éramos convencidos; éramos muito poucos, nossa convicção é que nos mantinha firmes na nossa luta.

Nosso grupo atuava no Sindicato dos Comerciários, no Sindicato dos Bancários e, sobretudo, no dos gráficos, no qual os trotskistas tinham uma certa penetração, e fazíamos uma agitação muito grande, dávamos muito trabalho para o Partido Comunista. Éramos atacados pelos dois lados, pelos burgueses e pelo PCB. O partido nos perseguia terrivelmente, segundo ele nós éramos traidores, vendidos, as piores coisas.

Mesmo Mario Pedrosa, que era uma estrela, um homem fantástico, era chamado de traidor, vendido, imaginem...

Mario sempre lutou com a postura de quem faz parte de uma tendência trotskista, mas, embora pertencesse a uma ala dissidente, permaneceu no Partido Comunista até a expulsão de Trotski. (Foi um dos fundadores da Liga Comunista Internacionalista (LCI) e do Partido Operário Leninista (POL) e atuou como representante das seções latino-americanas na conferência que deu origem à IV Internacional. Ele procurava influenciar amigos e companheiros, mas conseguia apenas cooptar alguns elementos, que optaram pela tendência trotskista.

Eu estive muitas vezes com Mario Pedrosa, porque ele nos dava aulas sobre marxismo e luta de classes, e estava sempre conosco. Havia de nossa parte uma certa sujeição, uma certa reverência. Hoje não existe mais essa relação entre os líderes e a base, que, naquela época, era muito forte. Hoje as relações são muito mais democráticas.

Continuamos lutando até 1935, quando houve a Intentona Comunista – o levante do Partido no Nordeste que é caracterizado pelos historiadores burgueses com esta palavra tão desagradável. Nessa ocasião, Getúlio Vargas, que detinha o poder desde 1930, aproveitou o pretexto da revolta comunista para perseguir todos os opositores do regime: intelectuais independentes, democratas, livres-pensadores e militantes de esquerda, que tiveram todas as suas organizações desbaratadas. Os que não puderam fugir foram presos, torturados, mortos.

Mario Pedrosa, até o fim da vida, foi uma pessoa que jamais desistiu da esperança de que o mundo mudasse. Ele não era um iludido. Lutava com convicção. Quando tudo parecia acabado, quando tudo parecia perdido, ele se dedicou à crítica, mas à crítica de arte; ele era um homem poliédrico, tinha várias qualidades: era um intelectual e, ao mesmo tempo, um grande militante. Mesmo nesse período, em que se

dedicou à crítica de arte, ele nunca deixou de ficar ligado às questões sociais e políticas. Jamais. Tanto é verdade que, quando surgiu o Partido dos Trabalhadores, a chama reviveu, e ele se aproximou – como nós, que éramos jovens quando nos aproximamos dele – do Lula e dessa perspectiva nova que estava aparecendo, e nasceu nele toda essa grande esperança. Ele foi o primeiro a assinar o manifesto de criação do PT, no Colégio Sion, em São Paulo.

Uma das coisas que atraíram o Mario Pedrosa para a aproximação com Lula e o PT é que pela primeira vez um partido operário começava de baixo, do proletariado. Seu principal líder, Lula, saía do centro, do coração dos operários. Isso foi algo que ele admirou e que o entusiasmou, por isso ele estimava muito o Lula, e fez tudo o que estava ao seu alcance para que o novo partido se viabilizasse.

Nossa glória é essa: Mario Pedrosa, até o último momento de sua vida, mesmo quando estava doente, nunca deixou de acreditar e sempre lutou com convicção e com inteligência, porque sempre soube fazer crítica e autocrítica. Por exemplo, houve um tempo em que até com Trotski ele teve um desentendimento e houve uma ruptura – foi quando Trotski, na discussão havida na IV Internacional, impôs a palavra de ordem de defesa incondicional da União Soviética, já que defender a URSS seria defender a própria revolução, posição que se acirrou com o pacto Hitler/Stalin. Nesse ponto Mario Pedrosa redigiu um documento em que fez restrições à linha de Trotski. Como consequência, Trotski reorganizou a Secretaria da IV Internacional e Mario Pedrosa foi excluído.

Para concluir, gostaria de dizer que Mario Pedrosa, além de ser um grande líder, um homem culto, inteligente e que jamais duvidou das suas idéias, soube desenvolver uma atuação crítica em relação aos desvios do partido, da Internacional Comunista, da Rússia, dos stalinistas. Ele sempre combateu, sempre lutou pelas idéias básicas do movimento revolucionário de 1917. Só no final ele se desligou do Partido Comunista, mas continuou acreditando que existia a possibilidade de luta e de vitória sobre as injustiças sociais.

Nunca duvidou de que chegaria o dia em que seriam banidas da história da sociedade a grande injustiça do capitalismo e todas as suas consequências.

Obrigada.

Mario Pedrosa e o Partido dos Trabalhadores

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores

Felicito a Fundação Perseu Abramo e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) pela iniciativa de promover este debate sobre uma figura tão importante na vida cultural brasileira como foi Mario Pedrosa, que muitas vezes enfrentou dificuldades para ser reconhecido como tal.

Não vou falar do crítico Mario Pedrosa, até porque os expositores poderão fazê-lo melhor do que eu; vou tentar falar da minha relação política com o companheiro Mario Pedrosa, que começou antes do Partido dos Trabalhadores (PT). Eu não o conhecia e, um belo dia, estou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, quando recebo uma carta, datada de 1º de agosto de 1978, do nosso querido Mario Pedrosa. Esta carta terminava assim:

“Cunha-se assim com a naturalidade das coisas elementares o partido que a consciência proletária de que você e seus companheiros estão imbuídos. Isso é penhor do futuro: fruto das tradições dos mestres nutrida

do sangue dos nossos heróis proletários. Sem a libertação do movimento trabalhista é inútil falar-se em liberdade, democracia ou socialismo”.

Essa carta, na verdade, foi o que permitiu que eu telefonasse ao Mario Pedrosa para dar-lhe um retorno, dizer que a recebera, e, então, marcar um primeiro encontro com ele.

Penso que Mario Pedrosa, e outros intelectuais, como Antonio Candido, que está presente aqui, Sérgio Buarque de Holanda, além de Lélia Abramo e outros companheiros, tiveram um papel extraordinário na criação do PT. E isto está presente até mesmo na atuação de militantes mais jovens do PT, que não viveram aquele período entre 1978 e 1981. Às vezes penso que o PT não teria sido criado se não tivéssemos um grupo de intelectuais que resolvesse, naquele instante, travar um debate político nacional.

O que aconteceu naquele momento? Estávamos numa luta contra o regime militar muito séria, que envolvia, entre tantas outras questões, a luta pela liberdade de organização partidária. Obviamente, os dois partidos que tinham hegemonia no cenário político nacional se opunham às nossas propostas. De repente, estávamos em comícios falando em liberdade de organização partidária e os partidos que nos convidavam para o palanque não queriam que falássemos sobre isso, porque o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) queria continuar MDB, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) queria continuar Arena. Ou seja, eles queriam liberdade desde que apenas os dois continuassem a existir.

Houve muitos debates sobre a questão da construção do PT – e de muitos deles o companheiro Mario Pedrosa participou ativamente. Havia muitos intelectuais atuantes na defesa da necessidade de criar um partido como o PT. Mas havia dificuldades, pois muitos outros intelectuais diziam que o país não comportava um partido assim, as condições objetivas não estavam criadas e que, portanto, era melhor participarmos da tendência popular do MDB. Afinal, onde já se viu imaginar um partido constituído do jeito que queríamos criar, de baixo para cima? E obviamente eu e outros companheiros do movimento sindical tínhamos menos argumentos para refutar essas afirmações dos intelectuais.

Eu havia cometido um pequeno deslize. Em 1978, eu e um grupo de companheiros sindicalistas fomos convencer o Fernando Henrique

Cardoso a ser candidato ao Senado na sublegenda do MDB. Tínhamos, de um lado, Cláudio Lembo, que era candidato pela Arena, e, de outro, Franco Montoro, do MDB. E já estávamos meio cansados do tal trabalho do Montoro, queríamos alguma coisa nova.

Logo em seguida, começamos o debate sobre o PT e Fernando Henrique Cardoso começou a falar da impossibilidade de organizar um partido assim. Foram argumentos como os de Mario Pedrosa que fizeram com que nos dotássemos de motivação para continuar acreditando que era possível criar o PT.

Há um texto do Mario Pedrosa, reproduzido no livro *Resoluções de Encontros e Congressos do PT*, que é extraordinário. Mostra exatamente a dimensão e a importância que ele dava à criação de um partido político. Ele dizia nesse texto que era preciso deixar a dupla militância na porta quando tivéssemos que entrar para criar o Partido dos Trabalhadores.

Depois disso, foram muitas as vezes em que nos encontramos. A última vez em que fui visitá-lo na sua casa no Rio de Janeiro ele já estava muito combatido pela doença. Mas posso dizer a vocês que ele teve um papel de fundamental importância na criação do nosso partido. Ele acreditava na classe operária possivelmente até mais do que nós, que fazíamos parte dela. Falava com uma convicção extraordinária, fazia críticas profundas aos grupos mais sectários dentro do PT, que queriam, às vezes, mais manipular a classe trabalhadora do que a ajudar.

Na carta a que me referi inicialmente, ele escreve com muito cuidado, porque disseram a ele que eu tinha uma certa ojeriza a intelectuais. O que eu tinha era ojeriza às pessoas que pensavam que nós não entendíamos nada, e que, portanto, a classe operária precisava de alguém que viesse de cima para ensinar o que ela tinha que fazer. E acho que essa era uma das novidades que o Mario Pedrosa reconheceu.

Um dia me ele disse: “Lula, diferentemente do PC, que pega quadros na intelectualidade, na universidade, e coloca dentro da fábrica, o PT é a primeira possibilidade de vocês tirarem os operários da fábrica e colocá-los como dirigentes políticos de um partido”.

A nossa foi uma relação de muita solidariedade. Na discussão sobre o Manifesto do PT, o Mario Pedrosa teve uma participação importante, assim como tantos outros. Teve um papel de fundamental

importância na criação do partido e na motivação das pessoas a serem militantes políticas.

Havia muitos companheiros já engajados em organizações de esquerda naquela ocasião, muitos trotskistas que se achavam um pouco donos do Mario Pedrosa e tentavam manipulá-lo. Mas, no fundo, a consciência política dele o fez enxergar, em agosto de 1978, algo que nós ainda não tínhamos visto: nós ainda não falávamos em partido político em agosto de 1978 e, na carta, o Mario Pedrosa já mencionava esse assunto.

Quero deixar como sugestão para a Fundação Perseu Abramo a publicação dos artigos que o companheiro Mario Pedrosa escrevia no *Jornal da República*, naquele período. Toda semana havia um belo artigo defendendo o PT. Para nós, que apanhávamos tanto, aquilo era um alento. Porque os companheiros do PC diziam: “Não, não vai criar partido dos trabalhadores porque já existe”. Mas existe onde? E os companheiros do PCdoB – e do MR-8 – falavam o mesmo. Não tínhamos a menor noção de por que eles eram contra a criação do partido, somente depois é que fomos nos dar conta de que eles não queriam porque achavam que o partido dos trabalhadores já existia, era o partido deles.

Mario Pedrosa, como uma figura ativa, muito viva, muitas vezes comprou essa briga por nós. Eu me lembro que uma vez, no Rio de Janeiro, o pessoal do MR-8 entrou num debate, em que eu estava, pedindo a palavra para falar contra o PT. E foi o companheiro Mario Pedrosa que respondeu: “Olha, isso aqui é um debate do partido. Como é que vocês querem falar contra? Vão falar em outro lugar. Isso aqui é uma reunião de quem quer criar o partido”.

Acho que a publicação desses artigos seria uma homenagem a ele e permitiria que a juventude soubesse que, antes de nós, Mario Pedrosa já pensava em criar um partido dos trabalhadores.

Dei tanta sorte que tive o prazer de me transformar numa figura pública com ele ainda vivo. E mais sorte ainda de ter nascido em Pernambuco, onde ele nasceu.

Era isso que eu queria dizer. Minha relação foi muito grande com ele, de muito carinho, de muito respeito. Eu diria a vocês que ele foi uma das pessoas que nos ajudaram a acreditar que era possível criar um partido. Está aí o partido. Não sei se o Mario Pedrosa está no céu, descansando, mas se houver outro mundo, como eu acredito que há –

isso me conforta muito, acreditar que há –, o Mario deve estar avaliando se criamos ou não o partido com o qual ele sonhava. Acho que há coisas em que somos melhores, há coisas em que somos piores. Mas se Lélia Abramo está até hoje no PT é porque o nosso é o partido que o Mario Pedrosa queria que fosse criado.

Obrigado.

A utopia como modo de vida

Fragmentos de lembrança de Mario Pedrosa

Luciano Martins

Sociólogo e embaixador do Brasil em Cuba

I

Mario Pedrosa não era apenas uma pessoa. Era também um fenômeno intelectual e quase uma instituição. Essas três dimensões nele se cruzavam para produzir um dos seres humanos mais ricos e interessantes de quantos tenho conhecido, e com o qual tive o privilégio de conviver, de forma próxima ou distante, durante quase três décadas.

Pedrosa foi um dos expoentes de uma geração de intelectuais que surgiu no Brasil nos anos 20 e cujos membros, embora seguindo diferentes caminhos, muitas vezes até opostos, aliavam a aventura do conhecimento a uma vontade de transformação do mundo que nada tinha de messiânica ou dogmática. Talvez o que melhor caracterizasse Mario Pedrosa fosse justamente sua paixão pelo novo e pelo movimento. A reinvenção na representação do mundo e, ao mesmo tempo, a mudança do mundo – a arte e a política – dele fizeram tanto um vigoroso

so pensador do moderno como um militante revolucionário. E as duas coisas nele se fundiam, ou às vezes se confundiam, para fazer da utopia um modo de vida. Talvez por isso mesmo o pensador sempre lúcido e perceptivo, quando voltado para o campo da arte, nele se alternava com um às vezes ingênuo voluntarismo no plano da ação política.

Mario veio de uma família de senhores de engenho do Nordeste, que transferiam para a administração pública (seu pai foi senador da República e ministro do Tribunal de Contas) a inserção que já não tinham como classe economicamente dominante. Mario foi mandado com 12 anos para a Europa para fazer seus estudos iniciais. Não sei que lembranças tinha disso, mas suspeito que essa foi sua primeira janela para o mundo. Ao voltar, faria o que todo jovem de sua classe e de sua geração fazia: entrou para a Faculdade de Direito – que deve ter enfrentado com o tédio de quem cumpria uma obrigação que nada tinha a ver com sua vocação intelectual latente. Mas na faculdade foi despertada sua atenção para o movimento da história e para as questões sociais, por influência do professor Castro Rebelo, contava ele.

Foi essa vocação intelectual que pela primeira vez se realizou através de seu encontro com o marxismo, aos 20 e poucos anos. Esse encontro o atirou na grande aventura do conhecimento do mundo e da militância política. Na verdade foi sempre mais além, porque o levaria às rupturas existenciais e às dramáticas revisões conceituais. Primeiro, a ruptura com a tradição social herdada ao entrar no Partido Comunista do Brasil em 1926; depois, a expulsão do PCB ao tomar o partido de Trotski; mais tarde, a ruptura com a própria proposta marxista, diante da evidência de sua transmutação em ideologia pelo stalinismo e sua contrafação no “socialismo real”.

Essa vocação para o inconformismo manifestou-se muito cedo. Estava na Alemanha, a caminho da União Soviética, onde fora mandado pelo PC para cursar a Escola do Partido, quando se deu a cisão trotskista, à qual logo aderiu. A identificação com a figura intelectualmente fascinante de Trotski muito provavelmente teve a ver com essa opção, que já anunciava um permanente recomeçar.

Mario talvez tenha sido um dos primeiros intelectuais no Brasil que procurou entender, ainda com o arsenal conceitual marxista, o fenômeno stalinista: as origens da burocracia soviética e as verdadeiras causas da “revolução traída”. Algo que muito mais tarde, já no final da

década de 1950, seria sistematizado por Castoriadis, Claude Lefort e Edgar Morin, por intermédio da revista *Socialisme ou Barbarie*, que chegava ao Brasil pelas mãos de Mario.

A ruptura com o PCB e o primeiro recomeçar teve sua práxis na fundação da Liga Trotskista do Brasil. Como era de hábito, essa militância se fazia sobretudo por intermédio das intermináveis discussões e análises, difundidas com a ajuda de heróicos mimeógrafos a álcool, quando não assumia, às vezes, a forma ingênua de entrar num quartel para distribuir um panfleto em que se pregava a formação de um soviete de soldados e operários. Entrava no quartel e já não saía. Não sei quantas prisões, creio que mais de dez, teve Mario Pedrosa do final dos anos 20 aos anos 30, nas quais era maltratado simultaneamente pela polícia e pelos militantes stalinistas do PC. E com as prisões iam também seus livros. (Uma vez, piscando o olho, disse-me de Alceu de Amoroso Lima: “Esse nunca soube o que é perder uma biblioteca”.) Mas a militância não se limitava apenas às discussões ou às formas ingênuas de ação. Mario articulou em São Paulo uma “frente única” das esquerdas para a luta contra os integralistas. A palavra de ordem era não deixar as ruas aos fascistas. Em outubro de 1934 aconteceu um confronto com os integralistas na Praça da Sé, onde houve tiroteio e Mario recebeu sua parte ao ser ferido.

Certa vez perguntei a Mary Houston, sua companheira de sempre, militante valente, tantas vezes também presa, anticlerical à moda antiga – no velório de Mario se afastaria discretamente ao aparecer um padre para benzer o caixão –, quantos eram, afinal, nessa época os trotskistas do Brasil liderados por Mario. Ela custou um pouco, e afinal respondeu: “Talvez uns 20”. Ao que Mario acrescentou rápido: “Mas tínhamos um operário”.

Essa fase de militância no Brasil foi interrompida pela repressão violenta que se iniciou após a aventura comunista de 1935 e com o advento do Estado Novo. Na iminência de ser processado pelo Tribunal de Segurança, Mario foge para a França e lá tem posição de relevo no secretariado provisório que se ocupa da criação da IV Internacional. Não eram fáceis as condições em que isso ocorria, em meio à ascensão do nazismo, o Pacto de Munique e a implacável perseguição stalinista aos dissidentes. Um de seus companheiros no Secretariado, por exemplo, um militante alemão, um belo dia desaparece, para ser encontrado

depois, esquarterado, no fundo do Sena: o braço longo da GPU (precursora do KGB) stalinista fazia seu trabalho.

Dada a iminência da Segunda Guerra, é decidido que o Secretariado da IV Internacional seja transferido para os Estados Unidos. Para lá segue Mario e, em Nova York, entra em contato com artistas e intelectuais da esquerda norte-americana, que mais tarde fundariam a revista *Dissent*. O estupor e a revolta que lhe causa o Pacto Molotov-Ribbentrop o levam a se insurgir contra um dos dogmas das esquerdas de então: o da “defesa incondicional” da União Soviética. Talvez por isso, em 1940, quando Trotski, do México, reorganiza o Secretariado da IV Internacional, Mario é dele excluído. Também Trotski, mesmo na fase que Isaac Deutscher denominou como a do “profeta proscrito”, não era de tolerar as “independências” de seus militantes.

Já muito antes disso, em paralelo, ou em contraponto, à militância política, e vivendo do jornalismo, como todo intelectual no Brasil dessa época, Mario se inicia na sua outra vertente, a da crítica de arte. Dotado de uma poderosa inteligência, sua influência no campo intelectual desde esse tempo seria bem mais duradoura do que foi no plano da política. Uma influência que se exercia, aliás, mais por meio da convivência no círculo de intelectuais que freqüentava ou de artigos de jornal, do que de uma obra escrita sistemática. E foi sempre assim. (Só a partir de 1979, dois anos antes de sua morte, é que Otlília Arantes viria a sistematizar e iniciar a publicação em quatro volumes de seus escritos sobre arte.) Mas essa influência, transmitida pela interlocução a várias gerações de intelectuais, foi poderosa. Essa sua segunda paixão, pela arte, certamente se fortalece em seu exílio europeu e norte-americano, em que a convivência com as vanguardas de então nos dois continentes provavelmente lhe abriu novos horizontes.

Dos Estados Unidos tenta, em 1941, voltar clandestinamente ao Brasil, através do Chile e da Argentina, em pleno Estado Novo. É descoberto e preso logo ao chegar. (Muitos e muitos anos depois, pesquisava no National Archives, de Washington, para minha tese de doutorado, quando dei com um documento que talvez explique essa prisão imediata ao chegar. Tendo arranjado um passaporte falso para fazer a viagem, Mario displicentemente – e isso era bem dele – desfez-se do verdadeiro num lugar qualquer. Um diligente cidadão norte-americano por acaso o recolheu e mui amavelmente o enviou pelo correio ao Consulado do

Brasil, que certamente comunicou o fato à polícia de Felinto Müller. Fichado como era no DOPS da época, e tantas vezes, não deve ter sido difícil à polícia brasileira imaginar quem estava para chegar). Seu pai, então ministro do Tribunal de Contas, católico devoto como o resto da família, intercedeu e obteve a libertação de sua ovelha negra, com a condição de Mario voltar de imediato para os Estados Unidos.

O assassinato de Trotski no México em 1940, o fortalecimento do stalinismo e a liquidação da IV Internacional levam Mario à revisão do marxismo, com o mesmo vigor intelectual que o havia levado à conversão a ele. Mas, ao mesmo tempo, cada vez mais se volta para a representação do mundo por meio da crítica de arte. Nessa época conhece Alexander Calder, de quem se torna amigo para o resto da vida. Muito embora, como se verá a seguir, nunca tenha abandonado a militância política.

Com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo, Mario volta ao Brasil. E pela mão de Niomar Moniz Sodré e de Paulo Bittencourt, a quem conhecera em Nova York, também expatriados, entra para o então prestigioso *Correio da Manhã*, no qual, além da crônica política, cria em seguida a coluna de crítica de arte.

Mas isso não bastava. Participa da criação da Esquerda Democrática – creio que também com Antonio Candido, pelo qual tinha o maior respeito –, movimento que iria gerar o (ou degenerar no) Partido Socialista Brasileiro (PSB). E funda um jornal de idéias, o *Vanguarda Socialista*, objeto de ataques furiosos do então influente e stalinista PC de Luís Carlos Prestes. O jornal durou até mais do que costumavam durar os jornais de esquerda independentes: algo menos de dois anos.

(Tudo isso se baseia, em parte, numa cronologia escrita por Mary Houston, e, em parte, no que me vem de memória por tradição oral, sendo possível, por isso, que me engane sobre a seqüência de episódios, nomes ou datas.)

II

Conheci pessoalmente Mario Pedrosa em meados dos anos 50. Em sua casa, em Ipanema, ele mantinha o que na tradição intelectual francesa se chamaria um *salon*. E é esse seu lado “instituição”. Por lá, impreteri-

velmente, todos os sábados à noite, passavam jovens intelectuais e artistas, suficientemente independentes para recusar ortodoxias, ou politicamente ignorantes e inquietos (como eu), na busca de marcos de referências para construir uma visão de mundo que a universidade era então incapaz de lhes dar. Foi estimulado por Mario, por exemplo, que estudei a Revolução Russa, que li Trotski, que entrei em contato com *Socialisme ou Barbarie* e que mergulhei nas obras seminais de Karl Mannheim e de Schumpeter.

Na casa de Mario e Mary se dava uma espécie de encontro de águas. O convívio entre os velhos amigos e companheiros de Mario, como Barreto Leite Filho e Lívio Xavier (com o racionalismo erudito do primeiro e o ceticismo mordaz do segundo muito aprendi), os artistas e intelectuais inovadores como Lygia Clark, Aluizio Carvão, Franz Weissman, Milton da Costa, Ivan Serpa, Helio Oiticica, Almir Mavignier, Abrão Palatinik, Ferreira Gullar, Lygia Pape, Carlinhos de Oliveira, Oliveira Bastos e, ainda, a figura flamejante de Helio Pellegrino e jornalistas de talento como Cláudio Abramo, Janio de Freitas e Newton Carlos, para citar apenas alguns que agora me ocorrem.

Nessas reuniões, animadas apenas por um ou dois cafezinhos, que Mary trazia de vez em quando, nas pausas de suas muito concretas e às vezes irreverentes intervenções (seu interesse real, nessa época, era no que estava escrevendo sobre o *Finnegans Wake* de Joyce, tarefa à qual se dedicou por mais de 15 anos, e que nunca foi publicada), se discutia de tudo. A situação internacional, a evolução do mundo comunista, as tendências do capitalismo, a revisão do marxismo, as expressões da arte no mundo e no Brasil, a política do cotidiano brasileiro e os rumos do país. Mario pontificava.

Mas é preciso qualificar essa palavra. Porque ele o fazia de forma muito especial: sem nunca impor nada, por meio do simples exercício de sua inteligência, com um ouvido atento ao que os outros diziam e com essa capacidade, rara em intelectuais, de nem sempre levar muito a sério o que eles próprios afirmavam, ou o que os outros diziam. Não havia qualquer empáfia ou pretensão de impor verdades. Muito ao contrário, em geral brilhava em Mario, mesmo quando dizia as coisas mais sérias, um olhar travesso. Lembro-me sempre, por exemplo, de que quando a necessidade de ganhar a vida o converteu em professor de História do Brasil no ginásio do Colégio Pedro II, um dia chegou em casa exultante

pelo lúcido engano de um aluno pouco afeito ao manejo de advérbios. Na resposta que dera à questão sobre o que havia sido a Inconfidência Mineira, o menino escreveu: “Uma revolução de intelectuais, aliás fracassada”.

E à volta de Mario, embora não necessariamente frequentadores assíduos de sua casa, havia um tipo de gente muito especial. Como um certo Evandro Pequeno, que ocupava função apagada no Ministério da Educação, mas que, uma vez fechada a repartição, corria para casa para tocar Mozart em seu violoncelo e que um belo dia resolveu aprender russo, para poder ler Tolstoi no original. Ou como o velho militante Hilcar Leite, que contava, como se fosse uma coisa natural entre militantes, como tivera as unhas arrancadas pela polícia de Felinto Müller. Ou, ainda, como esse outro personagem, José Sanz, dotado de uma memória de elefante e injustamente apelidado de *Sanz-fiction*, por ter fama de mitômano, quando, na realidade, tudo (ou quase tudo) o que dizia era verdade, ou podia ser. Até mesmo o fato de ter sido membro do Comitê Central do PC quando tinha 18 anos, como me diria certa vez.

Era uma gente interessante e estimulante. Certamente muito mais do que aquela que eu encontrava no curso de Ciências Sociais que então iniciava na Faculdade de Filosofia. E isso explica, em parte, o fascínio que Mario Pedrosa e seu círculo então exerciam sobre grande parte da intelectualidade jovem e independente de então. Mas não era isso (apenas) que fazia de Mario Pedrosa um fenômeno intelectual.

O que o constituía como tal eram tanto sua acumulação intelectual num amplo leque de conhecimentos como sua permanente abertura ao novo, resultantes de uma fecunda inteligência aliada à insaciável curiosidade intelectual. O que o constituiu também como tal foi sua real contribuição para o entendimento do mundo, ou para uma maneira inteligente de procurar entendê-lo, contribuição que socializava mediante essa espécie de reedição do método socrático. E era nisso que ele de fato se sentia bem. Quando fazia uma conferência, para um público todo sentado direitinho e atento, era às vezes uma epopéia: a numeração das notas estava fora de ordem, volta e meia o copo d’água do conferencista era derrubado em cima dos papéis e a seqüência dos diapositivos às vezes apresentava surpresas inigualáveis: “Essa obra de Piero de la Francesca”... e aparecia um quadro de Picasso. Mas isso era o lado folclórico. E também o charme de Mario Pedrosa.

Porque sua contribuição intelectual, repito, foi de fato substantiva. Por exemplo, eram provavelmente poucos os intelectuais no Brasil, se é que existia algum, que se interessavam à época pelas experiências de Koeller e pela teoria da Gestalt. Mario logo percebeu sua importância para o entendimento da expressão artística e disso fez uma tese, que de tão inovadora foi também injustiçada. Nesse sentido, eu quase diria, transpondo um conceito de antropologia, que seu papel foi o de uma espécie de “herói modernizador”, exercido sobretudo por meio desse convívio pessoal com quem o procurava. Como disse com toda razão Barreto Leite, num artigo para a homenagem prestada a Mario quando este fez 80 anos, um ano antes de morrer: “Mario é maior que a obra escrita que deixa”. E é por isso que, pensando nos que não o conheceram pessoalmente, me pareceu importante descrever como era o convívio com ele.

III

Foram cheios de turbulências e de mudanças os anos 50 no Brasil e, mais ainda, o início dos anos 60. Mario, como sempre, se divide entre a arte e a política.

Em sua vertente artística, em 1953, passa quase um ano na Europa, articulando exposições para a II Bienal, a grande Bienal do IV Centenário de São Paulo. Usando apenas seu prestígio pessoal no mundo artístico internacional obteve um resultado extraordinário: conseguiu reunir salas especiais de Picasso, Klee, Mondrian, Munch, Henry Moore, Marino Marim e Calder. E naquele tempo, se havia um Ciccilo Matarazzo, não existiam neobanqueiros para financiar essas coisas.

Em 1957, Mario cria a coluna de artes plásticas no *Jornal do Brasil*. O “Caderno B” desse jornal, dirigido por Reinaldo Jardim, e com o apoio de Janio de Freitas, tinha uma abertura para o que era novo no Brasil e no mundo talvez sem precedentes na imprensa brasileira. A começar pelo fato de ser inovadoramente paginado pelo então pouco conhecido escultor Amilcar de Castro.

Na verdade, o “Caderno B”, sobre o qual a sombra de Mario também se projetava fortemente, foi um veículo da expressão de movimentos artísticos e intelectuais de vanguarda, além de caixa de ressonância do movimento neoconcretista e do “cinema novo”. Foi por meio

dele que poetas como Mario Faustino e Ferreira Gullar se fizeram conhecer. Eu próprio cometi artigos sobre Norman Mailer (“The White Negro”) e sobre Ray Bradbury, e Vera Pedrosa, filha de Mario, chamou a atenção para a importância de um certo Samuel Beckett, que creio poucos sabiam quem era no Brasil.

Mario mantém-se ativo no campo das artes. Em 1958 vai ao Japão, indicado à Unesco pela Associação Internacional dos Críticos de Arte (AICA), para realizar um estudo sobre as relações artísticas entre Japão, Europa e América. Nesse mesmo ano organiza no Museu de Arte Moderna de Tóquio uma exposição sobre arquitetura brasileira e, no ano seguinte, se empolga com a inauguração de Brasília e reúne no Brasil um Congresso Extraordinário da AICA sobre o tema “Brasília, a cidade nova, síntese das artes”.

O recém-empossado Jânio Quadros cria um Conselho Nacional de Cultura e nomeia Mario para o cargo de secretário geral. Enquanto se discutia o que fazer desse Conselho (algo que ninguém sabia muito bem), um belo dia, provavelmente depois de uma noite de grande inspiração, o presidente “ordena” (a linguagem era essa) que o Conselho apresente, com data marcada, minuta de projeto para a “nacionalização das histórias em quadrinhos”. No Conselho, houve perplexidade total, e foi um deus-nos-acuda entre os donos dos grandes jornais, cuja vendagem estava relacionada a essas coisas. Com a renúncia de Jânio Quadros, o assunto pode ser alegremente esquecido, e Mario pode voltar-se para coisas mais sérias. Em 1961, assume os cargos de secretário geral da Bienal e diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo, que ocupa por pouco mais de um ano.

Sua vertente política se exerceria então de forma bem mais complicada, às vezes aparentemente contraditória, o que de alguma maneira refletia o espaço reduzido existente para uma esquerda democrática e independente, face às mudanças que estavam ocorrendo tanto no plano internacional como no plano interno, um e outro sempre exaustivamente discutidos no círculo intelectual de Mario.

No campo internacional estávamos em plena Guerra Fria, na qual as duas superpotências exerciam impunemente a violência em suas respectivas áreas de influência e polarizavam lealdades incondicionais, sem deixar espaço para o exercício de qualquer forma de dissidência ou de apoio crítico. Condenar tanto a repressão comunista ao levante ope-

rário da Alemanha Oriental de 1953 como a intervenção norte-americana na Guatemala de Jacob Arbenz ou a invasão russa da Hungria de 1956 significava condenar também quem o fizesse a infernos políticos que se alternavam pendularmente. Como se a crítica e a coerência, por lealdade a certos valores fundamentais, não mais tivessem lugar no exercício da política. Novamente, o pensamento crítico sucumbia aos “alinhamentos incondicionais”. Numa época feita de maniqueísmo, quem ousasse exercer sua independência crítica, ante a violência ora de uma, ora de outra das duas superpotências, era em geral politicamente exilado no campo da outra – um campo ao qual de fato não pertencia. Com alguns mais, Mario Pedrosa viveu essa situação e muitas vezes foi levado a militar num terreno que não era o seu – e a pagar o preço político disso.

No plano interno, o Brasil vivia uma fase conturbada e de referências políticas confundidas: a agitação lacerdista, o suicídio de Vargas, o golpe de 11 de novembro, os sindicatos enfeudados ao Ministério do Trabalho, a inquietação militar, a corrupção e o clientelismo populista aliados ao conservadorismo pessedista como sustentação de Kubitschek, o udenismo golpista, as esquerdas a reboque dos ziguezagues do PC etc.

Nesse momento, ao que me lembre, a análise que Mario fazia era de que o populismo estava em crise, mas que essa crise não estava suficientemente madura de modo a criar espaço para um movimento operário autônomo; que as tensões sociais tendiam a se agravar, mas sem um instrumento que as canalizasse para um objetivo político claro; que as instituições políticas democráticas eram frágeis e vulneráveis; que o “desenvolvimentismo” juscelinista não levaria a nada (aqui, é verdade, escapou a Mario a importância das mudanças econômicas então em curso); e que a heterogeneidade estrutural do país *com* fragilidade das instituições políticas fatalmente desembocaria numa crise de poder.

Nesse cenário, seriam os militares que exerceriam papel decisivo e era preciso conquistá-los para a idéia de que sem grandes reformas sociais, sobretudo a reforma agrária, não haveria estabilidade social e política no país. Data daí a aproximação de Mario com os militares “intelectualizados” da Escola Superior de Guerra, onde fez conferências. O diagnóstico estava certo, a escolha dos parceiros políticos é que estava errada – e disso Mario se daria conta logo depois.

No final da década de 1950, o advento da Revolução Cubana, no plano externo, e o surgimento das Ligas Camponesas, no plano interno, pareciam introduzir dados novos, capazes de redefinir os termos de análise e abrir formas novas de participação para uma esquerda que recusava tanto o stalinismo como o populismo – e que, portanto, não tinha onde ficar. Da Revolução Cubana se esperava uma espécie de “reposição” inventiva da idéia de revolução socialista face às contrafações do “socialismo real”; de Francisco Julião e das Ligas, um impulso de baixo para cima, rompendo o encapsulamento do movimento social pelo populismo. E era essa discussão que Mario animava. Não foi bem isso o que aconteceu, por razões que não posso aqui discutir, mas creio que tal esperança serviu à época para de alguma forma recentrar a bússola da esquerda independente.

Tanto assim que, quando eclode a crise político-militar, no rastro da renúncia farsesca de Jânio Quadros, foi claramente percebido que a defesa da posse de Jango, populista ou não, era a posição correta.

Para encurtar razões, porque isso não é um ensaio histórico mas lembranças da vida de Mario Pedrosa, veio o golpe de 1964. E é também quando Mario começa a escrever seus dois livros políticos (*A opção imperialista* e *A opção brasileira*, afinal publicados em 1966), nos quais procura sintetizar suas análises e, como sempre, indicar caminhos a seguir. A seu pedido, escrevi a “orelha” do primeiro deles, mas de forma algo reticente, porque achava que o conceito de “imperialismo” era um pouco mais complicado do que no livro se dizia, dadas as transformações por que estava passando o capitalismo. Certamente, esse ato de discordar aprendi com Mario Pedrosa.

Em 1968 ocorrem as manifestações contra o regime militar e é baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Meu testemunho dessa época é precário porque eu já me encontrava na França. Mas lembro-me das notícias da passeata dos 100 mil contra o regime militar e de que, na missa na Igreja da Candelária, na qual se reverenciava, em pleno regime militar, o estudante Edson Luís, morto pela polícia no restaurante Calabouço, Mario havia tido uma isquemia. Mas dois anos depois estava ativo politicamente. Era a época dos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, nos quais a maioria das pessoas ditas importantes olhava para o outro lado, para fingir que não viam o que se cometia: o

desrespeito sistemático dos direitos humanos e a prática “normalizada” da tortura.

Em 1970, Mario toma conhecimento de um esquema de fazer chegar à Anistia Internacional, via Londres ou Genebra, as denúncias comprovadas sobre casos de tortura no Brasil. Creio que dele não tenha participado ativamente porque viajara para o exterior para realizar estudo para a Unesco. Deu no que deu, como em plena vigência do AI-5 era de esperar: denúncia e repressão.

Mario é ouvido no processo, como testemunha. Negou sua participação direta mas declarou estar solidário com as pessoas envolvidas pelo horror que lhe inspirava a tortura. De testemunha passou imediatamente a indiciado no processo. Em julho de 1970, avisado de que seria decretada sua prisão preventiva, sai de casa às pressas com a ajuda de Janio de Freitas. A casa foi em seguida invadida por policiais, que, contaram-me depois, foram recebidos por uma impávida Mary, que nem sequer interrompeu o seu jogo de paciência, até porque já havia passado antes por essas coisas. Em seguida, Mario se asila na embaixada do Chile, onde aguarda, durante três meses, salvo-conduto para viajar para aquele país. Mario Pedrosa tinha então 70 anos.

Mas no Chile não descansa. É convidado para ser membro do Instituto de Arte Latino-Americano e professor na Faculdade de Belas Artes de Santiago. Salvador Allende lhe confia a missão de obter doações internacionais de obras de arte para a criação de um Museu de Arte Moderna, ao qual Mario dá o nome de Museu da Solidariedade. Acompanhei-o em Paris a visitas a Soullages e Calder, que doam obras, como o fazem também Miró e Picasso. A primeira exposição se realiza em Santiago em 1972. Mario viaja novamente à Europa em busca de novas doações (chegariam a várias centenas) e volta ao Chile – dois dias antes da queda de Allende. (O Museu da Solidariedade está hoje instalado num casarão em Santiago, que visitei em 1999, e, escandalosamente, nele não há uma única referência a Mario, embora toda a documentação sobre sua criação seja lá conservada.)

O nome de Mario é posto entre os primeiros na lista de “procurados” pelos militares de Pinochet. Não há outra coisa a fazer: se asila na embaixada do México, onde aguarda um salvo-conduto para viajar que nunca chega. De Paris, Carlos Fuentes prontamente intercede junto a seu governo para a concessão do documento. Mario pode ir, então, para

o México, mas lá não pode ficar. Precisa viajar para Paris e, quando vou buscá-lo em Orly, percebo que está quebrado com a derrota da esquerda no Chile. Aí começa outra novela.

Mario viajava com um passaporte chileno que Allende lhe havia dado e a polícia francesa só queria deixá-lo ficar no aeroporto, em trânsito. Depois de muitas tentativas, lhe deram 48 horas para deixar a França. Graças a seu velho amigo David Rousset, que era então próximo de De Gaulle, conseguiu-se que lhe fosse concedido asilo político. Mas para isso ele tinha antes que prestar um depoimento na Surêté, fazendo um histórico de vida. Acompanhei-o nesse depoimento (que durou quatro horas e assumiu às vezes um caráter surrealista), procurando intervir, quando possível, para tentar esclarecer situações e passagens biográficas de Mario absolutamente incompreensíveis para um cartesiano inspetor da polícia francesa. A entrevista parecia não avançar. Foi quando o inspetor virou-se para mim e perguntou: “E o senhor, afinal quem é o senhor?”, ao que respondi: “Bem, sou o ex-genro dele”. Aí percebi que o bravo inspetor desistiu de entender o que quer que fosse – e oficializou o asilo.

Mario ficou quatro anos em Paris, onde escreveu um ensaio sobre Rosa Luxemburgo, até que, revogado o mandado de prisão preventiva que havia contra ele, pôde voltar o Brasil em 1977, e foi mais tarde absolvido no processo ao qual respondia por “denegrir a imagem do Brasil no exterior”.

Aos quase 80 anos, Mario acompanhou com extraordinário interesse e esperança o surgimento do que então se chamava “novo sindicalismo” no ABC paulista. Não teve dúvidas, escreveu uma longa carta a Lula, recomendando: crie um partido político de trabalhadores. Afinal, era tudo que durante toda a sua vida havia esperado. Quando houve a cerimônia de fundação do PT, Mario estava presente. E depois me contou: “Danei-me de chorar”.

Era assim o Mario Pedrosa que conheci, uma dessas pessoas – e digo-o com tristeza – que, acho, não se fabricam mais.

Havana, 4 de março de 2001

Mario Pedrosa e a tradição crítica

Otília Beatriz Fiori Arantes

Professora de Estética do Departamento de Filosofia da USP e presidente do Centro de Estudos de Arte Contemporânea (CEAC). Estuda desde 1978 a produção crítica de Mario Pedrosa. Reuniu e organizou quatro volumes de textos do autor publicados pela Edusp

No centenário de um crítico decisivo como Mario Pedrosa, é natural que se pergunte pela atualidade de seu empenho de vida inteira em favor da renovação permanente e esclarecida da arte brasileira. Passados 20 anos de sua morte, em que pé estamos? Beneficiados pela vantagem involuntária da perspectiva histórica, sabemos hoje que de nada sabíamos quanto ao fim de ciclo vivido naquela virada dos anos 70 para os 80. Não era para menos. Àquela altura, a cultura oposicionista brasileira parecia se aproximar de um novo auge. Para que não houvesse dúvidas a respeito, ali estava a grande novidade histórica representada pela construção autônoma de um Partido dos Trabalhadores, de cuja fundação o crítico de arte e militante socialista Mario Pedrosa participou. Menos de dez anos depois, reforçando aquela sensação de apogeu, uma frente popular liderada pelo novo partido por pouco não ganhava uma eleição presidencial. E, no entanto, estava se encerrando, sem ter resolvido nenhum dos problemas de uma agenda his-

tórica de construção nacional (nem mesmo a industrialização, que se completara nos anos 70, fez a diferença que se esperava), meio século de nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), meio século de modernização conservadora, portanto, em cujo desenlace positivo todavia a tradição crítica a que pertencia Mario Pedrosa apostara, pois, afinal, neste longo ciclo de crescimento material e polarização social, o país estivera inegavelmente em movimento. Exatamente ao longo destas cinco décadas transcorreu a atividade crítica de Mario Pedrosa. Por isso mesmo, como tudo que foi rigorosamente “moderno”, ela poderia parecer arquivada, quando muito objeto de curiosidade histórica. Evidentemente, não sou desta opinião – ou não estaria pesquisando, publicando e divulgando sua obra, como tenho feito ao longo destes anos todos.

Não é fácil, contudo, definir a atualidade de Mario Pedrosa, para além do exemplo e da envergadura do personagem, sobretudo se confrontados com os herdeiros intelectuais de duas décadas de estagnação mental e retrocesso social. Se disser que a atualidade está antes de tudo no método crítico e não na matéria histórica das opiniões – aliás exatas no seu tempo, de Käthe Kollwitz e muralistas mexicanos até Brasília e o construtivismo –, estarei sendo pouco específica, ou melhor, estarei dizendo apenas o essencial, a saber, que a força de seu modo de aproximação dos problemas da modernização artística brasileira provinha justamente da maneira pela qual soube reatar com o veio subterrâneo da melhor tradição cultural brasileira, mais exatamente com a tradição de reflexão antiilusionista sobre a *diferença brasileira* e, por isso mesmo, sempre projetada sobre o fundo da marcha desigual e enganosamente convergente da civilização capitalista em expansão no planeta. Por isso, a boa pergunta sobre a atualidade de Mario Pedrosa diz respeito, antes de tudo, ao futuro dessa tradição crítica, na qual se cristalizou algo como o ponto de vista da periferia acerca da natureza de um sistema mundial que lhe retirava com uma mão o que lhe oferecia com a outra – estou me referindo, por exemplo, ao colapso do desenvolvimento, mas de um desenvolvimento a um tempo dependente da metrópole, porém associado a esse mesmo pólo dominante. Aliás, termo de comparação obrigatório para quem se disponha a pensar, agora que se encerrou, e com um fiasco sem precedentes, o breve interregno construtivo do capitalismo global na periferia. Resta então saber se avançaremos culturalmente desarmados em meio ao vácuo ideológico que se instalou. Em

poucas palavras: estamos ou não diante de um novo começo *da capo*, como parece ser o drama das formações interrompidas em sociedades mal-acabadas. Ou, por outra, simplesmente nossa modernidade enfim se completou – como das outras vezes, a cada ciclo sistêmico de acumulação mundial –, só que com um desfecho inesperado e inescapável (salvo numa ordem pós-capitalista), cuja lógica não é mais a da integração, mas a de um permanente girar em falso rumo à desagregação?

Mesmo assim, gostaria de ressaltar a originalidade do método crítico de Mario Pedrosa: o ajuste entre tendências internacionais e realidade local (algo impensável ou sem sentido para um crítico europeu, pelo menos enquanto lhe for possível refletir sobre a tendência do seu material sem pô-lo à prova na câmara de decantação da periferia). E mais: toda vez que abandonamos tal modo de pensar em dois tempos – que manda confrontar a norma metropolitana com o seu “desvio” colonial, e vice-versa, resvalamos para a mais completa irrelevância (como costuma lembrar Roberto Schwarz). Este, é claro, não foi o caso de Mario Pedrosa.

Podemos apreciar tal método crítico, característico da situação periférica, em funcionamento na disputa, redefinida pelo nosso autor, entre “figurativos”, partidários da ênfase na cor local – tal como a redescobriu e reinventou o modernismo em seu momento “nacionalista” – e o internacionalismo dos “abstratos”. Ao demonstrar a pertinência nacional da abstração e a relevância cosmopolita do modernismo do período anterior, Mario Pedrosa, ao advogar nestes termos a causa de uma possível tradição construtiva brasileira, simplesmente dava continuidade, apesar do desencontro na avaliação – arte abstrata ou figurativa? –, à lógica mesma de nosso sistema cultural binário, que mandava regular um pelo outro, o particular-local e o universal-ocidental. É bem verdade que para os modernistas o primitivismo cubista e a deformação expressionista de nítida índole social pareciam ajustar-se a um programa de transposição plástica do país, ao que o “desrecalque localista” (na expressão de Antonio Candido) os induzia, ao passo que com a abstração imaginavam que seríamos obrigados a renunciar a tudo isso, que uma tradição articulada a duras penas seria erradicada da noite para o dia, forçando a um novo recomeço. Ocorre que o partido da tradição local esquecia que o primeiro modernismo também fora um corpo estranho e que, do mesmo modo, rompendo com um sistema análogo de esti-

los quase oficiais, a pintura abstrata vinha inaugurar um novo ciclo de atualização, a que nos condenava nossa sina de país periférico. Na metrópole, o olho contemporâneo, acomodado à abstração, num certo sentido era muito mais fiel ao princípio da *mimesis* do que um naturalismo de fachada, meramente retórico, de sorte que o abstracionismo, longe de ser uma arte alienada, era uma verdadeira e rigorosa poética da alienação contemporânea; e, do lado de cá, nós éramos parte do problema.

Convém pois observar que os dois pólos não só estão presentes em cada um dos momentos em questão, como por sua vez se sucedem: são momentos com ênfases esteticamente contrapostas, porém não no ânimo construtivo nacional – do mundial (abstração) ao localista (modernismo) –, sem que no entanto, repito, se rompa a continuidade do propósito formativo entre ambos, essa a causalidade interna decisiva. Exemplo: a fase iluminista-institucional do Mário de Andrade dos anos 30 e a depuração abstracionista-construtiva no esforço de superação do subdesenvolvimento que daria o tom na etapa subsequente; de outro lado, nada mais “local” do que uma nova capital – ente territorialista por excelência –, em que culmina esse processo. Por onde se vê que os dois Mários procuravam a mesma síntese entre a construção nacional e o passo universalizante dessa mesma construção.

Até aqui, porém, a metade, por assim dizer, *afirmativa* dessa lógica cultural que especifica o raciocínio crítico de todo intelectual brasileiro que se preze, envolvido portanto na tarefa histórica de viabilização do país. Por isso a naturalidade do argumento de Mario Pedrosa: tudo se passa como se estivéssemos preparados desde sempre – ao menos pelo viés construtivo dos modernistas – para encaixar sem arbitrariedade o desdobramento “abstrato” da arte moderna. *Caráter afirmativo* desse contraponto (no fundo “harmonioso”!) entre experiência local e sua formulação verdadeira nos termos artísticos os mais avançados, porque ele supõe que uma tal síntese entre o local e o mundial se verifique tanto na sua dimensão expressiva ou simbólica como na material ou social – isto é, que a competição entre as nações pela riqueza capitalista se transfigure (não há outro termo para esta fantasia) numa prosperidade compartilhada graças a uma sábia e racional divisão do trabalho, no concerto das nações – enfim, tudo que o capitalismo está condenado a prometer sem jamais cumprir. Difícil não ver que o momento internacionalista (porém aclimatado) encarnado por Mario Pedrosa tinha pre-

cisamente o mesmo pressuposto, a saber, que à articulação cultural nos moldes da sensibilidade estética emancipada correspondesse uma sociedade economicamente moderna e integrada. Não espanta então que ambos os projetos, o da arte moderna levada ao seu limite, ou plenitude construtiva, e o da superação nacional do subdesenvolvimento tenham se esgotado na mesma hora histórica. “Condenados ao moderno” – na fórmula sempre repisada por Mario Pedrosa – significa o quanto esta dimensão afirmativa do sistema cultural brasileiro (por assim dizer, em constante período de formação) é ineludível: ignorá-la seria uma sentença de morte político-intelectual; subscrevê-la integralmente, também, como ensina a experiência de dois séculos de vida nacional independente porém de segunda mão, o que sempre acaba esterilizando qualquer impulso emancipatório – o qual, por sua vez, se descarta um tal passado, torna-se, agora sim, “abstrato”, como todo enxerto sem antes nem depois.

Resta a outra metade desse ponto de vista da periferia: *o seu avesso propriamente crítico ou negativo*, o momento de revelação local do andamento desconjuntado do sistema mundial – refiro-me ao contraponto sem “síntese” entre o influxo externo, sempre preponderante na periferia, condenada subalternamente a se “atualizar” para não perecer, e suas metamorfoses locais. Podemos ver esse outro lado atuando nas oscilações de Mario Pedrosa em torno dos transplantes que ele batizou de “civilização-oásis” (inspirado em Worringer): ora enclave colonial, ora matriz geradora de uma nova ordem social à altura de seu tempo, corporificada na mitológica edificação de uma nova capital – Brasília –, fecho do processo construtivo a que me referia, e da qual Mario foi, como se sabe, um incansável defensor.

A esse respeito, aliás, não sei de melhor exemplo do que o destino do Movimento Moderno no Brasil, se me for permitido citar um argumento que venho desenvolvendo, por minha conta e risco, a propósito do “sucesso” da arquitetura brasileira. Abreviando ao máximo: um transplante bem-sucedido – quando tudo a condenava ao arremedo inconseqüente, à vista da clamorosa ausência de pressupostos técnico-sociais exigidos pela nova racionalidade construtiva –, cujo rumo necessariamente “formalista” no entanto exibia a verdade oculta nas metrópoles de origem, o fundo falso da ideologia do plano, cuja tábula rasa utópica vinha a ser o prolongamento funcional da interminável, e

eufemística, “criação destrutiva” que resume o regime da acumulação capitalista. Neste caso – o da formação da moderna arquitetura brasileira e seu girar em falso final, a partir de Brasília –, contraponto sem síntese entre mundial e local, quer dizer, algo como uma relativização recíproca, um desmentido mútuo, na origem (como presumo) de uma perspectiva crítica original acerca da gravitação conjunta das duas instâncias: cópia e modelo, matriz e filial, reforçando-se e desautorizando-se mutuamente, como o demonstram os sucessivos e alternativos malentendidos entre críticos de cá e de lá a respeito de quem era verdadeiramente fiel ao projeto original. Repetindo: lado a lado, purismo rigoroso e desenvoltura meramente plástica acertavam acerca de si mesmos no que criticavam no outro. Mas, tudo somado, a prova dos nove se dava aqui mesmo, na periferia desenvolvimentista. Juntando as duas pontas da meada, é só verificar, no que concerne à implicação mútua de abstração e projeto construtivo brasileiro (em todos os sentidos), e ver se não foi essa afinal a demonstração levada a cabo ao longo da trajetória crítica de Mario Pedrosa.

Voltando ao nosso ponto de partida, tudo isso para dizer, que, apesar do valor de Mario Pedrosa ir muito além do esforço de atualização da cultura estética brasileira, grande parte do interesse na evocação de seu itinerário reside na oportunidade de se avaliar a atualidade da tradição crítica que o inspirou e cuja lógica evolutiva, como vimos, reside no comparatismo sistemático e obrigatório – em virtude da mera localização periférica da cultura local, submetida às idas e vindas das marés hegemônicas – entre o “desvio” ou a “diferença” nacional e o *corpus* normativo da modernidade, definido pela “normalidade” das culturas centrais. Ora: o que até então caracterizava (e deprimia) esse ponto de vista da periferia, sempre embaraçado por uma “questão nacional”, à primeira vista provinciana, se cotejada com o cosmopolitismo das formações hegemônicas, e que, portanto, era uma exceção, tornou-se hoje regra geral, embora ninguém tenha parado para pensar o atual curso do mundo por esse ângulo que até então era o nosso. Refiro-me, é claro, ao período que se seguiu ao eclipse do nacional-desenvolvimentismo (na periferia) e do fordismo ou compromisso keynesiano (no núcleo orgânico do sistema), e que atende pelo nome *passépartout* de globalização. Hoje, não há *paper* que não explore, infalivelmente, dicotomias que nos são familiares – por exemplo, as dissociações de

sempre entre o “global” e o “local”. Onde a novidade? É que esse raciocínio chegou ao Primeiro Mundo – não que os Estados nacionais deste último estejam abalados pela transnacionalização a ponto de se assemelharem aos quase-Estados do Terceiro Mundo, mas pela primeira vez se está fazendo, naqueles espaços privilegiados e resguardados, a experiência periférica por excelência da dessolidarização nacional. Dualidade, tal qual a conhecemos: os “fatores” sem mobilidade redescobrem-se como “locais”, da mão-de-obra à cultura autóctone. E mais: pela primeira vez a competição pelas novas localizações trouxe para o primeiro plano a síndrome das atualizações perversas, até então apanágio dos retardatários congênitos.

Gostaria de destacar apenas um aspecto deste nivelamento de posições no âmbito das reações intelectuais – o que nos traz de volta ao nosso tema. Trata-se do que se vem chamando de cultura global a partir da multiplicação das contribuições “locais” que vão aflorando na periferia (ou, nos países centrais, por meio das minorias e imigrantes) à medida que se processa algo como um “desrecalque” (nem mais nem menos) das culturas subalternas, antes preteridas, mas que agora ganham não só visibilidade mas passam a alargar algo como um cânone mundial em princípio desierarquizado. Ora, justamente aí, na ficção deste sistema cultural global, podemos reconhecer a *componente afirmativa* do contraponto “harmonioso” de que estávamos falando no início, o ponto de convergência síntese entre o particular e o universal – no “concerto das nações” (ou ex-nações, ou ainda nações meramente culturais). Àquela época, entretanto, um ponto de fuga com fundamento na realidade, mas hoje, quando o capitalismo já disse a que veio, como sustentá-lo? Justamente aqui, a necessidade de pôr à prova o método crítico que, por sua vez, Mario Pedrosa soube tão bem levar adiante, e reativar enfim a carga *negativa* dessa mesma tradição. Talvez nossa contribuição consista em apressar, dado o nosso infeliz *know-how* na matéria, a hora da virada crítica, pressentida por Mario Pedrosa: desautorizando um pelo outro, “globalistas” e “localistas-identitários” – o fio vermelho que atravessa sua obra, tão avessa ao emparedamento nacionalista como ao acanhado cosmopolitismo de nossos dias.

Pensando bem, não estarei exagerando se observar que Mario Pedrosa nunca foi tão premonitoriamente atual quando, pressentindo o retrocesso global que se anunciava, recomendava aos artistas que resis-

tissem discretamente na retaguarda e dessem passagem à luta política propriamente dita. É que tantos anos depois tal premonição viu-se ironicamente confirmada pela reviravolta que somos obrigados a testemunhar, esfregando bem os olhos para crer: à sombra da revanche do capital, os antigos dissidentes sentem-se cada vez mais à vontade na substituição do confronto político pela ação cultural, tanto mais reconfortante quanto conduzida sob o pretexto de aprimoramento estético na percepção da nova ordem mundial.

Este texto, do qual retomei alguns tópicos na fala de encerramento da mesa redonda "Crítica, Arte e educação", foi publicado originalmente no caderno "Mais!" da *Folha de S. Paulo* de 16 de abril de 2000.

Mario Pedrosa: um homem sem preço

Aracy Amaral

Historiadora, crítica de arte e autora de diversos livros

“O Brasil, com sua delgada estrutura moderna aplicada sobre este imenso continente fervilhante de forças naturais e primitivas, me faz pensar num arranha-céu roído cada vez mais em sua fachada por invisíveis térmitas. Um dia o grande edifício desmoronará e todo um povinho fervilhante, negro, vermelho e amarelo, se espalhará sobre a superfície do continente, mascarado e munido de lanças, para a dança da vitória.”

ALBERT CAMUS, Rio de Janeiro, jul. 1949

O curioso em Mario Pedrosa é que, pensando com certo distanciamento a sua trajetória, percebemos que sempre foi um homem intelectualmente dividido. Viveu sua paixão pela política e pelo destino dos outros homens. Por outro lado, sua sensibilidade fez com

que tivesse um papel absolutamente fundamental no panorama da crítica de arte brasileira de nosso século XX, já encerrado, a meu ver, desde 1989.

Ao mesmo tempo, considero um privilégio, um colírio, poderemos nos reunir hoje, nesta semana de celebrações, para pensar um pouco nesta personalidade. Amigo, mestre, interlocutor sempre interessado em partilhar a aventura criadora com os artistas com quem conviveu. Falamos de um homem múltiplo e vivaz através das décadas, homem de uma linhagem em paulatina extinção, visível ainda numa personalidade como Antonio Candido.

Pedrosa: uma personalidade fora dos conluios de hoje, quando devem ser rápidos os movimentos, e quase impossível a reflexão, pela inundação de informação, ou pela reverência à mídia. A menos que nos distanciemos de um meio artístico que parece tornar-se a cada dia mais estranho, a ética parece definitivamente em baixa na área cultural. Ausência de condições de trabalho a provocar um retraimento nos que não desejam se envolver nas regras da vistosa projeção social propiciada pelas artes neste fim de década marcado pela violência urbana, pelo medo, pela desesperança, pelo valor desmesurado do dinheiro e do consumo. Para não falar do abandono em que vivemos numa cidade como São Paulo, situação inconcebível até 15 anos atrás.

E, embora não seja exatamente nosso tema, não deixamos de pensar, ao refletir sobre a trajetória de Mario Pedrosa, nas modalidades de artes visuais que se praticam nestes tempos de violência, de guerra, hipocritamente não declarada, no campo e nas cidades do Brasil.

Mario Pedrosa foi talvez o primeiro crítico de arte brasileiro não procedente da literatura – prosa ou poesia, e espero não estar fazendo nenhuma injustiça por desconhecimento – a abordar a produção de arte, como fez em 1932, com o trabalho sobre Kaethe Kollwitz. Ou como faria mais tarde, com o trabalho de Alexander Calder, em 1944, em ensaio antológico sobre esse artista.

Crítico excepcional, de formação européia, moveu-se inteiramente à vontade nos dois maiores centros de arte do país, Rio de Janeiro e São Paulo, onde viveu anos fundamentais de sua vida profissional. Seu interesse primeiro foi a política, sua área de interesse final foi a política, assim como o indígena brasileiro desamparado, sua cultura e suas manifestações.

A arte ocupou, assim, com paixão, seus anos de maturidade, tempo de nacionalidade mais intensa. E no entanto, ao nascer para uma atividade sistemática como “pensador de arte”, ou seja, ao realizar reflexões sobre a emergência da manifestação artística, com presença regular no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, centrou sua atenção na criatividade dos loucos, fascinado pelos trabalhos dos artistas do Engenho de Dentro, onde conviveu com as obras de Raphael, Emygdio, Carlos, por exemplo, levado por Almir Mavignier, monitor da seção de terapia ocupacional; e também na inventividade livre das crianças, às quais dedicou vários textos, a partir da escolinha de Augusto Rodrigues e, em particular, dos cursos de Ivan Serpa no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Mario Pedrosa movia-se com familiaridade no meio jornalístico e intelectual, tanto no Rio de Janeiro, onde residia, como em São Paulo, aqui tendo vivido por muitos anos (nos anos 20, no início dos anos 30 e 60). Presente a partir dos anos 50 nos grandes eventos de arte, identificava com facilidade as personalidades do meio artístico das duas capitais. Atuou, podemos dizer assim, como um efetivo e respeitado elemento de ligação entre os meios artísticos das duas cidades. Se passou a ser porta-voz da vanguarda carioca (concretos, neoconcretos), foi também, em inícios dos anos 60, o diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Mas Pedrosa sabia bem distinguir a diversidade entre Rio e São Paulo: no Rio, “a extroversão, o nervo, o calor, a elegância”. Ao passo que, em São Paulo, “onde as cavalações teóricas sempre foram de maior peso”, ele percebia o prestígio tecnológico maior.

Como curador da Bienal de 1961, muito tempo antes do término da Guerra Fria, desejou, sem êxito todavia, um envio soviético centrado no suprematismo e nos construtivistas russos.

Mario Pedrosa mantinha também, devido ao interesse pelas tendências construtivas, uma ligação com Romero Brest, da Argentina.

Ao mesmo tempo, foi o crítico interessado em arquitetura e que acompanhou com entusiasmo a construção de Brasília. Em setembro de 1959, foi um dos pilares da realização, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, do Congresso Internacional Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) para a discussão do tema “A Cidade Nova – Síntese das Artes”, sete meses antes da inauguração da nova capital. Congresso que, de maneira inédita, trouxe personalidades

de destaque ao nosso país, homens da estatura de Giulio Carlo Argan, Will Grohmann, Sartoris, Crespo de la Serna, Meyer Schapiro, André Bloc, Sir Roland Penrose, Tomás Maldonado, Stamos Papdaki, Romero Brest, Gillo Dorfles, André Chastel, W. Sandberg e Julius Starzynski. O presidente do Congresso foi o ilustre historiador da arte Giulio Carlo Argan. Pelo Brasil compareceram Theon Spanudis, Mario Pedrosa, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Flavio Motta, Mario Barata, Matarazzo Sobrinho, Niomar Moniz Sodré, Fayga Ostrower, sendo, à época, Sergio Milliet o presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte.

Foram debatidos temas palpitantes, como “arte e público”, “a cidade como síntese das artes”, “crítica de arte e arquitetura”, “sinalização e comunicação urbana” etc. O congresso ocorreu num momento efervescente no Brasil, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, época plena de otimismo em nosso futuro, com a construção de Brasília e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a partir do projeto de Afonso Eduardo Reidy. Como habitante de Varsóvia, cidade várias vezes destruída e reconstruída, Starmnski menciona que não é fácil nem suave viver em meio a “obras sempre em andamento. Mas isso traz estímulo cotidiano à vida interior: tem-se uma alegria incessante de ver essa capital amada ficar cada dia mais bela e mais atraente”. Mais de 40 anos depois, essas palavras e esse “clima” estimulante deveriam nos animar a reaver nossas cidades/guetos sitiadas pelas periferias desordenadas, a retomar um pouco do otimismo perdido ao longo das duas últimas décadas.

O Museu de Arte Contemporânea de Los Angeles me pediu, há cerca de um ano, que localizasse a expressão de Mario sobre “a arte como exercício experimental da liberdade” – pois dariam esse nome à exposição latino-americana organizada por Rina Carvajal –, e não houve meio de encontrar, na ocasião, o texto onde constava tal expressão. Não é que esta semana, casualmente, tomando os dois livros de sua autoria por mim organizados para a Editora Perspectiva nas décadas de 70 e 80, encontrei subitamente a expressão, na menção de Mario a artistas que “não fazem obras perenes, mas antes propõem atos, gestos, ações coletivas, movimentos no plano de atividade-criatividade”, em clara referência à arte conceitual (“Por dentro e por fora das Bienais”, 1970, Cabo Frio).

Um outro aspecto quase desconhecido de Mario Pedrosa, que deve ser recordado nesta comemoração de seu centenário, se refere a

seu “Parecer sobre o *Core* da Cidade Universitária” de São Paulo, escrito provavelmente em fins de 1962 e inícios de 1963, que o arquiteto Hugo Segawa está agora republicando (saiu pela primeira vez na revista *GAM* em 1967). Esse “parecer” reflete não apenas uma preocupação com os destinos da coleção do MAM de São Paulo como define já os espaços culturais que uma Universidade do porte da USP deve conter. Pedrosa pensa “em grande” os espaços de uma Universidade comprometida com a cultura: uma Sala Magna, sede solene, um Centro de Coordenação de Atividades Culturais, um Setor de Serviços Administrativos, com Biblioteca Central, um terceiro grande conjunto arquitetônico do *Core* destinado ao Museu, dotado de “estupenda coleção de obras de arte (pintura, esculturas, gravuras e desenhos)”, que lhe fora doada por Ciccilo Matarazzo, “no gênero, sem rival na América Latina”. Não vacila ao afirmar que esse acervo seria “um dos centros de atração artística e social de maior destaque na Cidade Universitária”. Nesse texto, que serviria de embasamento ao projeto de Oswaldo Bratke para a USP, destaca-se a idéia da criação de um Instituto de Artes, com todo “um departamento destinado ao aprendizado e à formação profissional do plano artístico”, para criadores e apreciadores de obras de arte. Argumentava dizendo que, sem a coleção, “o Instituto de Arte, separado do contexto museográfico e da ambiência da obra viva, tende a congelar-se num processo de ensino como outro qualquer”.

E, por falar em museus, o vasto universo cultural latino-americano foi penetrado por Mario Pedrosa durante seu exílio no Chile, nos anos 70, o que o levou a dirigir o Museu da Solidariedade, em Santiago. Colocando seu prestígio a serviço de uma causa, Mario Pedrosa constituiu o acervo desse museu com doações de artistas de vários países, estabelecendo um diálogo definitivo entre o meio artístico chileno e continental e os artistas da Europa e dos Estados Unidos.

Há quem diga que era um provocador. Ou um romântico, como Vera, sua filha, o denominou certa vez para mim. Mas esse era seu encanto. Quando dialogava com ele, no preparo de duas antologias, a impressão que eu tinha era a de que usava quem estivesse diante de si não como interlocutor, porém como audiência para testar, através de sua expressão oral, a manifestação de suas inquietações intelectuais. Sempre viva nele a emoção, um certo viés matreiro, quase infantil, que nunca o abandonou. Sabia sorver cada instante da vida.

Grave, porém sem se levar demais a sério, sem qualquer arrogância ou afetação, como é característico de certa crítica de hoje, porém plenamente consciente de sua densidade de pensamento, Mario Pedrosa era um homem sem preço (linhagem a que também pertencia, por exemplo, Harold Rosenberg). O que desejo dizer com isto é que para mim, como para os que conviveram com ele e com sua maneira passional de viver e pensar a arte, a grandeza maior de Mario Pedrosa residia em que, nele, o homem sobressaía ao intelectual.

Este texto foi publicado também em *Mario Pedrosa: 100 anos*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 2000. Agradecemos à Fundação Memorial da América Latina a autorização para a publicação.

A educação pela arte segundo Mario Pedrosa

Iná Camargo Costa

Professora do Departamento de Teoria
Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP

Advertência

Este esboço de estudo é inteiramente tributário do trabalho de organização e publicação da obra do Mario Pedrosa crítico de arte que Otilia Arantes vem realizando desde os anos 80. É, mais precisamente, uma breve tentativa de colocar lente de aumento em alguns dos textos sobre arte-educação por ela publicados no volume *Forma e percepção estética*. O interesse por eles pede breve explicação, já que se trata de trabalho de simples leitora interessada dessa obra militante que não se pode entregar ao luxo de desenvolver estudos sistemáticos a seu respeito.

O primeiro motivo, por assim dizer de princípio, é o incômodo que me causa a separação da obra de Mario Pedrosa em dois campos bem delimitados – de um lado o político e de outro o crítico de artes. Sempre achei que essa divisão, para além do que significa em termos de subserviência ao espírito dos tempos que correm, produz uma espécie

de esquizofrênico que nosso homenageado estava longe de ser¹. Por certo esse mal-estar também se explica por minha adesão já antiga ao grupo dos que insistem em não separar arte de política. Mas se por isso mesmo não posso aceitar o apoliticismo hipócrita dos que pregam tal separação, como aceitá-la em relação a um militante que nunca o fez? Se tudo der certo, ao desenvolver uma das proposições encontradas no prefácio da organizadora de *Forma e percepção estética*, ficará mais ou menos claro que para Mario Pedrosa, assim como reeducar a sensibilidade do homem por meio da força expressiva da forma artística era uma questão política porque estava no horizonte a redefinição do destino da humanidade, o ensino de arte (e por extensão o ensino em geral) era uma questão política de primeira grandeza, indissociável tanto das questões políticas mais amplas como das específicas, relativas às artes propriamente ditas.

O segundo motivo é um pouco mais pessoal e peço licença para uma digressão sobre os tempos de professora de língua portuguesa na rede pública, quando encontrei apoio teórico em Mario Pedrosa para resistir aos métodos da chamada “criatividade” no ensino de redação. Àquela altura, fins dos anos 70, as escolas eram inundadas com manuais e livros didáticos que prometiam aos professores milagrosas técnicas com que estimular a criatividade dos alunos para desenvolver ou inocular o gosto pela redação. Os conselhos iam desde começar por atividades ligadas às artes plásticas (desenhos livres, “brincar” em classe com os mais variados materiais, sobretudo reciclados, produzindo colagens e outras “obras de arte”, pinturas etc.), para “liberar” as crianças de suas inibições, até jogos de palavras movidos a livre associação. Minhas dúvidas cobriam um amplo espectro. Para começar, nunca ficava muito claro como operar o trânsito entre a linguagem visual (por parte de quem não tinha sequer treinamento para dar conta de suas especificidades) e a linguagem verbal; como levar um conjunto de palavras associadas livremente a se transformar em texto com começo, meio e fim também era (e continua a ser) um mistério; encaminhar produtivamente a “criatividade” de 45 alunos (para ser conseqüente, dando-lhes o devido atendimento individual) em 50 minutos de aula era uma equação que nem Einstein resolveria. Por incapacidade de resolver problemas dessa ordem, mais a suspeita de que nas nossas condições de trabalho esses métodos acabariam redundando no que qualquer

criança chama de *enrolação*, nunca cheguei a pôr em prática aquele tipo de sugestões.

Por outro lado, apelar para os métodos tradicionais (cópia, “reprodução”, “descrição de gravuras”) corresponderia a uma acomodação inaceitável para quem acreditava que a sala de aula era um espaço como outro qualquer de luta contra a ditadura. Para a minha geração, uma das formas de travar essa luta nas quatro últimas séries do primeiro grau, em linhas gerais, consistia em sedimentar o trabalho de alfabetização dos professores que nos haviam precedido, aprofundar o conhecimento da língua e suas possibilidades e desenvolver a capacidade de dar expressão escrita às emoções, aos sonhos e às opiniões com conhecimento de causa. Numa palavra: boicotar os objetivos evidentes da política da ditadura para a escola pública, que mal dava condições para se fazer o contrário disso.

Na falta de obras didáticas ou teóricas que respondessem a essa necessidade, meu trabalho se desenvolvia inteiramente na base da intuição, até que topei, por indicação de Otilia Arantes, com os textos de Mario Pedrosa sobre as escolinhas de arte, de que vou tratar em seguida. Seu efeito foi indireto: não derivei dali nenhum método de trabalho digno do nome, mas pelo menos o mestre explicou que os métodos “criativos” eram inconseqüentes até mesmo no ensino de arte. Além disso, aquelas reflexões deixam um pouco mais claras as razões profundas da farsa a que se chama ensino público no Brasil.

Breve inserção conjuntural

Os escritos de Mario Pedrosa são de fins dos anos 40 e vão até bem avançados os 50, correspondendo àquele período que, com uma pitada de humor negro, costumamos identificar como os anos em que o Brasil ameaçava se transformar numa democracia. Como já explicou Otilia Arantes, para nosso autor essa ameaça não podia ser mais promissora: na perspectiva daquela revolução com a qual toda a esquerda tinha (ou parecia ter) um encontro marcado, uma série de tarefas já se colocava para os artistas, críticos e professores de arte. Elas podiam ser sintetizadas no programa schilleriano da educação estética da humanidade, mas sabendo que num país como o nosso, que até hoje não cumpriu nem mesmo a agenda da alfabetização universal, este se apresentava com

desafios muito maiores do que na Europa. Quanto aos artistas plásticos formados no espírito das vanguardas que mantinham escolas de artes, estes já estavam desenvolvendo, inclusive entre nós, experiências notáveis, sobre as quais nosso crítico escreve em pormenor².

Pensando não apenas na miséria cultural do brasileiro (sem distinção de classes, castas ou estamentos), mas principalmente na produção da miséria cultural levada a efeito pela mercantilização de todas as esferas da vida no capitalismo, Mario Pedrosa avalia as possibilidades de acesso às artes plásticas e sua fruição em termos que parecem ecoar motivos caros à Escola de Frankfurt. Não se trata de discutir aqui se ele conhecia ou não os ensaios de Adorno, Horkheimer e Benjamin³, trabalho que também pode ter seu interesse, e sim de notar um fundo comum (o marxismo, é claro) que produz o mesmo tipo de observações. Comparem-se, por exemplo, com ensaios como “O fetichismo na música e a regressão na audição”, “Educação após Auschwitz” e outros, os trechos abaixo que tratam de caracterizar a “ignorância plástica” do homem contemporâneo e algumas de suas causas:

“Educado apenas para os afazeres medíocres da vida, tendo como bagagem mental somente alguns conceitos vagos, gastos, herdados sem maior exame, de geração em geração, o pobre mortal não compreende sequer o que olhar numa estátua. Procura então, em geral, compreender a “ação”, a “cena”, um significado verbal externo à obra, isto é, uma explicação, um nexó narrativo, exatamente como segue o enredo de uma dessas histórias que se lêem em revistas de sala de espera do dentista ou se ouvem em casa, engomando ou costurando, pelo rádio. O que todos exigem de um quadro ou de uma escultura é que possa ser traduzido em palavras e idéias feitas, bem ruminadas e convencionais.

[...] o homem moderno, quando não tem medo, é um entediado, um ser corroído por dentro, vazio e triste. Não enxerga mais no vasto mundo senão um campo informe, onde a afirmação surpreendente, poética ou visual, desapareceu.

Mesmo o novo, o inédito, é logo abocanhado pelo aparelho das analogias batidas e das atitudes sem imaginação ou disponibilidade. Os sentidos embotados não se ajudam mutuamente, não retribuem as experiências reais, não cooperam entre si para sair também das imagens já feitas, dos preconceitos verbais. Todos têm um medo pavoroso de ser

mistificados, de parecer ingênuos, sujeitos aos desenganos de uma sensibilidade mais aguçada ou de uma imaginação mais livre. Daí a construção de trincheiras contra todo objeto inesperado, toda solução nova, toda estrutura inédita. A preocupação dominante é de reduzir-lhe o ineditismo, transformá-lo em tudo com que possa parecer ou invocar no passado. E, feita essa operação, sentem-se de novo mais seguros de si mesmos, mais tranqüilos. Ou esquecem a coisa nova, desprezando-a porque vem ela tirar-nos dos nossos hábitos, ou a relegam, sem um olhar de simpatia, para o monturo das velharias ou objetos imprestáveis ou proibidos. Por isso mesmo vivemos num mundo de imagens-clichês, tanto na linguagem verbal como na visual. É a civilização de hoje uma civilização exclusivamente de clichês, geometricamente multiplicados”⁴.

O tema é recorrente quase à obsessão nestes textos do crítico. Como os frankfurtianos, ele está de olho nos problemas postos à humanidade, ou ao menos àquela parte dela que continuava apostando nas melhores promessas do esclarecimento pelo simples fato de uma experiência como a nazista ter acontecido, tanto quanto naquilo que os educadores poderiam fazer para ajudar a produzir seres vacinados contra o risco, sempre iminente, de nova queda na barbárie. Assim – e só para dar mais um exemplo –, sempre refletindo sobre a necessidade de levar a sério a educação da sensibilidade das crianças, diz o crítico que nós nos encontramos

“numa civilização que teme a educação dos sentidos e das emoções, que timbra em abafar no homem o impulso espontâneo inicial para criar. Para ter do mundo um conhecimento que não seja a mera acumulação de informações quantitativas sobre as coisas, não basta ao homem o atual conhecimento exclusivamente conceitual. Ele carece de [...] “cognição visual”. O homem atual é um ser imperfeitamente desenvolvido, pois a educação e o meio a que é submetido lhe embotam o desenvolvimento espontâneo da visão, dos outros sentidos, da sensibilidade [...] à medida que o menino cresce, seu poder criador minguam”⁵.

Para quem tomou conhecimento destes textos num momento em que o Brasil vivia o epílogo de mais um de seus surtos de barbárie institucionalizada e se esforçava para combatê-la em meio a crianças de

periferia que sempre a tiveram como hábitat, não era mesmo difícil encontrar inspiração nessas reflexões verdadeiramente iluminadoras: elas permitiam entender, entre outras coisas, que, para além de seu papel ativo na contra-revolução mundial dos anos 50 a 70, a ditadura não passava da expressão política mais radical da brutalidade característica de uma sociedade por definição embotada em sua sensibilidade.

Falsa superação

Mas um tal diagnóstico sobre a brutalidade genérica da sociedade capitalista não é exclusividade das esquerdas. Basta lembrar dos sofrimentos dos “homens cultos” alemães do final do século XIX ou dos esteticistas franceses do Segundo Império. Todos identificavam no materialismo grosseiro da sociedade burguesa essa capacidade de embotar os sentidos. A diferença é que, enquanto os esquerdistas tinham uma perspectiva democrática, os esteticistas e homens cultos apostavam no cultivo da sensibilidade como privilégio, isto é, restrito a diferentes tipos de aristocracia, desde os fazendeiros do ar de que tratou o nosso Carlos Drummond de Andrade até os lordes propriamente ditos, com direito a delírios de exclusividade como os narrados por Huysmans em *Às avessas*.

Da mesma forma, as propostas para enfrentar o embrutecimento da sensibilidade na sociedade unidimensional, de que tratava o nosso crítico, deitavam raízes em diferentes pontos de partida e tinham por alvo objetivos diversos. Mario tratou de desmistificar a mais grave, por ele identificada como a “técnica da desinibição ou de desabafo”, cujo ponto de partida tem a mesma idade e o mesmo diagnóstico da arte moderna, resumido na convicção (verdadeira, mas inteiramente superficial) de que os preconceitos acadêmicos tolhem a liberdade de criação e, adotados nas escolas de arte, abafam na infância os anseios de afirmação. Esta proposta de arte-educação, a crer nas observações do crítico, teve número razoável de adeptos e, como ficou dito no início, desdobrou-se para outros campos, inclusive o do ensino de redação. Sua marca registrada é o cultivo da espontaneidade ou, em suas palavras, “a ausência de ordenação ou regularidade no pintar ou desenhar, o acaso das tintas, os golpes de improviso, conforme a veneta, [...] tudo por medo à estereotipia, à regra, à convenção acadêmica”⁶.

Os efeitos práticos deste processo de estímulo à desinibição como fim em si, no âmbito da arte, podem ser resumidos na verificação óbvia: a criança vitimada por essa experiência, em vez de desenvolver a sensibilidade para as formas, *perde a forma*. Com tal perda, ela é estimulada a se confinar num processo narcísico que objetivamente prejudica seu crescimento e desenvolvimento espiritual; ela perde a sensibilidade. O crítico vai ainda mais longe e menciona o sério risco de tal método chegar mesmo a *impedir* que a criança use o trabalho pictórico para esclarecer as próprias observações de si mesma e da realidade, incapacitando-se para aprender a concentrar-se e criar ordem.

Não é difícil extrair as conclusões não formuladas pelo crítico: em nome do cultivo à espontaneidade, o que se faz é destruir os canais de expressão dessa mesma espontaneidade; contra a repressão intrínseca aos métodos acadêmicos, cultiva-se um narcisismo que, como já demonstrou Freud, acabará produzindo ou estimulando a proliferação de fanáticos e déspotas em graus variados, tanto faz se desajustados ou ativos participantes dos mecanismos de dominação.

Experiências admiráveis

Mario Pedrosa acompanhou muito de perto o trabalho de Ivan Serpa com seus alunos, crianças de várias idades, e procurou mostrar a seus leitores, por meio de saborosos relatos, que a experiência tinha método e alcance, inclusive político.

Começando pelo fundamento, dizia que o mérito da educação pela arte é ensinar a criança a *não temer as emoções*⁷ e, ao contrário, permitir que elas aflorem e desabrochem. Este seria o único ponto em comum com o “método da desinibição”. Mas a educação pela arte deve ambicionar mais; deve ensinar as crianças a *dar forma* às emoções, controlá-las, integrá-las como fator dinâmico, salutar, na constituição da personalidade, na organização de uma visão global das coisas sob um mesmo diapasão, ou um mesmo fio condutor que se constitui dentro dela. Em outras palavras, a educação pela arte se completa quando a criança consegue combinar “um poder de visualização global das coisas e um pensamento condutor, coerente e racional, quer dizer, estético”⁸.

Desde 1947 Ivan Serpa ensinava na escolinha do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ali Mario Pedrosa pôde ver que, para além

de não temer encarar e organizar as emoções, os alunos aprendiam a não temer os efeitos dos materiais e dos instrumentos de maior precisão – próprios às exigências de nitidez, dos claros contornos, dos ritmos, das cadências, de idéias e pensamentos, da limpeza e do bom acabamento. O professor demonstrava na prática que o cultivo da maior liberdade de expressão segue junto com o desenvolvimento do controle motor e das habilidades de controle de materiais e instrumentos de trabalho.

Nessa escola, a conquista maior do aluno é a *percepção da forma*. A função do professor-artista é chamar a atenção das crianças para a *ação dos efeitos visíveis*. Passemos a palavra ao crítico:

“O sistema de Ivan Serpa consiste em despertar no aluno o interesse pelo visual. Daí os progressos na organização plástica, no desenvolvimento formal e na complexidade colorística que se notam nos meninos entregues aos encantos do desenho e da pintura sob sua orientação [...]

Serpa acelera a chegada do momento em que o controle visual começa a exercer-se sobre os impulsos motores; i.e., centra a atenção da criança sobre o nascimento das formas – das mais simples às mais complexas”⁹.

Do controle visual, a criança passa à diferenciação das formas e à compreensão visual das qualidades formais (rotundidade, quadratura, verticalidade, horizontalidade, plano etc.): a passagem do conceito visual para o representacional é a passagem da forma ainda perceptual para a forma artística¹⁰. Então a criança é capaz de lançar-se aos prazeres da representação – como no processo poético. E aqui Mario Pedrosa mostra o alcance da percepção de um crítico de arte exigente. Afirmando a similaridade entre o processo poético e o artístico, dá como exemplo um poema “puramente visual” de Augusto dos Anjos:

“O poeta, depois de ‘avistar’ ‘granjas sombrias’ e de dizer ‘das laranjeiras eu admiro os cachos’, acrescenta, numa imagem alta, de grande beleza geométrica e de profunda ressonância plástica: ‘e a ampla circunferência das laranjas’. O exemplo é válido: a circunferência não estava nem no conceito nem na fruta mesma; a imagem, a forma viva brotou do curto-circuito que se deu do contato entre o conceito visual e

a experiência sensível. Os meninos não se conduzem diferentemente, não criam de outro modo. Aí está o início por assim dizer lúcido, senão consciente, de toda criação artística”¹¹.

Relatando o que viu numa exposição com obras de crianças de 2 a 14 anos, nosso crítico descreve todas as fases do que chamou *imaginação visual*:

“[...] da mais primária delas, de movimentos mal controlados, em que o desenho vale por sua intencionalidade e é geralmente caracterizado por seus contornos irregularmente fechados, numa deformação continuada como nas figuras da geometria topológica, às fases intermédias, em que os contrastes fundamentais de direção vertical-horizontal se complicam pouco a pouco em outras variações de direção, para afinal subordinar-se a um princípio de unidade. Depois é o agrupamento de figuras já situadas em um todo coerente, é o aparecimento das linhas de base com as quais se constroem os altos e baixos até os balbucios da profundidade espacial que se desenvolvem como o blablá infantil, que na linguagem acaba se articulando em fala. E por fim chega-se aos jogos de sombra e luz, às ambivalências perceptivas de figura e fundo, o último estágio de amadurecimento da imaginação visual, transição para a adolescência, passagem definitiva do ser ao domínio verbal e do pensamento discursivo”¹².

Aqui termina o papel do mestre na fundamentação teórica para o trabalho que acabei desenvolvendo no ensino da língua portuguesa e até hoje me orienta em sala de aula, mas não viemos aqui para tratar disso. Não custa nada, entretanto, assegurar que os alunos, inclusive universitários, percebem a diferença de tratamento e respondem (majoritariamente) com empenho total, sobretudo a partir do momento em que se dão conta de que *sabem o que estão fazendo* ou, para falar na língua deles, quando *cai a ficha*.

Mario Pedrosa ilustra com o exemplo de Ivan Serpa a convicção de que os bons mestres saberão resguardar no adolescente as qualidades criadoras da infância. E ao fazê-lo estarão cumprindo um papel político de incalculável valor na formação das novas gerações:

“A mais autêntica finalidade deste aprendizado é mesmo a de preparar a meninada para pensar certo, agir com justeza, manipular as coisas judiciosamente, julgar pelo todo e não parcialmente, apreciar com proporção e confiança, gesticular com propriedade, utilizar-se das mãos com precisão, tirar alegria não só das grandes como das coisas insignificantes e pequeninas. Esses que assim se conduzirem, quando peludos serão artistas, mesmo que nunca mais peguem num lápis ou num pincel. Verão a vida como uma sadia ou bela obra de arte a preservar, *não baterão palmas a ditadores histéricos*, marcharão com o progresso sem contudo virar as costas à liberdade e, acima de tudo, apreciarão todo trabalho bem realizado, pois neste sentirão, compreenderão a presença, a participação carinhosa do homem, penhor do racional, a emprestar-lhe um valor estético que transcende até ao ético”¹³.

O país ficou com a primeira alternativa, na política como na educação (e não me refiro apenas às providências da ditadura). Meu mestre pagou caríssimo por sua aposta “errada” e os que foram privados das promessas contidas em sua alternativa nem sequer têm como avaliar suas próprias perdas. Mas nada impede que, devidamente alertados para as novas e maiores dificuldades, os educadores socialistas retomem de Mario Pedrosa e de Ivan Serpa algumas chaves para o próximo milênio.

Notas

1. Neste tópico nada mais faço que retomar observações de Otília Arantes desde sua primeira manifestação a respeito da obra do crítico. No prefácio ao primeiro volume de suas obras escolhidas, encontram-se observações como esta: “Sem nunca deixar a militância política, jamais dissociará revolução mundial e arte de vanguarda” (cf. ARANTES, Otília. Prefácio. In: *Política das artes*. São Paulo, Edusp, 1995, p. 17). O texto em questão retoma argumentos desenvolvidos em *Mario Pedrosa: Itinerário crítico*, de 1991.

2. Mario Pedrosa não se iludia sobre o alcance bastante restrito dessas escolhinhas, que afinal só estavam ao alcance dos filhos de nossas classes privilegiadas. Mas não tinha dúvidas a respeito do seu caráter de laboratório: se tudo desse certo e a revolução estivesse mesmo ali na esquina, muito do que aqueles mestres estavam experimentando poderia ser universalizado.

3. É muito provável que não. Eu mesma apostaria minhas fichas nesta hipótese.
4. PEDROSA, Mario. “A arte e as linguagens da realidade”. In: ARANTES, Otília (org.). *Forma e percepção estética*. São Paulo, Edusp, 1995, p. 235-6.
5. PEDROSA, Mario. *Arte infantil*, op. cit., p. 67.
6. PEDROSA, Mario. “Crianças e arte moderna”, op. cit., p. 82.
7. Embora não estivesse nos planos deste trabalho, não há como resistir à tentação de transcrever pelo menos este trecho de Adorno: “a educação deve dedicar-se seriamente à idéia que não é em absoluto desconhecida da filosofia: que não devemos reprimir o medo. Quando o medo não for reprimido, quando nos permitirmos ter tanto medo real quanto esta realidade merecer, então possivelmente muito do efeito destrutivo do medo inconsciente e reprimido desaparecerá” (“Educação após Auschwitz”. In: COHN, Gabriel (org.). *Theodor Adorno*. São Paulo, Ática, 1986, p. 41; trad. Aldo Onesti). Por certo, o próprio medo estaria incluído no rol das emoções pressupostas por Mario Pedrosa.
8. PEDROSA, Mario. “Crescimento e criação”, op. cit., p. 74.
9. Id., *ibid.*
10. Nos textos que estão sendo referidos o mestre traduz com paciência pedagógica cada um desses conceitos. A não-transcrição dessas definições corresponde ao interesse em convencer o leitor que nos acompanhou até aqui a mergulhar neles, se possível, de cabeça.
11. Id., *ibid.*, p.78.
12. PEDROSA, Mario. “Arte infantil”, op. cit., p. 67.
13. PEDROSA, Mario. “Crescimento e criação”, op. cit., p. 73. Grifos nossos.

Mario Pedrosa: crítico de arte

Sônia Salzstein

Professora de História da Arte no Departamento de Artes Plásticas da ECA-USP.
Dirigiu de 1989 a 1992 o Setor de Artes Visuais do Centro Cultural São Paulo, tendo inúmeros textos publicados sobre arte moderna e contemporânea brasileira e sobre questões ligadas a instituições culturais no Brasil

Em primeiro lugar, é preciso assinalar a contribuição extraordinária de Otilia Arantes na discussão sobre o Mario Pedrosa crítico de arte, contribuição que redundou no estudo do itinerário crítico de Mario Pedrosa¹ e nos quatro volumes publicados pela Editora da Universidade de São Paulo, reunindo os textos sobre arte do autor. Tendo acompanhado com grande interesse não apenas essas publicações, mas também os ensaios que Otilia preparou a título de prefácio a cada uma delas, pergunto-me se em muitos dos estudos que produziu sobre a arquitetura brasileira ela não terá partido de certas formulações de Mario sobre a questão moderna brasileira, especialmente da visão premonitória do crítico sobre a face autoritária e sombria que ele adivinhava na propalada modernidade de Brasília, antes mesmo que esta fosse edificada.

De fato, em texto de 1957 ele comentava a construção da futura capital federal:

“Fatalmente isolado do povo brasileiro, o seu governo desconhecerá, não participará senão de fora do drama de seu crescimento, do amadurecimento de sua cultura, da formação de sua personalidade. Brasília seria uma espécie de casamata impermeável aos ruídos externos, aos choques de opinião, como um estado-maior que se abrigasse em cavernas subterrâneas blindadas para, no comando das operações, escapar aos bombardeios e aos ataques dos teleguiados inimigos numa guerra atômica. Eis porque o programa de Brasília, em seu imediatismo, tem algo de imaturo e, ao mesmo tempo, de anacrônico [...]”²

O que decerto instigou Otilia na atuação crítica de Mario é o fato de ele ter advertido na primeira hora o caráter problemático que o programa da modernização, do qual Brasília era a face dúbia e poderosa, adquiria no processo cultural brasileiro; o comentário de Mario (que parece ter servido de ponto de partida à reflexão da pesquisadora sobre os impasses da nossa arquitetura moderna) revela o mal-estar de um intelectual diante do acontecimento novo e surpreendente no qual, entretanto, a idéia de Razão parecia surgir como que desvirtuada, uma Razão que não resultava no bojo de um processo histórico de emancipação, da qual o pulso civilizatório parecia capturado em um sem-número de usos ideológicos, meramente protocolares, que ressoava, enfim, um gesto autoritário, em muito lembrando a tomada de posse colonial...

E Mario ainda afirmava logo adiante nesse mesmo texto, em uma extraordinária demonstração de independência intelectual perante os compromissos ideológicos que direcionavam a empresa da modernização: “Que monstros de modernismos e nacionalismos não poderá resultar de roda essa barafunda, de modo a estragar para sempre a fabulosa oportunidade de edificar uma nova capital para o Brasil [...]?”³ Voltando à pergunta sobre ter, talvez, Otilia retomado, mas estirando-a aos limites, a formulação de Mario sobre as facetas autoritárias geneticamente cravadas em nossa modernidade, eu chamaria a atenção especialmente para os ensaios reunidos pela autora em *Urbanismo em fim de linha*⁴.

Nesses textos Otilia expôs à luz do dia os elementos conservadores que enredaram o andamento do projeto moderno, com isto também identificando a conhecida dinâmica de conservadorismo e modernização que perpassa não apenas a história política e social do país, mas

também a gênese de nossa arquitetura moderna, como a autora bem demonstrou ao apontar a desenvoltura permissiva e caprichosa – em uma palavra: uma desenvoltura paradoxalmente formalista – que a caracterizaria desde sua origem. Voltarei a essa questão mais adiante; por ora, deixo assinalada a contribuição essencial da reflexão de Otília Arantes (a meu ver, de algum modo tributária da de Mario Pedrosa). Ela nos mostrou a atualidade do diagnóstico do crítico sobre o caráter contraditório e postíquo que conformou desde o início nossa experiência moderna e nos revelou, no fim das contas, a força explicativa que esse diagnóstico demonstra hoje perante o ciclo de modernização conservadora em curso.

Essa reflexão é especialmente sugestiva no momento atual da arte brasileira; a integração desta ao circuito internacional, sob a égide da globalização, impõe o esforço de um adensamento local, capaz de despertar a crítica do vasto processo de colonização cultural em curso. Nada mais oportuno, então, do que empreender a reavaliação de nossa experiência moderna, o que implica, em primeiro lugar, a revisão profunda do modernismo das décadas de 1920 e 1930 (e, decerto, o exame do papel renovador da produção que o antecedeu, do final de século XIX ao princípio de XX). Nada mais urgente, afinal, do que redimensionar esse período precocemente institucionalizado e consagrado, capítulo supostamente consumado de nossa história cultural, e por isso mesmo tão sufocado ideologicamente.

Destrinchar o contencioso daquelas gerações, desvencilhar tantas das obras modernistas dos interesses laudatórios insuflados pelo mercado é providência que por certo auxiliará na construção de uma história da arte moderna brasileira; além disso, a percepção crítica do presente globalizado está a depender do enfrentamento desse contencioso. Cumpre, portanto, reavaliar o modernismo à luz dessa dinâmica de conservadorismo e modernização que Mario Pedrosa vislumbrou na raiz de nossa experiência moderna, e que Otília Arantes a descreveu de modo tão contundente em seus textos sobre arquitetura brasileira. Só tal dinâmica explicaria, de resto, o embaçamento precoce do pulso renovador que verificamos no legado das gerações pioneiras do nosso modernismo, como ocorre na pintura de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Cícero Dias e Vicente do Rego Monteiro, para mencionar apenas artistas da geração de 20.

Só esta mesma dinâmica explicaria, igualmente, a vulnerabilidade das obras da geração de 30, sobretudo as de Di Cavalcanti e Portinari, ao assédio da mão de ferro do oficialismo modernista, que frequentemente aprisionou-as no ramerrão da assimilação epidérmica e estilizada do vocabulário da Escola de Paris. Retomando o início de minha exposição, proponho a vocês discutir não algum tópico mais específico da obra de Mario, mas relatar a revelação que foi para mim o contato sistemático com essa obra a partir do início dos anos 80 – e digo “para mim” não porque pretenda adotar o tom confessional, mas “para mim” como alguém que se envolveu com a atividade da crítica por essa mesma época, e que teve sua formação quase integralmente transcorrida no período da ditadura militar, vale dizer, num período de dura desarticulação cultural.

Foi, conforme já observei, graças ao trabalho de Otília, mas também de Aracy Amaral, que reuniu, sistematizou e publicou pioneiramente os textos de Mário Pedrosa em 1975 – *Mundo, Homem, Arte em Crise*⁵ – e em 1981 – *Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília* –, foi graças a essas iniciativas que nós, críticos de arte introduzidos na vida profissional no princípio dos anos 80, pudemos ter uma visão consistente e representativa da produção de Mario. Não só isso: era também a primeira vez que atinávamos com o que poderia ser a crítica de arte quando exercida com independência intelectual e com suprema exigência ética e política (mais adiante comentarei o sentido político que vejo realizar-se na produção de crítico de Mario), a crítica exercida com a convicção na processualidade da história, mas – é indispensável observar – ao mesmo tempo, com convicção na processualidade histórica da própria forma estética. A crítica que em seu tempo se percebia, enfim, como interlocutor influente na vida cultural do país.

O contato com essa crítica foi, portanto, uma revelação para mim, considerando que eu pertencia a uma geração crescida na ditadura, para a qual a crítica de arte era aquela que se praticava na grande imprensa, quase sempre diletante, mundana, inócua, quando não simplesmente venal e servil a interesses mercadológicos. Para nós era difícil acreditar, imersos como estávamos naquele ambiente deprimido e intelectualmente desalentador que marcou a década de 1970, que algumas décadas antes o meio de arte brasileiro fora animado pela militância de críticos como Mario e Ferreira Gullar, cujas obras haviam se constituído na urgência do debate cotidiano do país, e estavam disponíveis ao leitor

não especializado nas páginas dos principais órgãos da imprensa, mobilizando toda uma geração de artistas e redirecionando a própria reflexão sobre arte no país.

Ou seja, a descoberta dos textos de Mario – e aqui me refiro especificamente ao que havia disponível na época, às duas edições organizadas por Aracy Amaral e *Arte, forma e personalidade*, editada por Oflíia em 1979⁶ – ganhava o sentido de uma verdadeira referência intelectual, considerando, conforme eu disse, o desprestígio do espaço da crítica naquele momento, ainda que se reconheça que esforços de resistência brotavam aqui e ali, em algumas poucas instituições e esporadicamente na imprensa (a novidade do trabalho de Ronaldo Brito no semanário *Opinião*, catalisando a emergência de uma nova geração de artistas e uma nova atitude da crítica perante o cenário cultural; Rodrigo Naves também começava a escrever no *Opinião*, o que comentaremos mais adiante).

É preciso lembrar que naqueles anos boa parte da crítica jornalística repercutia os interesses do mercado, estava a serviço da emulação de uma história triunfalista do modernismo nacional, de resto fazendo coro com a propaganda chauvinista da ditadura militar. Todos conhecemos, a propósito, a ritualização mercadológica que durante esses primeiros anos da década de 1970 se abateu sobre as obras de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari, provindo daí, em grande parte, a consolidação, de caráter essencialmente autoritário e antiintelectual dessas figuras como carros-chefes do imaginário cultural nacional-populista. Remeto vocês, é claro, ao livro de Carlos Zílio, *A querela do Brasil*⁷, no qual o autor analisa de forma contundente essa questão.

Não nos esqueçamos, também, da cumplicidade ou conivência de boa parte da crítica, nesse momento, com a violenta apropriação mercadológica que se abateu sobre a obra de Alfredo Volpi, talhando-o como modelo da nacionalidade e reprimindo, pelas décadas seguintes, visão mais crítica do enrijecimento verificado em boa parte da produção do pintor durante os anos 70. Era esse, afinal, o ambiente em que se desenvolvia a crítica nos anos em que nos formávamos. Historicamente parecia ter se esgarçado, enfim, qualquer possibilidade de uma dimensão pública para o exercício da crítica, tal como se apresentara no horizonte sob o qual atuara Mario Pedrosa.

Parece-me que todos os esforços que se fizeram nos períodos subsequentes para se reconstituir em nosso meio tal dimensão pública

para a atividade crítica mais cedo ou mais tarde fracassaram, refletindo, de resto, um fenômeno internacional de desprestígio progressivo do lugar da crítica em prol da ascendência cada vez mais notável das estratégias de *marketing* cultural de empresas e instituições, doravante capitaneando o agenciamento e a inserção da produção. Esta é uma questão da qual não vou tratar, mesmo porque não há tempo nem é esse o objetivo da mesa.

Mas vale lembrar que no princípio dos anos 80 houve tentativas bastante aguerridas de se reatar àquela voz contundente da crítica que se manifestara na obra de Mario Pedrosa e, mais tarde, na de Gullar. Naquele momento, o sentimento dominante no ambiente cultural ainda era de intimidação e isolamento, mas jornais alternativos como o *Opinião* já davam vazão a uma nova fala da crítica, indicando, de certo modo, a resistência de uma tradição crítica que se reportava a Mario Pedrosa, de espírito moderno, renovador, experimental, empenhada na reconquista daquela dimensão pública.

A despeito do reconhecimento que cabe à atuação, nas páginas do *Opinião*, de um então jovem crítico como Ronaldo Brito, atuação naquele momento marcada pelo inconformismo e pela vontade de restituir um espaço público para a crítica, evidentemente não vou me estender nesse assunto, porque, com a ressalva de alguns poucos anos de diferença, estarei batendo às portas de minha própria geração e neste caso serei suspeita para avaliar um posicionamento que em linhas gerais abriu caminho para o meu próprio trabalho. De todo modo, parece ser hora já de ponderar o quanto ficou para trás o projeto delineado nas páginas do *Opinião*, o quanto o lugar da crítica parece hoje retraído e desarticulado no Brasil quando comparado ao que se pressupunha naquele momento. O que importa destacar é que, a despeito de aquele projeto, que então se esboçava, ter buscado, se não me engano, uma repolitização da palavra da crítica e, por consequência, a reconstituição de um espaço público da crítica, isto acabou não ocorrendo por uma complexidade de fatores que aqui não vêm ao caso.

É verdade que no bojo daquele projeto emergiu ou pôde ser estimulada toda uma nova geração de artistas, que hoje contam como referências importantes da arte brasileira no contexto internacional. Entre eles poderia mencionar artistas como Waltercio Caldas, Cildo Meireles, Antonio Manuel, Tunga, Barrio, Iole de Freitas, José Resende, ou artis-

tas não diretamente ligados àquele projeto, mas certamente estimulados pelo mesmo surto renovador, como é o caso de Carmela Gross, Regina Silveira, Júlio Plaza, Anna Maiolino, Carlos Fajardo ou alguém como Antônio Dias, cuja carreira tinha se forjado meio que à distância mas que também era engajado no mesmo espírito de renovação.

É preciso mencionar que na esteira desse primeiro empenho de reordenação do meio artístico brasileiro pós-ditadura pôde também florescer, alguns anos depois, uma nova geração de artistas que certamente se beneficiou das transformações radicais que aquela primeira geração havia imposto à fisionomia tacanha quase sempre dominante na visualidade brasileira daqueles anos de ditadura. Entre eles mencionaria nomes como os de Leonilson, Nuno Ramos, Jac Leirner, Leda Catunda e a leva mais recente de artistas como Ernesto Neto e Beatriz Milhazes. Todavia, há pouco me referi à espécie de malogro do projeto de um espaço público de exercício da crítica... O que ocorreu, parece-me, é que o fenômeno da globalização e o correlato ingresso da arte brasileira no circuito internacional de arte, obrigou nossa produção – secularmente habituada a um ambiente pouco profissionalizado, marcado pela supremacia das relações pessoais – ao ingresso num regime empresarial de agenciamento. Tal regime, de uma hora para outra (sem que de fato tivéssemos constituído uma vida institucional no campo da cultura), tornava anacrônico o exercício da crítica, assim como o projeto de construção de uma esfera autônoma da crítica, aquela esfera que a atuação civilizatória de críticos como Mario Pedrosa havia buscado instaurar.

É que o projeto de construção dessa esfera autônoma da crítica demonstrava-se, a essa altura (já rumávamos então para a segunda metade dos anos 80, em plena era de internacionalização de nosso meio), demasiadamente comprometido com um projeto de emancipação local. Vale dizer: o projeto de construção de uma esfera autônoma da crítica, assim como o de uma história da arte brasileira, assomavam, nesse momento, como manifestações de algum modo envolvidas em um horizonte mais amplo da cultura brasileira, no escopo de todo um projeto de constituição de ponto de vista próprio à uma *experiência moderna* da cultura brasileira.

A verdade é que o desmantelamento dessa incipiente aglutinação local não fazia mais do que irradiar a situação internacional, na qual a

crítica principiava a viver ocaso semelhante: aqui, como por toda a parte, o embate dos trabalhos doravante passava a se dar imediatamente com o mercado, sem a mediação do projeto civilizatório e norteador que pelo menos desde o final do século XVIII a tradição moderna conferira à crítica. Sem dúvida éramos, quanto a esse tópico, apenas o capítulo brasileiro de um fenômeno que se disseminava em escala mundial – com a diferença crucial de que nós, que não havíamos consolidado uma tradição moderna e um aparato institucional democrático, republicano (em uma palavra: moderno), não podíamos alardear a nova era pós-tradição ou o fracasso de uma era convicta na mediação civilizatória das instituições.

Interessa destacar que, embora tenha se esboçado no Brasil, entre meados dos anos 70 e princípios dos anos 80, a tentativa de reconstituição de um espaço público da crítica, e afinal de reconstituição de uma tradição combativa e experimental da crítica que decerto remontava à figura de Mario Pedrosa, tal tentativa foi atropelada pelo fenômeno da globalização. Este, em um piscar de olhos, dava conta de uma tarefa que absorvera arduamente toda uma geração de artistas, críticos e intelectuais, naquele período entre meados dos anos 70 e 80. A produção integrava-se ao ambiente internacional sem produzir, internamente, avanços significativos. Vale dizer, entrava em colapso, ou tomava rumos que ainda são difíceis de avaliar, a tarefa de desprovincianizar o meio de arte brasileiro, de conquistar para ele um ponto de vista próprio no contexto globalizado, que nos coloca em um novo sistema de relações, decerto integrado em rede, mas a serviço de uma espécie nova e mais poderosa de hierarquia e colonialismo cultural.

Uma observação: estou me atendo nesta exposição ao ambiente de uma geração para a qual a figura de Ronaldo Brito emerge em um lugar crucial porque me interessa discutir esse esforço concatenado e deliberado de se formar um espaço público da crítica. Isto não quer dizer, faço sempre questão de ressaltar, que não tenha havido outras manifestações importantes na reorganização do ambiente das artes plásticas no período pós-ditadura, na esfera das instituições e do meio acadêmico, ou mesmo em iniciativas esporádicas de crítica na imprensa.

Desde já ressaltando toda a parcialidade de minha memória, poderia lembrar aqui a reordenação institucional que a própria Aracy Amaral levou a cabo na Pinacoteca do Estado de São Paulo (em mea-

dos da década de 1970), os espaços experimentais que Walter Zanini criou no Museu de Arte Contemporânea (MAC) de São Paulo no início dos anos 70, a atuação do CEAC (Centro de Estudos em Arte Contemporânea) entre fins dos anos 70 e princípio dos 80, o grupo coordenado por Otilia no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), e que entre outras coisas reeditou textos referenciais na renovação da vida cultural brasileira a partir do início dos anos 60, a revista *Malasartes* que durou apenas três números, lançados entre os anos de 1975 e 1976, e que tinha entre seus propósitos mais fortes o de romper o confinamento cultural em que mergulhara o meio de arte brasileiro, para isso publicando textos muito aguerridos no campo da arte contemporânea, de autores nacionais e estrangeiros, e divulgando a produção da geração mais jovem de artistas, à qual pertenciam os próprios organizadores da publicação. No Rio de Janeiro iniciativas tópicas e contundentes também indicavam esse esforço de se reatar ao que de melhor havia na tradição crítica brasileira, como foram, por exemplo, as manifestações de arte experimental ocorridas no âmbito do Espaço ABC do Museu de Arte Moderna (MAM-RJ) e mesmo algumas gestões da Fundação Nacional de Arte (Funarte) desde o princípio dos anos 80.

Para retornar a Mario e encerrar esta primeira parte de meu comentário, não poderíamos dizer, então, que a situação com a qual nos defrontamos hoje, de obliteração do horizonte público da crítica, se explica admiravelmente bem no interior daquela dinâmica entrevista por Mario, de uma modernização que seria incessantemente flanqueada por influxos obscurantistas e regressivos? A provável resposta afirmativa a essa pergunta não deve, entretanto, levar a supor que eu esteja preconizando a impossibilidade de uma esfera da crítica na situação contemporânea. De resto, se essa fosse de todo impossível não estaríamos aqui neste debate, de algum modo, por que não dizer, tentando sondar as condições de possibilidade de uma atitude ética e política como a de Mario Pedrosa, mas transposta à situação contemporânea brasileira. Uma coisa parece certa: oblitera-se tanto o horizonte público de uma atividade crítica tal como a colocada em prática por Mario como a própria figura do intelectual completo que ele foi, capaz das grandes sínteses, capaz de ver o trabalho de arte em sua esfera autônoma de linguagem, e ao mesmo tempo irrigado por uma complexidade de agenciamentos sociais.

Perto do Mario, nós, que começamos a atuar no princípio dos anos 80, não conseguimos levar adiante uma experiência de militantes amadores da arte, tampouco escapar ao estigma contemporâneo, do narcisismo da cultura; somos uma geração de especialistas universitários com muita dificuldade, portanto, em agregar aquela dimensão cultural que ele sabia agregar ao trabalho de arte. A única coisa que se poderia dizer, não sei se em nosso favor mas ao menos no sentido de se atenuar a responsabilidade por nossas insuficiências, é que esse estreitamento do foco da crítica, e do lugar da crítica, de certo tem muito a ver com o ocaso contemporâneo da própria noção de política, com o ocaso da atividade da crítica pensada no bojo de uma concepção política da existência. A crítica como vontade, fundada, em última instância, na convicção da vocação normativa e universalista do pensamento.

Tendo a não acreditar que esse projeto se inviabilizou completamente; o que mudou decididamente foram as condições de seu exercício. Nosso desafio é, nesse momento, estrategicamente, sondar novas possibilidades para o exercício da crítica (que até segunda ordem não parece capaz de recobrar alguma dimensão pública). Feitas essas considerações, em que tentei mostrar como permanece a força explicativa do pensamento de Mario Pedrosa em face dos problemas que se apresentam, hoje, ao debate da arte brasileira – quero dizer hoje, quando nos vemos açambarcados num novo ciclo de modernização com todas as facetas regressivas que ele comporta –, eu apenas gostaria de alinhar dois aspectos que me marcam na figura do crítico.

Em primeiro lugar, sempre me pareceu fascinante o fato de que uma obra de crítica de arte tão contundente como a de Mario proviesse de alguém que não tivesse passado por formação acadêmica convencional nessa área. Sempre me pareceu mesmo encantadora a capacidade de improvisar que encontramos nessa obra, a capacidade de colher na premência do presente uma série de materiais heterogêneos aos quais logo em seguida ele submeteria à síntese de seu pensamento crítico. E para nós, que nos formamos num ambiente em que a crítica quase sempre era sinônimo de atividade diletante, eclética, mundana, é impressionante constatar que a crítica de Mario, a despeito de se construir no calor do presente, era feita com a erudição e com a exigência de um profundo rigor interpretativo. Sob esse prisma, cabe reconhecer que Mario permanece, de fato, como uma referência intelectual das mais

prolíficas para a crítica que se faz hoje no Brasil. A sua contundência intelectual, a capacidade de engajar, de revelar a dimensão cultural, coletiva do pensamento estético de toda uma geração de artistas, munido essencialmente de seu talento de improvisação, que, aliás, frutificara longe do ambiente acadêmico e dos tecnicismos da especialidade, realizava, para nós, afinal, o lado feliz e utópico do mote “somos condenados ao moderno” que ele próprio cunhara e de cujo lado sombrio estava perfeitamente ciente.

A obra de Mario era, dessa maneira, a prova de que se poderia constituir um pensamento consistente e original em arte em um país jovem e sem tradição, isto é, em uma condição na qual o crítico não poderia contar nem com o repertório de referências fornecido por uma sucessão cronológica de obras (uma tradição de arte), nem com um repertório de referências fornecido por uma tradição interpretativa da arte, isto é, com o respaldo de escolas e de disciplinas longamente sedimentadas, com o respaldo de uma história da arte. Além disso, essa obra abre para nós a possibilidade de se pensar em uma história da arte que possa ser portadora da dimensão fenomenológica de uma crítica da arte, uma disciplina nova e mais experimental, atenta às exigências da tradição culta da história da arte (na qual Mario era evidentemente afiado) mas disposta aos riscos, às urgências e aos comprometimentos reclamados pelo presente.

Um segundo aspecto da atuação de Mario Pedrosa que julgo da maior importância é o quanto sua obra carregou de efeitos desprovincializadores a seu tempo (estou recorrendo aqui, evidentemente, a um termo freqüente nas formulações de Roberto Schwarz e da própria Otilia Arantes). A meu ver, foi por intermédio da atuação do Mario que os problemas da arte brasileira se universalizaram e adquiriram uma consistência cultural nova, porquanto Mario os liberou das ideologias do nacionalismo e do populismo, que impregnavam nosso imaginário artístico pelo menos desde o final do século XIX e que nos mantinham atrelados a comezinhos disputas locais.

Como foi um espírito cosmopolita por excelência, Mario foi logo capaz de identificar na arte brasileira de seu tempo – refiro-me ao momento privilegiado da crítica de Mario, entre as décadas de 1950 e 1960 – um ramo subsidiário mas bastante rico do grande tronco matricial da tradição construtiva moderna. É bem sabido que a chave que possi-

bilitava essa conexão era a célebre idéia de que “somos condenados ao moderno”, logo, inclinados a atitudes do tipo “tábula rasa”, logo, vocacionados a um incessante processo de construção e reconstrução, logo, geneticamente irmanados à tradição construtiva moderna.

O que importa destacar, ao observar que Mario se emancipava dos termos de apelo localista em que o debate da arte brasileira estava confinado, é que o encanto de suas formulações não reside, decerto, em que ele tenha apregoado uma necessidade de o meio de arte brasileiro se abrir aos influxos internacionais, ou em que tenha preconizado a necessidade de uma atualização cultural. É claro que a obra de Mario nunca teve algo de prescritivo – ao contrário, a graça dessa obra, sabemos, reside justamente em sua leveza dialética, na disposição para se instalar em meio a um ambiente crivado de contradições.

Assim, não estou aqui afirmando o óbvio, isto é, que essa obra nunca se lançou a alardear para a arte brasileira uma plataforma da internacionalização pela internacionalização, ou de absorção das linguagens abstratas como panacéia para os problemas do descompasso cultural. Diferentemente, a originalidade de Mario reside em que, tendo apregoado sempre a necessidade da renovação, de uma atitude experimental, isto é, de aquisição de um espírito mais ventilado e internacionalista por parte da arte brasileira, jamais deixou de valorizar uma densidade local, isto é, a graça e a singularidade do ponto de vista local.

Me parece, salvo engano, que ele ressalta essas qualidades na obra de Volpi, de Antônio Dias e de Hélio Oiticica, ao mesmo tempo que ressalta a vocação universalista dessa obra, para citar apenas os exemplos que me ocorrem de passagem. Volpi é nosso primeiro artista moderno brasileiro mas também o “pintor do Cambuci”, o “artista-artesão”, aquele que guardaria o substrato afetivo de uma cultura operária, comunitária, assim como a utopia de um mundo solar, não corrompido pela alienação da cidade contemporânea, mundo que ele fazia emanar das delicadas fachadas de subúrbio. Daí as formas primeiras e elementares forjadas por esse pintor, e também o frescor primitivo, a visão inata e não intelectualizada pela qual ele alcançava a estrita qualidade bidimensional da pintura.

Hélio Oiticica é, para Mario, a personificação do experimental mas é também o reatamento de nossa arte contemporânea com a dimensão erótica e transgressiva da cultura popular. Em Antônio Dias Mario

vê o encontro da aspereza mordente do sertanejo com o sarcasmo *pop*. Por fim, um último aspecto extraordinário e fecundo da atuação de Mario, e que decorre desse espírito livre que acabo de descrever, é a finura de sua percepção formal, é o estatuto diferenciado e superior que ele confere à dimensão formal das obras; esse aspecto torna-se um verdadeiro diferencial no exame da obra de Mario, considerando ter sido ele um crítico com uma intensa biografia de militante político, e lembrando as dificuldades que as tradições interpretativas de esquerda freqüentemente encontraram quando tentaram buscar o substrato social nutrindo a forma.

Notas

1. ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Mário Pedrosa: Itinerário Crítico*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.
2. PEDROSA, Mario. “Reflexões em torno da nova capital/Brasília ou Maracangália?”. In: AMARAL, Aracy (Org.). *Mário Pedrosa: Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo, Perspectiva, 1981, p. 306. O texto foi publicado originalmente em *Brasil, Arquitetura Contemporânea*, nº 10, 1957.
3. Id., *ibid.*, p. 309.
4. ARANTES, Otília B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
5. ARACY, Amaral (Org.). *Mário Pedrosa: Mundo, homem, arte em crise*, São Paulo, Perspectiva, 1975.
6. PEDROSA, Mario. *Arte, forma e personalidade*. São Paulo, Kairós, 1979.
7. ZÍLIO, Carlos. *A querela do Brasil. A questão da identidade na arte brasileira: A obra de Trasilá, Di Cavalcanti e Portinari/1922-1945*. Rio de Janeiro, Funarte, 1982 (Temas e Debates).

O jovem intelectual e os primeiros anos de militância socialista

José Castilho Marques Neto

Professor de Filosofia Política da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Araraquara/SP.

Diretor-presidente da Fundação Editora Unesp.

Nasce o militante

Resgatar o percurso político de Mario Pedrosa durante os anos 20 significa resgatar uma parte da memória de um período importante na formação do pensamento marxista no Brasil, no qual, ao pioneirismo da luta pelo comunismo baseado em experiências internacionais acrescentava-se um esforço de interpretação do Brasil e de uma possível revolução socialista nos trópicos. Significa resgatar também uma época de afirmação de princípios éticos que nortearam a vida de um sem-número de militantes pelo socialismo, que ofereceram o melhor de suas vidas pela dura luta contra a desigualdade.

Os ares de transformação dos anos 20, que acompanharam os anos subseqüentes à Primeira Guerra Mundial, são o cenário no qual se move essa história e o nosso personagem. No mundo da política e da sociedade, as mudanças acompanhavam o ritmo das transformações ar-

tísticas e culturais. As três primeiras décadas do século XX pareciam confirmar as teorias desenvolvidas pelo pensamento marxista e pela esquerda, materializando conquistas provenientes de antigas lutas que provinham do século XIX. O ano símbolo deste período é 1917, quando o Partido Bolchevique, liderando os comunistas russos, tomam o poder naquele país abrindo a possibilidade real de conquistar outros países importantes da Europa, como a Alemanha e a França. No Oriente também surgiram revoluções de grande apelo popular que se constituíram em alternativas reais para a sonhada libertação de oligarquias centenárias e opressoras. O movimento político dos oprimidos provocava inúmeras revoltas e revoluções sangrentas que procuravam a sonhada emancipação dos trabalhadores.

Sinistramente, a reação a esta insurreição libertária e socializante mostrava-se também ao mundo. Os movimentos reacionários de ultradireita desenvolveram o fascismo e o nazismo, espalhando o horror e a barbárie, interferindo decisivamente nos rumos tomados pela militância e pelo pensamento da esquerda internacional.

Apesar de marginal neste cenário da cultura europeia do pós-Primeira Guerra Mundial, o Brasil respirava, por intermédio de suas elites intelectualizadas, os ares de transformação que acompanharam esses anos e inseria-se nesta conjuntura de mudanças. Também encontramos aqui movimentos políticos e sociais que contestavam antigas hegemonias e propunham alternativas ao sistema dominante, procurando romper com o passado. Os anos 20 presenciam a agonia da República Velha baseada na oligarquia paulista e mineira. Esses mesmos anos foram caudatários dos primeiros movimentos de trabalhadores que tomavam corpo desde o início do século na figura das primeiras greves que pipocaram com maior intensidade desde os anos 10, lideradas inicialmente pelo anarco-sindicalismo.

O emblemático ano de 1922 é testemunha da fundação do Partido Comunista do Brasil e da realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, ambos acontecimentos fundamentais na história política e cultural do Brasil neste século. O PCB, criado sob a inspiração do modelo soviético e sob o incentivo de sua revolução socialista concretizada havia apenas cinco anos, tornava-se o elo organizativo mais avançado que a esquerda brasileira conquistara desde as primeiras lutas pela emancipação operária. Cada vez mais distantes de serem uma “questão

de polícia”, como entendia a velha oligarquia brasileira, as reivindicações das classes subalternas provinham dos problemas sociais decorrentes daquela fase do capitalismo no Brasil, determinados pelo crescimento da industrialização nas cidades, notadamente no Sudeste, que se tornavam cada vez maiores e com população operária de grande significação.

É nesse contexto de mudança dos anos 20, num país marcado pelo atraso e por grandes contrastes, que a crise política do conservadorismo, numa década que se caracteriza internacionalmente pela crise da democracia liberal, alcança os segmentos excluídos do poder, agita novas bandeiras e aponta novos caminhos.

Se a mobilização acontece nos quartéis dos “tenentes” e nas fábricas do proletariado industrial, a emergência do debate político e das possíveis saídas passa também pelo debate acadêmico. Enquanto a polêmica modernista derrubava fórmulas consagradas pela Academia na literatura e nas artes, jovens intelectuais atraídos pelo marxismo e próximos ao PCB davam os primeiros passos rumo à atividade política.

Entre esses jovens está Mario Xavier de Andrade Pedrosa. Pernambucano de Timbaúba, filho de um senador da República e membro de uma família ilustre e culta, Pedrosa forma-se advogado em 1923 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, após ter estudado na Suíça entre 1913 e 1916.

Com essa origem de família bem posta e ilustrada, Mario Pedrosa insere-se numa geração que absorveu como poucas os desafios da sua época. Rodeado de amigos, colegas e professores cujas biografias na cultura e na militância política também seriam relevantes, nosso personagem percorrerá um sofrido percurso desde 1923 até assumir a política como missão e a luta pelo socialismo como objetivo. É fascinante percorrer o universo de discussões que permeia o grupo de amigos e companheiros e que levará muitos ao engajamento na militância política de esquerda enquanto “intelectuais orgânicos”. A partir da intervenção desse pequeno grupo, a cultura política de esquerda, antes marcada pelo anarquismo, posteriormente pelo comunismo, veria crescer, dentro desse último, e na segunda metade dos anos 20, o que se chamou de “trotskismo” ou IV Internacional.

Aqui, faço um pequeno parêntese para demarcar o terreno em que acontece a passagem destes jovens cultos e letrados para as barrica-

das da “prática política” de esquerda. O terreno em que se movem é permeado por conceitos como dever, justiça, necessidade. A obrigação de se definir a consciência destes leitores privilegiados, destes críticos da sociedade, destes detentores de instrumentos teóricos superiores capazes de decifrar o real, o intelectual, enfim, passa a ser uma questão existencial destes jovens bem formados, em que a imposição moral ganha contornos decisivos para definir suas vidas. Não subestimemos, com nossa conhecida capacidade de esquecimento, a força e o impacto político da Revolução Russa de 1917, próxima, muito próxima deles todos. É útil lembrarmos o que disse Bukharin falar a respeito da Rússia dos soviets: “primeiro gigantesco laboratório onde toma forma o futuro da humanidade”. Diante das discussões tecnicistas a que o mundo da cultura e da academia acostumou-se neste final de século, esse percurso de Mario e de seus pares, marcado por questionamentos fundamentados na pura ética, certamente nos causará estranhamento que, espero, nos deixe ao menos incomodados, início de uma possível reação mais saudável aos labirintos que nos aprisionam atualmente na perplexidade.

Retomando a correspondência de Pedrosa, observamos que por suas cartas passeiam personagens muito conhecidos da história recente como, por exemplo, Di Cavalcanti e Mário de Andrade. Mas o diálogo permanente pela revolução é com aqueles com quem Pedrosa se afinava mais estreitamente, como o professor Edgardo de Castro Rebelo, seu mestre e importante personagem em sua formação intelectual, e militantes como Rodolpho Coutinho, fundador do PCB e da LCI, além de Aristides Lobo e Plínio Gomes de Melo.

Mas de todos eles Mario elegerá o também jovem advogado cearense, igualmente formado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Lívio Barreto Xavier, para partilhar suas dúvidas, angústias e sonhos, estabelecendo uma profunda cumplicidade nas cartas trocadas na segunda metade dos anos 20. Como Pedrosa, Lívio Xavier também completaria 100 anos este ano. Ambos nascem no mesmo dia e ano, mudam-se para o Rio de Janeiro, onde se conhecem na casa de Dona Arinda Houston, mãe de Mary – futura companheira de Mário – e de Elsie Houston, e ainda cursam a mesma Faculdade de Direito. É também com Lívio Xavier que Pedrosa articulará a estrutura das primeiras organizações de oposição de esquerda ao PCB e redigirá importantes textos teóricos e militantes.

As cartas da juventude

“Ainda não vi os comunistas!” Assim escreve a Lívio em princípios de 1925. À irreverência, Mario acrescenta o entusiasmo de seus primeiros contatos com o PCB e com o jornal *A Classe Operária*, além de seus contatos com o dirigente sindical do partido, Mário Grazzini, que procura cooptá-lo como militante. A militância oficial no PCB inicia-se em 1926 e segue até 1929, quando Mario e seu grupo rompem com o PC na tentativa de reformá-lo e formam o primeiro grupo oposicionista de esquerda no Brasil, berço da futura corrente trotskista.

Longe de ser retilíneo, o percurso que vai do ingresso em 1925 à ruptura em 1929 é pontuado por questionamentos e conflitos entre o intelectual e o militante que deixam, em vários momentos, pistas do pensamento futuro do dirigente político e do crítico Mario Pedrosa.

Em carta de 12 de fevereiro de 1926, meses antes de entrar no Partido, Mario escreve a Lívio:

“É horrível nossa condição moral, esse mandarinato em que vivemos. [...] sinto com toda nitidez e com a mais sincera humildade a minha inferioridade moral e espiritual e a hediondez de meu intelectualismo. Dualismo imundo em que se baseia a nossa cultura, toda a miséria, a hipocrisia, o onanismo, o imoralismo da cultura idealista está aqui. De que humildade absoluta precisamos nos revestir para não merecermos ser corridos a pedra pela população, para merecermos o perdão misericordioso das massas? Dia virá, num novo código moral que se construir, em que pensar será um ato criminoso, e, sobretudo, imoral, que degrada o seu autor. Sobretudo agora, nesta fase terminal em que vivemos; tudo é fruto do regime, cuja estrutura espiritual é essa cultura imunda de que nos alimentamos, o idealismo de que nos embriagamos. Liberdade de consciência, liberdade de pensar, hoje? Mas onde já se viu coisa mais imoral? E mais nefasta e ociosa? É preciso castrar os cérebros, primeiro ato de moralidade pública. Pensar por pensar é o mais refinado ato de hipocrisia, de covardia e perversidade. Quero crer que a atividade espiritual recuperará a nobreza quando o trabalho for a base física da moral, o nivelador das condições econômicas e sociais do indivíduo – e nesse sentido compreendo e aceito a idéia do proletariado do espírito, imagem de Aragon – proletariado como o outro, classe cujos

interesses vitais estão precisando da Revolução para se realizar integralmente. Por ora, não há mais intelectual, nem artista – só há o proletariado hoje, nossa atividade só pode ser didática – a única legítima e moral”.

Em outubro de 1926, já militante do PCB, Pedrosa não esconde o conflito que o aflige e que contrapõe o pensador com o homem do partido:

“Continuo desmoralizado, e se estou metido nisso é à custa de um esforço desesperado e muita vontade de ser durão. Minha desagregação é absoluta. *Clarté*, já viu o último número? Ainda apela para a Revolução: nesta pôs a sua fé e as suas últimas esperanças. Mas nós, neste embrião fedorento de América do Norte que é o Brasil... E como clamar a vida toda pela revolução e a revolução não vem e a gente, teoricamente desesperado, vai, bem ou mal, gozando a vida... que condenamos; no meio da burguesia... que condenamos; cavando o dinheiro, que condenamos; as mulheres, que condenamos, etc., etc., que condenamos! O ridículo, meu querido Rimbaud mirim, nos espera. Eu de mim recebê-lo-ei com fervor, minha mística vontade de esculhambar-me. Quero indulgências, como Claudel, somos os Claudel do comunismo. E no Brasil que revolução é privilégio de Isidoro, Lenin de opereta!!![...] Meu derrotismo continua ainda mais agudo. Ora, e justamente agora que faço parte do partido! Bernier tem dez mil vezes razão: como acreditar-se no proletariado ocidental, vendo-se o que se vê, sendo-se intelectual burguês embora diga-se ou sinta-se revolucionário, artista, conservando-se fora da política (em que é obrigatório o otimismo) sem se estar preso às conveniências e disciplinas partidárias?... pode haver [o perigo] de fazer da Revolução um ideal abstrato, longínquo, transcendente, no plano do espírito, exclusivamente uma finalidade metafísica, intelectual, um idealismozinho vagabundo como outro qualquer, capaz de contentar cérebros almofadinhas e escleróticos de poetas pequeno-burgueses. E foi isso que em parte procurei evitar entrando para o partido. Mas o otimismo necessário, a limitação intelectual, eis onde não posso chegar. [...] A nossa tragédia é ver o Brasil pelo outro lado do binóculo: longe, muito ao longe, miudinho – a mesma vagabunda paisagem que nos cerca – em relação ao otimismo burguês, estético com o Graça,

econômico com o Afonso, etc. O fato é que estamos bem arranjados, com a visão necessária do mundo bastante lúcida para falharmos, e vamos falhando admiravelmente. Mesmo, sobretudo, no campo de nossa revolta. E dessa falência absoluta integral, tiramos vaidade, e dessa vaidade é que vivemos. O tema é conhecido demais. Que pobreza de imaginação, porra!”.

Em março de 1927, trabalhando em João Pessoa, o que representa para ele uma volta às suas raízes, Pedrosa escreve a Lívio uma carta memorável na qual, em poucas linhas, traduz muitos dos questionamentos e dúvidas que povoavam as mentes dos intelectuais brasileiros que optaram pela militância política de esquerda naquele período:

“Aqui nesta província a revolta da gente, a santa revolta perpétua que queima a gente tem vida difícil, a resignação, a pasmaceira e a calúnia e a umidade do meio não lhe favorecem a vida. A gente entrega os pontos sem querer. Minha preocupação maior aqui é procurar as coisas da terra que a gente viu em menino com assombro e espanto e invejosos e não se lembrou mais. Congo, lapinha, bumba-meu-boi, coco, etc. Quero ver se consigo colher alguma coisa, pra mim e pro Mário que acaba agora de publicar dois livros de prosa: *Amar, verbo intransitivo* e *Primeiro andar*, contos . [...] Ando nos ares, sem poder assentar nada. Uma coisa esquisita. Mas esqueço às vezes que sou comunista. Com certeza não serei nunca um homem de partido, militante político. Não dou para isso, sobretudo no Brasil. Só se for numa hora decisiva: numa greve imponente, numa comemoração cívica, sobretudo numa barricada, guerra civil. Porque assim eu ia com esperança de vencer, entusiasmado e satisfeito, todo entregue, espírito e corpo, à causa, achada então a alta finalidade que procurei toda a vida, prevendo, sabendo que ia morrer. Sem risco de morte, sem a esperança de morrer, é impossível prender o espírito absolutamente a uma causa, por mais alta que seja. Romantismo, literatura – seja lá o que for. Mas é isto. Não é à toa que sou pequeno-burguês intelectualizante . [...] O Brasil é uma coisa contra a qual parece que não posso lutar. O Brasil venceu . [...] eu acabo recorrendo ao desmoralizado vagabundíssimo expediente a que todo namorado infeliz e ridículo recorre sempre: a garrafa. Tomar morfina ou cheirar o pó – é vício por demais mundano, aristocrático e almofadinha, literário

que não há quem agüente. Beber, porém, já saiu felizmente da literatura. Beber é pois primitivismo, romantismo, passadismo por oposição a futurismo. Veja você como minha decadência é irremediável: é esta uma das soluções que agora vejo. Sinceramente. Rimbaud é inacessível. Ou isto ou soldado da Revolução. Mas a Revolução onde é que está? Você acredita em Stalin? E no Brasil você acredita em Octávio Brandão, em Astrojildo, em Leônidas Rezende, em Azevedo Lima? As forças históricas do Brasil, o proletariado. Os soldados, Prestes à frente, não conseguiram uma revoluçãozinha pequeno-burguesa, que será de nós? Eu sei que a gente não deve, não é científico, está errado, desprezar, negar certas possibilidades futuras, mediatas ou imediatas, só porque o momento atual não está conforme às nossas aspirações. Estes homens podem não valer nada, ser insignificantes (mas alguns deles valem alguma coisa) e amanhã surgir um acontecimento que levante acima de todos um batuta que ninguém conhecia. Mas como é difícil vencer o ceticismo, ou melhor, o pessimismo. E a gente saber teoricamente, *in abstracto*, que a Revolução há de vir, virá um dia, é bastante para sustentar a nossa revolta, a nossa luta contra o presente infame e necessário, sem jeito de ser outro? Isso é bastante pra gente viver? Uma previsão, uma teoria, uma lei sociológica têm plasticidade, concretização, raízes bastante para penetrarem em nós a ponto de criar dentro de nós a sensualidade necessária à vida do espírito e do corpo? Eu te abraço, condenado como eu, e tenho pena de ti, que é uma maneira, um truque que ainda me resta de ter pena de mim mesmo e me querer bem – este merda, este cretino infeliz que sou. Adeus”.

O período angustiante em que permanece na Paraíba é breve e, de volta ao Rio de Janeiro, retoma o trabalho na organização Socorro Vermelho, do PCB, além de escrever e tentar publicar uma revista teórica com seus parceiros de idéias.

Desde 1926, atento às mudanças de poder na Rússia soviética, Mario Pedrosa e seus amigos lêem e debatem publicações que inspiraram a luta dos oposicionistas de esquerda contra Stalin. No centro destas publicações destacava-se *Clarté*, principalmente as edições a partir de 1926, com a direção de Marcel Fourrier, e que daria origem, em 1928, à revista *La Lutte de Classes*, dirigida por Pierre Naville. Há evidências do contato de Pedrosa com os franceses oposicionistas e

simpáticos a Trotski desde 1926, principalmente com Naville. Porém, como todos os comunistas deste período, a palavra de ordem era debater dentro do Partido, tornando-se, no máximo, uma tendência de oposição interna. O que se depreende da correspondência, no entanto, é que os questionamentos de Pedrosa e seu grupo não tiveram qualquer ressonância na liderança do PCB.

É neste contexto de militante do partido, mas fortemente sensibilizado pelas inquietações políticas do movimento comunista na Europa e ainda contando com canais próprios de correspondência com os oposicionistas, que Mario aceita o convite para frequentar a Escola Leninista em Moscou, curso de formação militante da III Internacional, encarregada de forjar lideranças para os PCs de todo o mundo.

Em novembro de 1927 segue para Berlim, de onde passaria à Rússia. Mas o militante que se recusava à limitação intelectual, atento às imensas contradições dos partidos comunistas numa Europa permeada por crises e transformações, vivenciou em Berlim muitos dos conflitos que apenas lhe chegavam teoricamente por notícias e artigos da revista *Clarté*. Se sua militância no Brasil nasce crítica e plena de questionamentos íntimos, em Berlim ela explode contra o doutrinário e a castração da crítica política interna nos PCs, contra a morte da conhecida tese leninista do “centralismo democrático”. Podemos afirmar que nesse período a militância de Pedrosa renasce oposicionista, crítica, avessa à obediência castradora, ao mesmo tempo que floresce nele a convicção de construir um partido verdadeiramente comunista. Hoje isso pode parecer pouco, mas estávamos em 1927 e Moscou era o farol dos deserdados da terra!

Sua atitude definitiva, exclusivamente política, embora explicada até alguns anos atrás pelos historiadores como fruto de um incidente de saúde, é a recusa a embarcar para Moscou. Assim conta ele a Lívio, em carta de dezembro de 1927:

“Agora, aqui pra nós. Desanimei duma vez de ir, hoje mesmo que te escrevo. O Congresso Bolchevique do Pan Russo expulsou Trotski e a oposição do partido! Acabou assim a oposição [...] quando vi no *L’Humanité* a resolução publicada ontem – não foi surpresa, pelo contrário – foi como uma desgraça que já se estava esperando. [...] os grandes problemas que estavam no ar não foram resolvidos, mas suprimi-

dos. Que é também uma maneira de resolvê-los, afinal. A hora é dura e a gente tem de ser lúcido, disciplinado e coerente. Do meu ponto de vista pessoal, uma desolação. Saí tão acabrunhado quando vi tudo consumado que, no restaurante onde como, um russo qualquer também come lá, e me perguntou por que eu estava muito triste pois minha fisionomia denotava que alguma coisa me tinha acontecido ou estava sentindo. E como é que eu vou para a Rússia assim?''.

Do impacto inicial que o levou à desolação, Mario retirou energia para estudar e debater com os oposicionistas, inclusive com viagens freqüentes que passou a fazer para Paris, onde se reuniu também com os surrealistas. Foi neste período europeu que as antigas idéias de oposição ao PC sistematizaram-se, ganharam força militante e conduziram Mario Pedrosa à Oposição de Esquerda e, num segundo momento, à IV Internacional, militância que ele abraçou até 1940. A última carta a Lívio, enviada de Berlim, em 14 de maio de 1928, já não apresenta angústias ou dúvidas entre o intelectual e o militante, mas faz surgir o dirigente que se propôs a construir uma alternativa de esquerda ao PC:

“Como podemos, na nossa posição de intelectuais do partido no Brasil, continuar sem de nossa parte tentar definir a situação brasileira, sul-americana? Que diabo de militantes somos nós? Não podemos continuar nessa irresponsabilidade em que temos deixado o barco correr. Isso é até brincadeira. Estamos todos falhando ao nosso dever. [...] Que pseudofunção é a nossa no partido. Para que serve a nossa presença nele – para fingir que somos bolcheviques e ter uma atividade puramente formal – comparecendo a reuniões de célula e fingindo acreditar na organização e na existência dum movimento comum no Brasil? Ser membro do PCB e ir à célula é bonito e romântico para nós que não queremos ser literatos, etc., etc. Mas o tempo do romantismo passou”.

As cartas posteriores que endereçou a Lívio Xavier até meados dos anos 30 têm esse caráter militante, arremetedor, buscando contagiar seus companheiros para a revolução socialista e o reordenamento do partido. Foi-se o Mario repleto de dúvidas pessoais sobre seu papel como intelectual e militante, e dele surgiu o Mario conhecido hoje publicamente como o aguerrido combatente do socialismo e nosso maior

crítico de arte. Em ambas as atividades exerceu com firmeza e valentia suas convicções, quase sempre na contracorrente, surpreendendo pelas idéias e pela coragem de expressá-las.

As primeiras organizações: do Grupo Comunista Lenine (GCL) à Liga Comunista Internacionalista (LCI)

Quando Mario Pedrosa retorna da Europa, em agosto de 1929, encontra os remanescentes dos movimentos de oposição aos dirigentes do PCB totalmente dispersos. A correspondência com Lívio Xavier, os documentos que mandara da Alemanha e da França, os laços estabelecidos com os opositoristas de esquerda europeus não haviam conseguido criar uma estrutura organizativa adequada aos anseios dos dissidentes.

É certo que hoje, já com o olhar voltado para a história daqueles anos, não é difícil entender que a dispersão seria o resultado mais previsível para aqueles que se opunham à IC e às suas seções nacionais. Trotski havia sido derrotado na União Soviética, “pátria do socialismo”, expulso do PC e do território russo pelo governo que ajudara a construir. O “trotskismo” como sinônimo da contra-revolução já havia transposto o território soviético, e era utilizado como escudo protetor dos partidos comunistas contra as críticas dirigidas à sua política.

Reunir as diversas frações que se identificaram de um modo ou de outro com os argumentos da Oposição de Esquerda russa foi um longo caminho que, de fato, só começou a se concretizar em princípios dos anos 30. Nesses anos que precedem o I Encontro Internacional da Oposição de Esquerda, a não-organicidade do movimento contribuiu para a dispersão. Os militantes revolucionários descontentes com o PC ou abdicavam da militância, ou atuavam sindicalmente, com eventuais debates localizados sobre os problemas internacionais do socialismo.

No Brasil, o quadro não foi diferente. Fúlvio Abramo, que iniciou a militância opositorista em 1931, já na Liga Comunista (Oposição), afirmou-me em entrevista de abril de 1989: “Houve um encontro de várias posições de Trotski com o trabalho desenvolvido por grupos socialistas não identificados com a linha do Partido Comunista”.

Foi nestas circunstâncias que a ousadia política e intelectual de Mario Pedrosa, somada à sua experiência na Alemanha e na França, nos anos de rompimento de Trotski e Stalin, foram fundamentais nos

primeiros passos para se constituir um agrupamento que, enfrentando a acusação de trotskismo, encarou o duro embate político e ideológico contra o PC e contra as classes dominantes. Esse grupo levou o nome de Grupo Comunista Lenine (GCL) e se constituiu entre os meses finais de 1929 e o início de 1930. Para realizar essa tarefa, Pedrosa contou com seu antigo grupo, originário dos debates sobre o marxismo em torno do professor Edgardo de Castro Rebelo e acrescido de mais alguns elementos cooptados durante a curta militância no PCB, como Rodolpho Coutinho, João Dalla Déa e Wenceslau Escobar Azambuja.

É interessante observarmos que o GCL e também a futura organização que tem por origem esse primeiro agrupamento, a Liga Comunista, fundada em 1931, foram precedidos por uma longa seqüência de debates políticos informais entre as pessoas mais identificadas com as críticas à linha política do PCB. Também se nota a vocação internacionalista desta oposição desde o primeiro momento, principalmente em suas ligações com a Oposição de Esquerda francesa, cujos conselhos aos brasileiros para que eles tomassem a crise russa como referência teórica e procurassem encontrar estratégias de luta baseadas em problemas brasileiros foram seguidos por Pedrosa e seus companheiros. Aliás, é interessante como todas as intervenções deste Seminário estão apontando para a preocupação de Pedrosa em entender o Brasil – “Mario tinha os dois pés plantados no Brasil”, assim dizia Aracy Amaral, por exemplo. A influência internacional não impediu que os opositores brasileiros agissem com grande autonomia em relação ao Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda. Coube a Pedrosa a tarefa de forjar, a partir de exaustivas discussões, o que ele chamava de “homogeneidade ideológica” deste restrito grupo.

Em 8 de maio de 1930, os resultados das discussões internas ganha as páginas do primeiro jornal opositorista de esquerda no Brasil – *A Luta de Classe*. A veemente reação do PCB ao novo órgão de imprensa operária foi proporcional à influência que essas idéias veiculadas pelo novo grupo teriam na história da esquerda e do socialismo brasileiro. O GCL e seu jornal iniciaram um embate de idéias e de posições políticas que se dariam em torno da idéia de revolução e da interpretação desta pelo “marxismo-leninismo”.

Para além das ações militantes nos sindicatos e nas lutas operárias, Mario Pedrosa e seus companheiros contribuíram decisivamente

para uma melhor leitura marxista do Brasil. Inúmeros textos e iguais exemplos poderiam ser comentados para demonstrar a relevância da contribuição teórica dos oposicionistas brasileiros que se contrapunham às leituras esquemáticas do PCB, mas atenho-me a comentar um episódio marcante da vida política brasileira, a Revolução de 1930, a partir do primeiro texto dos oposicionistas de esquerda sobre o Brasil, intitulado “Aos trabalhadores do Brasil”, datado de janeiro de 1931: durante anos, o PC insistiu na tese de que a Revolução de 1930 era o resultado das contradições *imperialistas*, em que a crescente influência econômica norte-americana sobre parcela da burguesia brasileira, identificada principalmente na pecuária riograndense, possibilitou o golpe assestado contra a burguesia paulista, representante direta dos interesses imperialistas britânicos.

O artigo do *Boletim da Oposição*, embora limitado por algumas propostas doutrinárias no seu final, inova ao considerar aspectos fundamentais para compreender o golpe liderado por Getúlio Vargas. Mesmo tendo sido escrito apenas dois meses após o golpe, é interessante observar que os argumentos centrais do artigo já captavam com bastante fidelidade a recomposição das classes dominantes no poder federal, abrindo uma nova etapa de hegemonia no Estado brasileiro. Muitos anos depois, alguns historiadores trabalharam com esses argumentos, como, por exemplo, o clássico estudo de Bóris Fausto, *A Revolução de 1930*. Confirmando a análise feita no “calor da hora” pelos oposicionistas, Fausto conclui que “as relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração com exclusividade”¹. Mais adiante, ele considera que a disputa pelo poder político adquire “a forma de um embate regional” e que o novo governo “representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo”².

O artigo dos oposicionistas tem, por sua vez, como ponto de partida a compreensão de que houve no episódio de outubro de 1930 um movimento de dissensão interno à burguesia nacional. Porém considera que não há divergência entre os setores burgueses quando se trata de defender seus interesses de classe internacionais. As disputas entre parcelas da classe dominante não significam uma cristalização de posi-

ções, nem um alinhamento definitivo das partes em relação às potências capitalistas inglesas ou americanas. Há, sobretudo, uma disputa pela hegemonia política para manter privilégios econômicos internos de um setor ou de outro. O imperialismo aparece na análise com todo o seu cosmopolitismo de interesses, ao contrário da divisão mecânica feita pelo PC, e a burguesia nacional no seu conjunto apresenta-se dependente da economia mundial capitalista.

O reconhecimento de contradições próprias às classes dominantes no Brasil, baseadas em interesses econômicos bem delimitados, possibilita à Liga Comunista (Oposição) entender que houvera uma disputa interna à burguesia brasileira, devido à falência da oligarquia perrepista, provocada pela crise de superprodução do café. O PRP (Partido Republicano Paulista) teve de “ceder as posições pelo pronunciamento das forças armadas, intimidadas pelo espantinho da guerra civil, ateadas pelas situações dominantes nos três Estados da chamada ‘Aliança Liberal’”. O artigo reconhece também que, apesar da influência dos gaúchos e de sua economia baseada na “picultura, pecuária e indústrias correlatas”, não houve substituição da oligarquia do café por outro único setor burguês. Ao contrário, o texto demonstra o crescimento da idéia de um governo centralizado e forte, do conceito de unidade nacional garantida pelos revolucionários de 30, opondo-se à utilização do sistema federativo como instrumento político de interesses econômicos regionais. Ainda mais, considera que o novo governo expressa a existência de um “Estado de compromisso”, para usar a expressão de Bóris Fausto. Vale a pena citar um pequeno trecho deste documento:

“Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes Estados se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a ‘pátria brasileira’ do desmembramento, eis a ‘missão histórica’ dos ‘generais da revolução’, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia. A unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da ‘Aliança Liberal’. Suprimidos do cenário político alguns figurões mais comprometidos, *o acordo geral da burgue-*

sia está sendo restabelecido à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida. Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política” [grifo meu].

É interessante notar que o quadro traçado por esta análise está de acordo com as diretrizes gerais da Oposição Internacional de Esquerda que diz respeito à impotência de as burguesias nacionais realizarem os programas democráticos. E o *Boletim de Oposição* não deixa passar a oportunidade de mencionar a luta de classes e a missão histórica do proletariado:

“Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia. Diante do proletariado, como classe, todas as frações da burguesia não têm divergências e conservadores e liberais fazem frente única”.

É com esta carga de divergências teóricas que os oposicionistas de esquerda no Brasil, liderados por Pedrosa, apresentaram-se de corpo inteiro em 1931. Outros artigos e ensaios deste porte se sucederam nos anos 30, inclusive o importante “Esboço de uma análise de evolução econômica e social do Brasil” (M. Camboa/Pedrosa e L. Lyon/Lívio), talvez o primeiro ensaio marxista sobre a formação social do Brasil. Essa produção teórica aprofundou as diferenças com o Partido Comunista, e os militantes originários do minúsculo Grupo Comunista Lenine criaram mais três organizações sob a liderança de Mario Pedrosa: Liga Comunista (Oposição), 1930/31, Liga Comunista Internacionalista, 1931/35, e Partido Operário Leninista, 1936. Em todos eles, o trabalho se deu contra a corrente, primeiramente buscando transformar o próprio PC e, num segundo momento, procurando criar uma nova Internacional. A história destes grupos nos anos 30 foi marcada pela ousadia, pela bravura de, sendo poucos numericamente, ocuparem importantes sindicatos (gráficos, por exemplo) e estarem presentes nos grandes debates nacionais, como a Constituinte e a luta antifascista.

Paro por aqui, convicto de que estou, a partir do ponto de vista privilegiado de leitor de seus escritos ao amigo íntimo, de que muito do

que devemos a Mario Pedrosa foi forjado naqueles tempos de juventude e de formação militante em que a pura ética se sobrepunha. Finalizo compartilhando com Francisco Foot Hardman este trecho do prefácio que ele escreveu para o meu livro *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*³:

“Sua solidão – em sociedade – é a maneira de que hoje vivemos. E por que haveria de ser revolucionária, afinal? Talvez porque souberam ou tentaram, quase sempre, não ser coniventes com seu isolamento. Transformaram sua solidão em fonte de combate, de crítica, de conhecimento. Contra as tacanhices do comunismo burocrático de algibeira e do modernismo provinciano de salão, preferiram as margens da história nas franjas político-culturais dos anos 20 e 30. No universo unidimensional da contemporaneidade, hoje seria muito mais raro encontrar exemplos de tão libertário desprendimento. Restam-nos seus sinais luminosos”³.

São Paulo, 23 de agosto de 2000

Notas

1. FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
2. Id., *ibid.*, p. 112 e 113.
3. HARDMAN, Francisco Foot. Prefácio. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Revolução solitária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

Mario Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940)

Dainis Karepovs

Mestre e doutorando em História pela USP e prepara tese sobre a esquerda brasileira e a questão parlamentar nos anos 20 e 30. É também presidente do Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (Cemap).

Depois de Hitler ter assumido o poder na Alemanha, em 1933, derrotando sem luta o Partido Comunista Alemão, Leon Trotski declarou a “falência” da III Internacional, a Internacional Comunista (IC), e a necessidade da construção de uma nova internacional, a IV Internacional. Para ele, a política levada pela IC sob orientação de Joseph Stalin não era mais passível de reorientação às suas origens, como acreditara até então. Este combate, iniciado nos anos 20 e levado em escala planetária, teve ao seu lado uma série de valorosos militantes pelo mais variados países. Entre eles, desde os primeiros momentos, estava Mario Pedrosa, já a partir do final dos anos 20, quando, como militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), tomou o rumo da Escola Leninista da IC em Moscou e para a qual acabou não indo, ficando na Europa em razão de sua adesão aos posicionamentos defendidos por Trotski e seus companheiros. Pedrosa dedicou-se inteiramente ao combate pela reorientação da IC, num primeiro momento, e, após 1933, à construção

da IV Internacional. Quando, em razão das perseguições a que fora submetido após o *putsch* comunista de novembro de 1935, ele foi enviado para a França por seus companheiros, Pedrosa passou a atuar diretamente junto à direção do movimento pelo qual havia anos vinha lutando e que, em setembro de 1938, concluiu pela fundação da IV Internacional. Eleito dirigente da nova Internacional, algum tempo depois, no entanto, acabará se afastando do movimento ao qual dedicou mais de dez anos de sua vida. O objetivo deste trabalho é dar uma pequena contribuição no sentido de examinar este período pouco conhecido de sua vida.

O exílio

Em reunião de 8 de dezembro de 1937, o Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista (POL) decidiu que Mario Pedrosa, por estar sendo processado pelo Tribunal de Segurança Nacional, deveria sair do país. A resolução¹ atribuía uma série de tarefas a Pedrosa: buscar o estreitamento das ligações do POL “com o movimento revolucionário da 4ª Internacional”, o “estudo dos problemas da revolução brasileira e a colaboração regular nos órgãos do POL publicados no Brasil” e a criação de uma publicação teórica do POL no exílio. Por fim, a resolução determinava que o destino do “camarada Gonzaga” era os Estados Unidos. Como se sabe, Pedrosa acabou indo para a França, onde estava sediado o Secretariado Internacional do Movimento pela IV Internacional (SI) e com o qual o POL se mantinha em contato, embora não se possa deixar de especular sobre o fato de que a indicação dos Estados Unidos fosse apenas, em razão de uma eventual – e que acabou ocorrendo, de fato – queda do documento em mãos da repressão, para despistar a polícia de Getúlio Vargas e Filinto Müller. Em carta a Lívio Xavier, Mario Pedrosa explica o sentido dessa decisão:

“Estamos aqui concordes que o golpe [de] Getúlio abriu uma nova fase no desenvolvimento da situação. Num certo sentido, comparável ao que se passou na Alemanha com o advento de Hitler: isto é, é preciso começar tudo de novo. O PC, que já estava em agonia, volatilizou-se, e aqui as perspectivas de renascimento são muito menores, tendo em vista a situação geral do mundo e a decadência pronunciada da IC. Não há

tradições teóricas e organizatórias ponderáveis. Nós poderemos assim nos manter, e *aproveitar o tempo para criarmos os primeiros quadros*, isto é, tarefa propagandística e educadora em primeiro lugar. A fase de estabilização relativa, diante de nós, e a profunda derrota e depressão sofridas impõem a todos nós começar tudo outra vez do começo. Mas agora com maior experiência e maior concentração de esforços. Afinal no Brasil chegamos, numa marcha-ré violenta, a uma época em que se abre na prática a questão da emigração; quiseram os fados que fosse eu o primeiro a ser forçado realmente a emigrar (não tome a emigração no sentido puramente geográfico, mas sobretudo no sentido da atividade política, pois a emigração em si pode também ser para o interior do próprio país). [...] Esta carta não é apenas uma carta particular minha, mas foi aconselhada pelos companheiros de organização. Aproveito a oportunidade para fazer o [que] de há muito andava querendo fazer: trocar idéias com você, principalmente agora em que sou forçado a expatriar-me, sob a ameaça de 5 a 8 anos de grade ou de ilha. Vou emigrar por decisão organizatória, e com plano de trabalho a executar ou a tentar executar. A primeira tarefa é nos tirar do isolamento provinciano em que todos estamos confinados; a segunda, é de ordem teórica; a terceira etc. Espero de você um endereço seguro para que possa utilizar-me de lá de fora e nos correspondermos e outro endereço para envio de material. Muito tinha ainda que conversarmos mas não há mais tempo. Abrace os amigos. Não lhe posso dizer detalhes sobre a minha excursão”².

Com o passaporte de um amigo, Nelson Chaves, devidamente adaptado, ele consegue rumar para a Europa em uma embarcação alemã. Neste navio, comandado por nazistas, para não despertar suspeitas, sobretudo do camareiro do andar ocupado por Pedrosa, um fanático líder nazista, deixava sempre um livro de Goethe sobre sua cama³.

A cisão no PCB

Assim que chega a Paris, Pedrosa recebe notícias de seus camaradas brasileiros⁴. A que mais o entusiasmou foi a referente à cisão que se desenrolava dentro das fileiras do Partido Comunista e que explodira abertamente poucos meses antes do golpe que instaurou o Estado Novo.

Ela era decorrência da discussão a respeito de qual seria o papel da burguesia nacional, se esta seria ou não “força motriz da revolução brasileira”, posicionamento contra o qual, de início, a maioria dos Comitês Regionais (CR’s) do PCB se insurgiu⁵. A cisão fora desencadeada a partir do Comitê Regional de São Paulo do PCB e capitaneada pelo jornalista Herminio Sacchetta e o alfaiate Heitor Ferreira Lima, ambos também membros do Bureau Político (BP). No entanto, com o trabalho de pressão sobre os militantes e os CR’s coordenado pelo secretário geral do PCB, o professor Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), a prisão das principais lideranças dos dissidentes e, por fim, o posicionamento favorável da IC às posições de Bangu, o quadro foi revertido. O grupo de Sacchetta e Ferreira Lima, que logo no início da crise se constituíra em Comitê Central Provisório (CCP) e que mantinha os temas da polêmica dentro do campo do stalinismo, sofreu uma divisão interna quando parte dos membros do CCP começou a desencadear um processo de discussão sobre a política internacional da IC e a defender posicionamentos próximos aos de Trotski e seus seguidores. Os que se aproximaram do trotskismo, entre os quais Sacchetta, o advogado Alberto Moniz da Rocha Barros e o jornalista José Stacchini, passaram a denominar-se Comitê Regional do PCB (Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária).

Desde fins de 1937, quando tiveram pela primeira vez notícias da cisão, os trotskistas brasileiros observavam com atenção o grupo de São Paulo, a quem classificavam de centrista. Inclusive, no início de dezembro de 1937, poucos dias antes da partida de Pedrosa do Brasil, o jornalista Plínio Gomes de Mello recebera orientação da direção do POL e fora enviado a São Paulo para ampliar a atuação do partido e estabelecer contatos com os dissidentes⁶.

Para Pedrosa, esta cisão era o primeiro sintoma de crise internacional do stalinismo, na qual a tarefa de intervenção dos trotskistas brasileiros era facilitada pelo fato de inexistirem correntes centristas semelhantes às da Europa, como o Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM) espanhol⁷. Como diria mais tarde, era a primeira vez que “um movimento de rebelião contra a burocracia dirigente chegou a formar-se com tanta amplitude no seio do próprio P.C. e de cima para baixo” e que este movimento romperia com o dogma da infalibilidade da direção e assumira o direito de discutir⁸.

Pedrosa avaliava, como a direção do POL, que as posições dos dissidentes eram muito confusas e cheias de contradição:

“Toda sua crítica é dirigida contra a política do último período, isto é, de 1937. Eles querem voltar à política do período da Aliança Nacional Libertadora de 1935. [...] Até agora não chegaram a tomar posição sobre os problemas nacionais. Eles se consideram os únicos, fiéis e legítimos intérpretes da linha do VII Congresso da I.C. Em todas ocasiões citam Stalin e Dimitrov. À acusação de ‘trotskismo’ responderam com uma violenta campanha contra o trotskismo”⁹.

Em um longo artigo de autoria de Febus Gikovate¹⁰, que Pedrosa traduzira e difundira junto ao Secretariado Internacional e membros do Comitê Central do POI e também para Trotski, observava-se que se as críticas feitas pelo Comitê Central Provisório dissidente, que atacavam a linha política do PCB descolada da orientação da IC e de suas seções, fossem conseqüentemente levadas até o fim, seriam elas mortais à Internacional Comunista. Como exemplo, Gikovate mencionava os ataques feitos à teoria da burguesia nacional como força motriz da revolução brasileira e afirmava que, na verdade, o PCB já a considerava como tal antes do *putsch* de 1935, “embora falasse vagamente em hegemonia do proletariado, que consistia apenas no estribilho ‘com Prestes à frente’”. Além disso, Gikovate também chama a atenção para um descompasso entre as críticas do CCP contra a linha do BP e suas palavras de ordem, que, na prática, reproduziam as do Bureau Político. Por fim, apelava a que prosseguissem na luta, aprofundassem suas críticas, examinassem a atividade da IC e entrassem para a IV Internacional, pois fatalmente a IC os iria expulsar de suas fileiras, mesmo se fossem a maioria do Partido. Para Gikovate a IC já estava perdida, em um caminho sem volta:

“O desvio da direita, que sucedeu ao “terceiro período”, consagrado no VI Congresso da IC, é *definitivo*. Esse desvio foi tão radical que penetrou e muito no campo da traição. A burocracia stalinista ligou-se com o imperialismo (inglês, americano e francês) e não pode mais manobrar. Não pode também fazer concessão de espécie alguma. As seções da IC são obrigadas a defender em cada país não os interesses das mas-

sas trabalhadoras, mas os da burocracia stalinista e de seus aliados, o “melhor imperialismo”. No Brasil Bangu e André desempenham esse papel à custa de sucessivas derrotas das massas trabalhadoras”.

Mas era preciso, diziam os trotskistas em outro artigo, que os dissidentes se definissem o mais rápido possível, diante da degeneração que ameaçava tomar conta da cisão, optando entre o “banditismo stalinista e a fidelidade à revolução proletária”:

“O caráter progressista que, a princípio, parecia impulsionar o movimento dissidente vai, aos poucos, degenerando numa luta estéril em torno de problemas de importância secundária. Politicamente o que diferencia hoje as duas frações são o oportunismo da primeira e o aventurismo da segunda, afora as interpretações igualmente falsas do caráter da revolução no Brasil. Mais que tudo, porém, o que as caracteriza é a agressividade com que se brindam mutuamente. No mais estão de acordo. Ambas se prosternam diante do papa do Kremlin, ambas acatam a infalibilidade do seu verbo, ambas se solidarizam com seus crimes monstruosos e, numa obra de emulação tipicamente stalinista, desenrolam ambas toda sorte de calúnias contra os partidários da IV Internacional e contra todos aqueles que se negam a ver no banditismo dominante na URSS quaisquer laivos de socialismo”¹¹.

Diante da possibilidade de influenciar os rumos daquela crise, o POL, ao mesmo tempo que já acompanhava as atividades da escritora e jornalista Patricia Galvão (Pagu) no Rio de Janeiro, decide enviar a São Paulo Febus Gikovate, em fevereiro de 1938, para tentar, juntamente com Plínio Mello, convencer o CCP e conquistá-lo para o trotskismo. Em depoimento dado ao historiador americano John W. Foster Dulles, Gikovate afirmou que um mês após a sua ida a São Paulo já dava aos seus companheiros de POL do Rio de Janeiro boas notícias no sentido de que as conversações com o CCP iam muito bem¹². Elas acabaram avançando para a realização de uma conferência, realizada em abril de 1939, na qual o POL e os dissidentes constituíram-se no Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil. Finalmente, em agosto de 1939, em uma pequena propriedade rural situada na cidade de Guarulhos (no estado de São Paulo), fundou-

se o Partido Socialista Revolucionário (PSR), como seção brasileira da IV Internacional.

Novas tarefas

Além de buscar auxiliar o POL, como determinava a resolução do partido que o enviara ao exterior, logo que chegou a Paris Pedrosa entrou em contato, provavelmente por intermédio de Pierre Naville, com o Secretariado Internacional e sua seção local, o Parti Ouvrier Internationaliste (POI). Naville, a quem Pedrosa conhecia desde o final dos anos 20, logo o incumbiu de ocupar-se das questões referentes à América Latina, e anuncia sua chegada a Trotski:

“Para a América do Sul, temos agora um especialista de primeira ordem. É o camarada dirigente do Brasil, fugido após o golpe de Estado, condenado a 8 anos de prisão; sua mulher acaba de ser presa, pois foi acusada de escondê-lo. É membro da Oposição Internacional de Esquerda desde o princípio, antigo membro do PC que conheci na Europa em 1927 e com quem tenho amizade desde então. Tem muitos anos de prisão e clandestinidade absoluta nos últimos anos, e é um marxista completamente sério. Como você vê, este camarada irá nos ajudar consideravelmente a prosseguir nossos trabalhos. Ele já examinou as teses de Diego [Rivera] e está terminando sua tradução. Iremos examiná-las em seguida. Ele também já redigiu para a revista um primeiro artigo a propósito da declaração mexicana sobre o golpe de Estado de Vargas”¹³.

Tais incumbências estavam colocadas também no contexto da organização da Conferência de Fundação da IV Internacional. Sucessivamente sendo adiada desde o início de 1937, no entanto, com a fundação do Socialist Workers Party (SWP) norte-americano e a conclusão da redação do “Programa de Transição”, bem como com a iminência de uma nova guerra mundial, a constituição da IV Internacional voltou a ser colocada na ordem do dia:

“Esta, provavelmente, será de fato nossa última conferência internacional antes do início da guerra mundial e os acontecimentos revolucionários que ela inevitavelmente engendrará. É preciso que façamos um

balanço de nossa experiência, verificar, confirmar, precisar nosso programa e nossa política, consolidar as bases ideológicas e organizacionais da IV Internacional para que efetivamente possamos desempenhar o papel que a História nos confiou. Trata-se de colocar a questão da “fundação” da IV Internacional? Esta não é uma boa maneira de colocar a questão. O processo de formação da IV Internacional começou há muito tempo e não se encerrará em um futuro próximo. Em todo caso, é necessário que aqueles que combatem, no mundo inteiro, pelo programa bolchevique da IV Internacional construam, consolidem, ampliem sua organização internacional, aplicando o centralismo democrático em escala internacional. Que a segunda conferência internacional constitua um novo passo à frente nesta direção!”¹⁴.

Em dezembro de 1937, no México, integrando o processo de preparação para a Conferência de Fundação da IV Internacional, realizara-se a Pré-Conferência Latino-Americana¹⁵, que Pedrosa criticara pela fraca representatividade, “só com a presença do México e outros países da América Central. Sem Brasil, Chile, Argentina”. O Secretariado Internacional, por proposta de Pedrosa, se dispôs a reexaminar algumas das conclusões da Conferência e com a participação de Brasil, Argentina e México. Naquele momento, além de preparar um relatório sobre a Argentina, ele estava coligindo dados para uma tese sobre os países latino-americanos, na qual pretendia apresentar o Brasil como centro de interesse político latino-americano¹⁶.

Com poucos recursos, pois o POL, embora o tivesse como seu representante, não tinha como prover seu sustento material, Mario Pedrosa vivia com o auxílio de sua família e de colaborações na imprensa e chegou até a trabalhar como locutor de rádio¹⁷. Também chegou a fazer pesquisas para Trotski, que então preparava biografias de Stalin e Lenin¹⁸.

O Secretariado Internacional (SI) naquele momento pensava em criar um Bureau Latino-Americano sediado nos Estados Unidos e para lá enviá-lo. Em junho, inclusive, Pedrosa preparava-se, já como membro cooptado ao Secretariado Internacional, para ir a Nova York¹⁹, quando, em 12 de julho de 1938, a GPU – que em fevereiro já havia assassinado o filho de Trotski, Leon Sedov – seqüestra, assassina e esquarteja o alemão Rudolf Klement, o secretário administrativo do Movimento

pela IV Internacional e principal organizador da conferência de fundação da IV Internacional. Mario Pedrosa, que vinha já trabalhando com Klement, passou a dividir as responsabilidades do secretário administrativo com o também membro do SI, o grego Georges Vitsoris, na preparação da conferência de fundação:

“Aqui várias obrigações outras caíam em cima de mim, de modo que tive de abandonar por enquanto as questões relativas especialmente à pátria amada. Virei especialista da Am. Latina pela força das circunstâncias, e em seguida tive também de afrancesar-me e agora, por cima de tudo, com o *kidnapping* do nosso amigo, coisa que provavelmente v. já sabe, novas responsabilidades vieram ajuntar-se às outras. Mas espero que até o começo de setembro essas complicações tenham passado e eu volte a ocupar-me especialmente com a querida pátria... se não tiver que ir dar com os costados na terra do [Diego] Rivera, como já há uma idéia no ar a esse respeito”²⁰.

A criação da IV Internacional

Mario Pedrosa sente-se, então, de posse dos arquivos do comitê, inteiramente à mercê da GPU. Apesar de todos os contratemplos, os preparativos para o Congresso de fundação da IV Internacional prosseguem, e o congresso se realiza em 3 de setembro de 1938, em Perigny, nos arredores de Paris²¹. Das 30 organizações filiadas ou com ligações com o SI, que agrupavam cerca de 6.000 militantes, estiveram representadas, por 24 delegados, 11 seções nacionais. Mario Pedrosa, sob o pseudônimo de Lebrun, era o único representante das dez seções latino-americanas filiadas (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Porto Rico, São Domingos, Uruguai e Venezuela). Ele é eleito, como representante da América Latina, membro do Comitê Executivo Internacional (CEI) da IV Internacional e também mantido no Secretariado Internacional.

Na Conferência, a atuação e as intervenções de Pedrosa não destoaram das da maioria dos delegados, ao lado dos quais sempre se posicionou. Isto ocorreu na questão mais polêmica da reunião, a da proclamação da IV Internacional, contra a qual a delegação polonesa se manifestou, alegando que enquanto não houvesse partidos de massa

integrando seu movimento ela não deveria ser proclamada, argumentação que Lebrun qualificou de “falsa e menchevique”.

Outra questão polêmica discutida na Conferência foi a referente à União Soviética. Embora naquele momento houvesse uma unanimidade quase que completa, diante da qual apenas uma voz dissonante, e voto único e vencido – o delegado da minoria do POI francês, Yvan Craipeau –, se manifestou, o debate envolveu grande parte dos presentes e tratou da questão da caracterização da União Soviética como um “Estado operário degenerado” e do posicionamento da IV Internacional em relação a ela. Todavia, é útil apresentar algumas das questões levantadas por Craipeau, e que também já haviam sido discutidas durante o processo preparatório de fundação do SWP²², pois algumas delas serão retomadas em um grande debate no qual Pedrosa participará um ano depois. Para Craipeau a burocracia soviética havia suprimido todas as conquistas fundamentais da Revolução de Outubro, deixando de ter um papel parasitário para se transformar em uma classe dirigente exploradora dos trabalhadores. Embora se constituísse numa formação original, fundada nas bases de uma estrutura planejada de produção, não passava de um apêndice da classe capitalista mundial. Desse modo, o Estado russo deixara de ser operário. Assim, cabia à IV Internacional dirigir a classe operária russa rumo a uma nova revolução social, pela via insurrecional. Mesmo diante da possibilidade da participação do governo russo em uma guerra imperialista, este combate não deveria ser atenuado. Por isso, concluía, a palavra de “defesa incondicional da URSS contra um ataque imperialista” perdia todo o sentido, servindo apenas para imobilizar as classes operárias russa e internacional. Este debate, como veremos, ressurgiria e, desta vez, com muito maior amplitude com o início da Segunda Guerra Mundial.

A Conferência também decidiu que o Comitê Executivo Internacional deveria ser transferido para Nova York, em razão de sinais mais que evidentes de que a nova guerra mundial em breve começaria. Mario Pedrosa é mandado para lá, viajando pouco depois do acordo da conferência internacional de Munique (29/30-9-1938), a qual, como se sabe, abriu uma nova fase na marcha rumo à Segunda Guerra Mundial.

Chegando a Nova York, Pedrosa começou a participar das atividades do Comitê Pan-Americano (PAC – sua sigla em inglês), dirigido por Jan Frankel, um tradutor tcheco e antigo secretário particular de

Trotsky. O PAC tinha por incumbência manter correspondência com as seções da América do Sul e editar boletins em espanhol com as traduções dos textos mais importantes publicados na imprensa trotskista internacional. Também tinha como tarefa controlar politicamente a revista *Clave*, editada no México por Diego Rivera, pelo norte-americano Charles Curtiss, também delegado do PAC no México, e por Trotsky. Pedrosa, nessa época, mantinha-se como tradutor e escrevendo artigos para a imprensa.

Por volta de abril de 1939 Trotsky pensa em transformar o PAC em um substituto do Secretariado Internacional para o continente americano, mas logo vê dificuldades para a aplicação da idéia, pois, com base em informações fornecidas por Frankel, que havia alguns meses passara a função de secretário a Pedrosa, se dá conta da inoperância do organismo:

“O PAC é um mito. Foi depois de muita insistência que se pôde, do estrangeiro, receber dele uma resposta política. Me parece que não há reuniões regulares, nem decisões regulares, nem atas etc. Quem é o secretário responsável deste comitê? Parece que ninguém é responsável por quem quer que seja.

De acordo com a carta do camarada G[oldman] de Paris, não vejo nenhum plano para a publicação de um boletim internacional etc. É possível que em Paris, e na Europa de modo geral, agora seja difícil de fazer qualquer coisa desse gênero. Por isso, é mais do que necessário que o PAC exista e aja.

Minhas propostas concretas são:

- a) Definir exatamente a composição do PAC e quem é o seu secretário responsável;
- b) Criar um subcomitê técnico de três jovens camaradas, devotados e ativos, sob a direção do secretário responsável.
- c) Publicar em nome do PAC um boletim internacional em inglês e em espanhol.
- d) Se possível, transferir o camarada Curtiss de Los Angeles a Nova York e designá-lo como secretário do PAC.

Nós não temos mais o direito de perder tempo no terreno internacional. Insistirei para que esta questão seja rapidamente resolvida”²³.

Não foi possível, até o momento, apurar as razões pelas quais Pedrosa não pôde levar a bom termo as atividades do PAC, apenas é possível especular a respeito de possíveis dificuldades de existência material. Em outubro de 1939 sua companheira Mary Houston e sua filha Vera chegaram a Nova York e a família se defrontou com o problema do trabalho para a subsistência.

Ainda em outubro, em reunião com o Comitê Político do SWP, com a presença de Pedrosa e J. Frankel – em razão do início da guerra e das dificuldades que isto propiciava ao funcionamento do SI na Europa –, por proposta de Pedrosa, deliberou-se que os membros do CEI residentes no continente americano fariam as vezes do SI, e que no lugar deste se instituísse um CEI residente composto dos membros do CEI residentes nos Estados Unidos, no caso James P. Cannon, Max Shachtman, Mario Pedrosa, C. L. R. James e Nathan Gould. Com isso, o Comitê Pan-Americano deixou de existir e foi transformado em Departamento Latino-Americano, integrado por Abraham Golod [Gonzalez], Colay, Felix Morrow, Mario Pedrosa e Donald Berger. Em novembro, Pedrosa mudou-se com a família para Washington, pois Mary Houston conseguira naquela cidade um emprego de taquígrafa bilíngüe no Departamento de Estado. Depois disso, Pedrosa não mais compareceu a nenhuma reunião do Departamento Latino-Americano da IV Internacional.

A crise e a ruptura

A sucessão de acontecimentos ocorridos, a partir de agosto de 1939, com a assinatura do pacto germano-soviético, a invasão e divisão da Polônia entre a Alemanha e a União Soviética, a anexação dos países bálticos por esta e, conseqüentemente, o início da Segunda Guerra Mundial, abriu uma conjuntura que apresentava uma série de novos problemas, que suscitavam discussão em todos os cantos do planeta. Nas fileiras do movimento trotskista não foi diferente: iniciou-se uma polêmica dentro do SWP e da IV Internacional sobre o caráter e o papel da União Soviética na guerra.

Sobre estes pontos haviam sido definidos, como produto de uma elaboração que se deu ao longo do processo de constituição dessa corrente política, alguns posicionamentos. O primeiro deles era que o Es-

tado operário resultante da Revolução Russa de 1917 havia se degenerado, transformando-se em um “instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia”. Diante de tal quadro, os trotskistas aventavam duas hipóteses: ou a burocracia derrubaria as formas de propriedade soviéticas e lançaria a União Soviética de volta ao capitalismo ou a classe operária destruiria a burocracia, abrindo uma saída rumo ao socialismo. Obviamente esta última via era a defendida pela IV Internacional. No entanto, embora o classificasse como degenerado, a União Soviética ainda era considerada um Estado operário, e isto conduz a outro posicionamento, que precisava ser defendido incondicionalmente, em caso de ameaça por parte do imperialismo, em razão do que o diferenciava dos países capitalistas, ou seja, as bases sociais do regime e, particularmente, a propriedade estatal²⁴.

Apesar de Trotski ter enxergado no pacto germano-soviético o mérito de mostrar de vez a verdadeira cara de Stalin e da Internacional Comunista, não foi assim que uma fração minoritária da direção do SWP norte-americano, a mais importante e ativa das seções da IV Internacional, o encarou. Para este grupo, encabeçado por James Burnham, Max Shachtman e Martin Abern, e ao qual se juntaram Mario Pedrosa e outros membros do CEI da IV Internacional, o pacto era um revelador da “natureza da União Soviética”, que impunha a revisão de uma série de postulados da IV Internacional sobre aquele país. Abre-se então um duro debate que durou cerca de meio ano e terminou por cindir o SWP, e fez a minoria fundar o Workers Party (WP), que anos depois ingressaria no Partido Socialista. Foi a primeira grave crise da IV Internacional, também seriamente afetada. Trotski envolveu-se completamente no debate por meio de cartas e textos publicados na imprensa trotskista, ao contrário do principal dirigente do SWP, James P. Cannon, que achava as posições da minoria um insulto e que o partido não poderia se “dar ao luxo” de travar tal discussão²⁵. A convicção de Trotski na defesa dos posicionamentos da IV Internacional era absoluta. O que o fez intervir de tal forma, buscando por todos os meios impedir a cisão, foi a percepção de que a minoria atraía tanto nomes importantes do núcleo histórico do SWP – marcando também uma crítica contra o modo como o SWP vinha sendo dirigido por Cannon – como uma grande parte da jovem geração do partido ganha ao partido havia pouco tempo, o que teria,

como teve, repercussões sérias na IV Internacional em uma época de guerra.

Ao longo do debate Trotski sempre enfatizou que julgava o pacto germano-soviético irrelevante como justificativa para a revisão do programa da IV Internacional, pois ele não trazia nada de novo, exceto para aqueles que se mantinham no campo das posições “antifascistas” defendidas até então pela política de “frente popular” da Internacional Comunista, a qual afirmava que “a missão histórica do Estado operário é a luta pela democracia imperialista”. Da mesma forma, já que a IV Internacional tomara posição pela derrubada da burocracia por meio de uma insurreição revolucionária dos trabalhadores para garantir a preservação da propriedade do Estado e da economia planificada, afirmava que as críticas da minoria acabavam sendo de caráter meramente terminológico e não conseguiam ir além do já estabelecido:

“[...] se negam a chamar Estado operário degenerado o Estado operário. Exigem que a burocracia totalitária seja chamada de classe dirigente. Se propõem a considerar a revolução contra esta burocracia como uma revolução social e não política”²⁶.

Para ele, concorde com a minoria, a burocracia apresentava-se como um fenômeno social em evolução e era uma formação social muito poderosa, mas sua caracterização como classe dependia de saber se a burocracia era algo transitório ou o resultado “das profundas exigências internas da própria produção”, questão que a minoria não conseguia dar conta de responder.

Sua conclusão era que não havia razão alguma para modificar as posições da IV Internacional em relação à União Soviética e que, se isso fosse necessário, seria feito a partir da evolução dos acontecimentos:

“Se, como acreditamos firmemente, esta guerra provoca uma revolução proletária, ela levará inevitavelmente à derrota da burocracia da URSS e à regeneração da democracia soviética sobre bases econômicas e culturais muito mais elevadas do que em 1918. Neste caso, o problema de se a burocracia stalinista era uma ‘classe’ ou uma excrescência no Estado operário se resolverá automaticamente. [...]”

No entanto, se se admite que a guerra atual provocará não a revolução, mas um declínio do proletariado, então resta outra alternativa: a maior decadência do capitalismo monopolista, sua maior fusão com o Estado, e a substituição da democracia ali onde ainda exista por um regime totalitário. Atualmente, e sob estas condições, a incapacidade do proletariado para tomar em suas mãos a direção da sociedade poderia levar ao crescimento de uma nova classe exploradora, a partir da burocracia fascista bonapartista. De acordo com essas evidências, este seria um regime de decadência, que assinalaria o eclipse da civilização. [...]

A alternativa histórica, levada até o fim, é a seguinte: ou o regime de Stalin é uma recaída detestável no processo de transformação da sociedade burguesa em uma sociedade socialista, ou o regime de Stalin é o primeiro estágio de uma nova sociedade exploradora. Se a segunda hipótese mostrar-se correta, então, logicamente, a burocracia se converterá em uma nova classe exploradora. Por mais custosa que seja a segunda perspectiva, se o proletariado se mostrasse realmente incapaz de cumprir a missão que lhe impõe o curso dos acontecimentos, restaria somente reconhecer que o programa socialista, baseado nas contradições internas da sociedade capitalista, acabou sendo uma utopia. [...]

Porém, existem dados objetivos tão incontrovertidos ou, talvez, tão impressionantes que hoje nos obriguem a renunciar à perspectiva da revolução socialista? Esta é a questão²⁷.

Pedrosa participou desta discussão com o texto “A defesa da URSS na guerra atual”, redigido em 9 de novembro²⁸. Nele afirmava que para os trotskistas a defesa da União Soviética significava a defesa da nacionalização dos meios de produção e da economia planificada. Mas indagava-se se tais instituições seriam capazes de resistir à pressão da guerra e se seria possível confiar na burocracia soviética para a sua defesa em situação de guerra. Tais questões não tinham respostas prontas ou fáceis, era necessário debatê-las e não simplesmente tentar, como o esboçara a direção do SWP, encerrar a discussão sob o argumento de que, sendo a União Soviética um Estado operário degenerado, se deveria defendê-lo incondicionalmente. Para Pedrosa, justamente por ser um Estado operário degenerado é que sua defesa deveria ser condicionada à conjuntura política. Além disso, ao manter-se a crescente degeneração do Estado soviético, a IV Internacional logo seria posta diante do

dilema de defender a União Soviética ou sacrificar a revolução em outro país. Pedrosa afirmava que a fórmula “Estado operário degenerado” não mais refletia o que se passava na União Soviética:

“Na base da estatização e da planificação da economia, ao estender seu poder discricionário sobre toda a vida econômica da sociedade, o Estado reconquistou liberdade plena: ele se tornou aquilo que Engels, em uma carta a Bebel, ao criticar o projeto do Programa de Gotha, definia como sendo o ‘Estado livre’: ‘Um Estado que é livre em face de seus concidadãos, conseqüentemente, um Estado com um governo despótico’. A URSS atual nos daria uma imagem desse Estado livre burocratizado. Mas tal Estado não tem futuro, não tem possibilidades de sobreviver.

Em todo caso, parece que não vamos sair das tradições do marxismo se colocarmos em dúvida a justeza teórica da fórmula do “Estado operário degenerado” para admitir a hipótese sob condições excepcionais e passageiras, como fenômeno temporário, de uma certa deformação teratológica do conceito marxista de Estado, como a de um *Estado livre burocratizado*”²⁹.

Por isso, era preciso reexaminar a questão da defesa da União Soviética. Até aquele momento a IV Internacional mantinha uma política de defesa da União Soviética baseada no papel progressista de suas conquistas e no caráter defensivo de sua política externa, mas, com a invasão soviética na Polônia, as contradições não seriam mais entre um Estado operário e o mundo capitalista, mas passariam a ser simplesmente rivalidades imperialistas³⁰. Isto se devia, de um lado, ao fato de a política externa da União Soviética estar cada vez mais voltada contra os interesses da revolução mundial e, de outro, ao fato de a política interna da direção stalinista ter um caráter cada vez mais antagônico à estrutura econômica coletivizada. No campo interno, a facção de direita da burocracia soviética teria triunfado, explicando-se assim a aliança com Hitler e o alinhamento de Stalin a ela. Este, na concepção de Pedrosa, estaria procurando uma nova base de apoio ao seu regime, que vinha enfrentando uma crise geral de subprodução, especialmente na indústria leve e nos artigos de consumo, agravada pelas crescentes necessidades da máquina militar em face do quadro de guerra. Diante

deste impasse Stalin só teria vislumbrado uma saída no exterior: o acordo comercial germano-soviético propiciaria que a alta capacidade técnica alemã pudesse ajudar a solucionar ou, pelo menos, atenuar esta crise, mesmo ao custo de reintroduzir a fome no país, pois a contrapartida da União Soviética seria abastecer a Alemanha com alimentos e matérias-primas. Ou seja, para Pedrosa, o acordo comercial seria uma “parceria” entre o *kulak* e o capitalismo mundial e seria uma espécie de via “a frio” no sentido da restauração do capitalismo na União Soviética, pois, na prática, ela significaria sua “colonização” pacífica. No entanto, Stalin sabia ser a guerra inevitável:

“Stalin tem medo da guerra, mas ele está tentado. Ele brinca de guerra e, portanto, na realidade, seu jogo não pode impedir a guerra. Esta poderá ser fatal à estrutura econômica soviética ao abrir uma saída histórica para a burocracia ou pelo menos para a oligarquia dirigente. Entretanto, no terreno econômico, ela não teria conseqüências muito diferentes das resultantes de uma paz imediata com o triunfo de Hitler. Ela seria o fim do monopólio do comércio exterior como barreira contra a indústria estrangeira, isto é, alemã. O plano econômico, já superado devido às necessidades imediatas da mobilização e da anexação de novos territórios, seria posto de lado definitivamente para que toda a economia nacional pudesse ser adaptada às necessidades da guerra e da cooperação com a economia alemã. O impulso das forças centrífugas da economia e da acumulação primitiva nos setores mais fundamentais da vida econômica do país (agricultura, indústria leve e de consumo, produção artesanal já em vias de descentralização legal etc.) romperá todas as barreiras jurídicas, acabando por ser sancionado pelo Estado. *De resto, isto vai ao encontro dos interesses ‘históricos’ da burocracia.* É também o caminho do menor esforço. [...]

Sobre semelhante base, seria mais fácil para a burocracia desenvolver plenamente tudo o que nela tem a tendência de transformar-se numa nova formação social independente. [...] Ela quer encontrar uma base econômica e social própria, estável, sobre a qual possa desabrochar à vontade e assegurar-se, na história, um lugar permanente como uma *verdadeira classe social*: é exatamente o que ela procura na sua política de aventura no exterior”.

E Pedrosa arremata:

“A continuidade de Stalin, na guerra ou na paz, é a colonização e o desmembramento da URSS ou o fascismo. Sua vitória na guerra é o fascismo na Rússia como no mundo. A bandeira da ‘suástica’ também é ‘vermelha’. A vitória de Stalin aliado a Hitler *transformaria a burocracia em uma nova classe depois de um processo de nacionalização de que a própria burocracia seria o objeto*”³¹.

À vista de tudo isto, Pedrosa conclui que a fórmula da defesa incondicional era insuficiente, sendo necessária sua remoção do programa da IV Internacional, que deveria, diante da guerra, precisar as condições pelas quais ela poderia ser ou não adotada, de forma a que, em cada alteração, “esteja em condições de realizar em tempo e com bastante clareza para que a eficácia de nossa ação revolucionária e a firmeza de nossas fileiras sejam asseguradas”.

Embora o texto de Pedrosa se mantivesse dentro das características apontadas por Trotski em relação à polêmica travada pela minoria do SWP, convém destacar que o autor formulou o núcleo da sua argumentação tendo por base o pacto germano-soviético, considerando-o um dado imutável. Ele só conseguiu visualizar o “mal absoluto”, isto é, a aliança de Hitler e Stalin. Em suas considerações táticas naquele momento, apesar de no seu próprio texto em várias ocasiões afirmar ser importante esperar outra conjuntura ou que se deveria evitar de brincar de adivinhar o futuro, não se colocava de modo algum uma outra possibilidade como elemento de reflexão. Discutir a possibilidade de aliança da União Soviética com os Aliados, as “potências imperialistas” (Inglaterra e França, pois a entrada dos Estados Unidos era algo imponderável naquela ocasião), colocaria a discussão nos exatos termos de antes do início da guerra, tornando-a, claramente, sem sentido.

O texto de Pedrosa desencadeou uma séria crise dentro da direção da IV Internacional, não propriamente por seu conteúdo, mas sim pela forma pela qual foi lançado em circulação. No momento em que se abriu a discussão no SWP sobre o caráter da União Soviética, no CEI residente nos Estados Unidos havia uma maioria de seus membros (Pedrosa, Max Shachtman, C. R. L. James e Nathan Gould) favoráveis às posições dos minoritários do partido norte-americano. Este organis-

mo, que pouca atividade prática vinha mantendo até então, em novembro de 1939 repentinamente engajou-se na discussão e decidiu abrir, por proposta de Pedrosa, apoiado por Max Shachtman e C. L. R. James, a discussão em toda a IV Internacional sobre o caráter da União Soviética, que deveria ser feita por meio de boletim interno publicado em inglês e espanhol. Além disso, os quatro dirigentes acima mencionados, sem o menor cuidado na forma pela qual faziam isso – afinal eram dirigentes eleitos por uma conferência internacional e representavam, como tais, o conjunto da organização –, intervieram diretamente na discussão que se travou nas fileiras do partido norte-americano e acabaram abandonando quase que completamente o CEI. Nesse exato momento, Trotski pareceu não ter dado muita atenção, mas algum tempo depois percebeu os efeitos disso nas fileiras da IV Internacional e iniciou um duro combate contra os quatro membros residentes do CEI, afirmando que se uma discussão internacional fosse oficialmente aberta seria preciso conduzi-la “não como franco-atiradores, mas sob a direção do organismo dirigente da IV Internacional”³². Esta avaliação se torna mais dura quando Trotski recebe informações de que Pedrosa e C. L. R. James, além do americano Max Shachtman, haviam participado de conferência que a minoria do SWP organizara em Cleveland, em 24 e 25 de fevereiro, e intervindo favoravelmente no sentido da constituição de um órgão público independente dos minoritários, subscrevendo decisões ali tomadas. Isto fez com que Trotski, afirmando publicamente que o CEI e o PAC não mais existiam, desencadeasse um processo de substituição dos membros do CEI residente, a par dos trabalhos de convocação e realização de uma Conferência Extraordinária da IV Internacional, que ficou conhecida como “Conferência de Alarme”. Ao tomar conhecimento desta manifestação de Trotski, Pedrosa, em 23 de março, lhe dirige uma carta protestando contra tal afirmativa (ver anexo no final deste texto). Nela também demonstra sua insatisfação com o funcionamento das instâncias da IV Internacional, criticando particularmente os dirigentes do SWP por pouco se empenharem em viabilizar seu funcionamento. Ao final da carta, Pedrosa critica duramente as atitudes de Trotski no sentido da substituição da maioria do CEI, que qualifica como “um pequeno golpe de Estado”.

Nesse meio tempo, começaram a chegar manifestações de várias seções da IV Internacional em favor da manutenção dos posicionamentos

relativos à União Soviética, inclusive do Brasil, cuja seção, o Partido Socialista Revolucionário, se declarou favorável à “defesa incondicional da União Soviética” e a aceitar a disciplina da IV Internacional, a par das divergências de opinião em suas fileiras. O PSR, também nessa mesma correspondência, queixou-se igualmente de Pedrosa, acusando-o de haver negligenciado seus deveres em relação ao seu próprio partido³³. Certamente foi um duro golpe para Pedrosa, pois, na prática, isto acabou sendo como uma espécie de retirada do mandato que recebera da seção brasileira para representá-lo junto à direção da IV Internacional. Assim, mesmo convidado por Trotski para participar da “Conferência de Alarme”, acaba abandonando suas responsabilidades, aliás como todos os demais membros do CEI ligados à minoria. Finalmente, na “Conferência de Alarme”, realizada em Nova York, em 19 e 26 de maio de 1940, foi constituído um novo CEI e seus quatro ex-integrantes foram publicamente censurados pelo seu comportamento durante a discussão sobre a União Soviética no SWP. Pouco depois, em agosto, Trotski seria assassinado no México a mando de Stalin.

Mesmo assim, Pedrosa ainda tentou prosseguir no combate político. Em setembro, Mary Houston voltou para o Brasil para recuperar seu emprego e Pedrosa também decidiu voltar pouco depois. Pedrosa saiu dos Estados Unidos em 24 de outubro rumo ao Brasil, mas o fez via oceano Pacífico, de modo que pudesse passar por uma série de países com a missão de tentar entrar em contato diretamente com os grupos da IV Internacional para discutir o que se passara no debate sobre a União Soviética. Assim, acaba passando por Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai e entrando no Brasil, por terra, pelo Sul. Chegou ao Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 1941 e foi logo preso, em 3 de março. Sua soltura foi obtida após uma interferência junto a Filinto Müller por parte do pai de Mario Pedrosa, Pedro da Cunha Pedrosa, ex-senador da República e ex-ministro do Tribunal de Contas da União, que conseguiu que o filho fosse posto em liberdade com a condição de embarcar sem demora com a família para os Estados Unidos, de onde recebera um convite da União Pan-Americana para Mario Pedrosa e Mary Houston lá trabalharem. Após seu retorno a Washington, Pedrosa se afastará das atividades políticas mais ostensivas, embora não deixasse de acompanhá-las, sobretudo no que se referia ao Brasil, para onde retornaria em 1945, para fundar um jornal, *Vanguarda Socialista*, em

que defenderia posições mais próximas das de Rosa Luxemburgo. No curso da Segunda Guerra Mundial, Pedrosa acabou constatando que muitos dos posicionamentos de Trotski contra os quais se debatera resistiram à prova dos fatos, mas também se deu conta de que, particularmente no SWP dos Estados Unidos, aqueles que se diziam “herdeiros” de Trotski, em nome da ortodoxia marxista, manifestaram um profundo desacordo em relação a certos posicionamentos defendidos pelos trotskistas europeus em favor de palavras de ordem ditas democráticas, como as de república e Assembléia Constituinte. Isto fez com que Pedrosa se mantivesse afastado da organização mas não das idéias de Trotski, como explicou seu companheiro de militância Edmundo Moniz:

“Mario Pedrosa prosseguiu ao lado de Trotski. Apesar das divergências surgidas entre os dois na IV Internacional, não o fizeram abandonar a luta, embora se desprendesse formalmente da organização dirigida por Trotski. Na realidade, ele continuou trotskista, no sentido usual do termo, embora com autonomia e independência, sem vínculo organizatório”³⁴.

Anexo 1

Mario Pedrosa a Leon Trotski³⁵

(Tradução de Fúlvio Abramo)

“c/o Mary Green,
120 W 74th Street,
Nova York, Nova York

23 de março de 1940

Caro camarada W. Rork³⁶

É com profunda tristeza que constato que, na primeira vez que lhe escrevo, devo fazê-lo para torná-lo ciente de minha incompreensão e dúvidas a respeito da política que V. tem seguido em relação à luta fracional no partido norte-americano.

Eu o sinto, tanto mais que até agora, desde o dia da formação do movimento internacional da antiga Oposição de Esquerda, jamais tive

qualquer divergência séria com V. Sou membro da organização internacional desde a sua fundação no Ocidente, praticamente desde os primeiros passos da primeira Oposição de Esquerda na França, em 1928, onde me encontrava então. Fundei o movimento oposicionista em meu país e desde esse tempo militei sem interrupção nas fileiras b[olcheviques].-l[eninistas]. e sob a sua direção. Forçado a abandonar o país, pois estava então sob processo, participei ativamente no movimento em França e no S[ecretariado]. I[nternacional]., durante todo o ano de 1938. A Conferência Internacional decidiu que eu deveria vir à América do Norte, onde me encontro desde fins de 1938.

Tive, assim, a oportunidade de acompanhar nosso movimento internacional muito de perto e de tomar conhecimento, desde essa época, do partido norte-americano e de seus principais dirigentes, com os quais, aliás, aprendi muito.

Na impossibilidade de continuar a viver em N[ova]. I[orque]., tive de deixá-la por algum tempo, o que me colocou, apesar de minha vontade, um pouco afastado da vida ativa na organização durante estes últimos três meses. Por isso, foi com algum atraso que me cientifiquei dos últimos acontecimentos e inclusive dos documentos acerca da luta fracional que se desenrola no interior de nosso partido norte-americano.

Isso talvez explique por que só agora tomei conhecimento de sua carta de 4 de março ao camarada Dobbs³⁷, na qual V. afirma, com toda a autoridade de seu nome, que o C[omitê]. E[xecutivo]. I[nternacional]. não mais existe. Não tendo podido encontrar a razão que o impeliu a desferir esse ataque público ao nosso organismo internacional, julguei ser de meu dever expressar-lhe meu espanto, tanto mais que, até hoje, ao que eu saiba, V. não se dirigiu ao C.E.I. a respeito da luta fracional no S[ocialist]. W[orkers]. P[arty]. nem para pedir-lhes que tome posição, nem para lhes propor seja o que for.

É verdade que o desempenho do C.E.I. nunca foi, nem na Europa, nem aqui, na América, muito brilhante. E isso V. o sabe melhor do que ninguém, camarada Rork.

É verdade que o Secretariado Administrativo escolhido por nós, membros ativos do C.E.I., no começo da guerra, não se digna sequer de comunicar as convocações das reuniões do C.E.I. aos companheiros que suspeita estarem em desacordo momentâneo com a política de sua fração, ou que não contam com sua autoridade, camarada Rork, ou que

não passam de integrantes de uma pequena seção desconhecida e ilegal de um país distante e secundário, como eu.

Apesar de certas constatações quanto à insuficiência de nossos organismos internacionais que eu já tivera oportunidade de assinalar antes de ir à Europa, esses organismos me pareciam, em todo caso, bem mais vivos do que eles o eram, na realidade: de longe, pareciam-me imbuídos de certa autoridade própria, que eles não souberam conservar – eu o afirmo com infinita tristeza – quando me foi dado vê-los de perto. Esta experiência, acredito, é compartilhada por todos os camaradas que, como eu, vindos de pequenos países ou países distantes, tomaram contato pela primeira vez com o centro internacional, quer se localizasse na França, quer na América. Fui testemunha da luta quase heróica do camarada Camille³⁸ para dar ao S[ecretariado]. I[nternacional]. um aspecto de vida. Todos os camaradas europeus, sobretudo os emigrados, queixavam-se dessa situação, dessa inexistência de nosso organismo internacional. Todos, e eu entre eles, esperávamos que a Conferência Internacional pusesse fim a essa situação, não somente escandalosa, como muito perigosa para a vida de nossa Internacional. Eles eram unânimes em pensar – e eu com eles – que um verdadeiro centro internacional na Europa não poderia ser criado e desempenhar certa autoridade, a não ser que se lhe conferisse não somente a possibilidade de uma vida material própria, como colocando, na direção de seus trabalhos, um dirigente responsável da direção americana, cuja autoridade era inquestionável em toda a Internacional. A decisão de manter o S.I. na Europa foi mesmo tomada sob condição expressa de que o cam[arada]. Trent³⁹ permanecesse como seu secretário. A direção do partido norte-americano não respondeu ao apelo da Conferência Internacional nesse sentido. O resultado foi, entre outras coisas, o desmoronamento de nossa organização na França. A intervenção do partido norte-americano chegou tarde demais e encerrou-se, aliás piedosamente, sobretudo depois da intervenção desmoralizante do cam. G⁴⁰.

A inexistência de organismos internacionais dirigentes de nossa Internacional era, pois, crônica. Foi mesmo a pouca importância que dávamos ao S.I. que facilitou a tarefa da GPU, quando ela decidiu assassinar Klement.

A guerra veio e tornou-se necessário levar a sério a existência da organização internacional, apesar do sentimento de cansaço para com a

Internacional, muito difundido, sobretudo entre os camaradas dirigentes do partido norte-americano, que sustentavam ser a Quarta Internacional uma ficção e que, além dos Estados Unidos, nada restava. Muitos desses camaradas tiravam então a conclusão de que era preciso recolher-se no âmbito do partido norte-americano e deixar cair o resto. Essa atitude tornou-se particularmente sentida depois da derrota da greve geral na França e a desagregação da seção francesa, sucedida, é verdade, pelo magnífico esforço da base do partido norte-americano em resposta ao apelo em favor da solidariedade internacional para com os camaradas franceses.

Sobre os dirigentes do partido norte-americano pesava não só a maior parte da responsabilidade como a única possibilidade de conferir à Quarta Internacional uma base de organização estável.

Nenhuma das medidas propostas anteriormente pelo antigo Bureau Latino-Americano no caso de uma guerra, destinadas a manter nossos contatos internacionais, ou seja, a criar uma espécie de pequeno bureau internacional em um país neutro da Europa e resgatar da França alguns camaradas capazes de continuar o trabalho internacional, foi tomada em consideração pelo cam. G., então na França, encarregado do S.I. Desse modo não conseguimos salvar nenhum camarada francês, o que o PSOP centrista e franco-maçom soube fazer. O camarada Munis⁴¹ poderia muito bem contar-lhe em pormenores qual foi a atitude do partido norte-americano na França, durante essa época. Se pudemos manter algumas precárias ligações com a Europa, não foi senão graças ao acaso, sobretudo à circunstância de que a guerra não fora até então intensificada. Mas nossos camaradas emigrados, que estavam na França porque não tinham outra saída, estão, hoje, todos nos campos de concentração ou alistados à força no exército francês. E já nessa época eles morriam literalmente de fome, a solidariedade política e revolucionária não existia senão no papel.

Nas atuais condições da guerra, os membros do C.E.I. que se encontram atualmente na América são os únicos que podem reunir-se com facilidade; sobretudo depois que a cisão em nosso movimento francês pôs, no mínimo, três delegados adidos ao C.E.I. (Boitel, Julien e Hic⁴²) fora da organização. Verificou-se, assim, que a maioria possível do C.E.I. encontrava-se aqui. Esses camaradas deveriam portanto ser considerados representantes do órgão dirigente, no lugar do S. I. da Quarta Inter-

nacional. Um camarada norte-americano foi indicado para o cargo de secretário técnico; certos contatos internacionais foram mais ou menos restabelecidos, mas as decisões tomadas ficaram no papel, em sua maior parte. Basta dizer que a Quarta Internacional foi a única organização internacional a não lançar um manifesto sobre a segunda grande guerra imperialista, se excluirmos aquele que redigi, lançado pelo antigo Bureau Latino-Americano e que se destinou especialmente aos grupos da América Latina⁴³.

A luta fracional absorve todas as atenções dos dirigentes norte-americanos; e as preocupações com o organismo dirigente internacional são pouco significativas a ponto de o [amarada]. Cannon duvidar de que possa contar com a maioria do comitê sobre a questão russa.

A situação existente antes da Conferência Internacional não mudou. Sem o interesse e o apoio da seção norte-americana a Quarta Internacional torna-se uma ficção enquanto organização internacional. Isso é hoje ainda mais verdadeiro do que na época do Congresso de fundação da Quarta Internacional. Mas isso não importa dizer que a direção internacional deva ser, por conseguinte, um simples instrumento da fração dirigente desse partido; ainda admitindo-se previamente que essa fração detenha o monopólio da sabedoria política e represente com exclusividade o verdadeiro espírito bolchevique em nossa organização. Se a direção internacional não pode viver, nas condições atuais, senão com o sustento material e o apoio moral da seção norte-americana, ela não deve, entretanto, por isso, subordinar-se à vontade – mesmo admitindo-se que ela seja inspirada pelos motivos mais sadios e mais legítimos – da fração dirigente do partido. A não ser que se queira melhor decidir de uma vez por todas que a direção internacional deva ser formada, doravante, por um comitê composto exclusivamente de V. e do cam. Cannon, assistidos por um estenógrafo.

Não posso crer que essa seja a sua intenção, camarada Rork, quando V. declara que o C.E.I. cessou de existir. Porque a Quarta Internacional não poderia ser construída dessa forma. Não creia, camarada Rork, que, ao escrever-lhe deste modo, esteja eu sendo levado por um sentimento fracional qualquer. Minha intenção é somente a de lhe dizer de maneira franca minhas preocupações de militante pelo futuro de nossa organização.

Parece-me que o bom método de preparar os quadros dirigentes da Internacional seria o de permitir a essa direção abrir caminho por si

própria. O fato é que a guerra está aí e nós não estamos preparados para a tarefa, porque nossos quadros dirigentes não possuem ainda a autoridade necessária para conduzir da melhor maneira, entre as imensas dificuldades da hora, as tarefas revolucionárias que nos esperam. Os camaradas cresceram politicamente com o hábito de olhar sempre para o seu lado à procura de inspiração e de uma palavra orientadora. O medo de errar paralisou a ação de nossos melhores camaradas internacionais; para muitos, isso era uma verdadeira inibição. Hoje, os acontecimentos internacionais lhes impõem outras responsabilidades. É preciso conceder a esses camaradas a possibilidade de assumir essas responsabilidades. Para armar os quadros dirigentes da Quarta Internacional dessa virtude essencial para um líder revolucionário, que é a confiança em si próprio, não é necessário, segundo me parece, lançar sobre eles o descrédito, com o único objetivo de vencer na luta fracional atual ou de os expulsar da organização, numa querela em que não se trata de traição à bandeira da Quarta Internacional. Se V. tiver razão, os acontecimentos vão confundir-los e eles se submeterão à pedagogia dos fatos, uma vez que não puderam ser submetidos àquela de um professor armado de uma palmatória na falta de argumentos mais convincentes. É com toda sinceridade que posso lhe assegurar aqui que pus minha melhor boa vontade em ceder a seus argumentos sobre a questão da URSS, mas não consegui deixar-me convencer.

Tal como se encontram hoje, os quadros dirigentes da Internacional, inclusive os do partido norte-americano, são o que temos de melhor, esses que suas ações e seus ensinamentos formaram e recolheram durante estes últimos quinze anos. É da ação coletiva deles, da sua capacidade de se orientarem através das dificuldades da luta e da confiança que depositamos neles, que nossa Internacional deve esperar poder viver, porque V. mesmo não poderia ocupar os seus lugares. Não acredito que se possa formar novos quadros a todo momento. A experiência trágica de nossa seção espanhola nô-lo prova. Quando Nin⁴⁴ e seus amigos abandonaram nossas fileiras para abrigar-se no centrismo e no oportunismo, nós não pudemos improvisar novos quadros em tempo para os substituir. Apesar do heroísmo de alguns camaradas, eles não puderam, no fogo da luta, tomar o lugar dos antigos dirigentes que se foram, levando com eles todo o prestígio e as tradições de representantes do bolchevismo aos olhos das massas.

Admitindo o pior para V., a saber, que a maioria do C.E.I., escolhido para a primeira Conferência Internacional não o siga na questão russa, deveríamos concluir que V. recusaria reconhecer essa direção, ao ficar em minoria na Internacional? Se o sentido do seu *post-scriptum* fosse esse, V. teria desferido um golpe terrível a todo o nosso movimento internacional, ou seja, à obra da última parte de sua vida. A decepção seria aprofundada nas fileiras de toda a Internacional, da América à China, da França ao Brasil, pois então não seria apenas o C.E.I. a deixar de existir, mas toda a Quarta Internacional enquanto organização. Recuso-me a crer, camarada Rork, que V. deseja, com isso, preparar um pequeno golpe de estado em nossa Internacional ao desacreditar antecipadamente a C.E.I. para destituí-la no caso em que a sua maioria atual não sustentasse sua posição sobre a questão da URSS.

Ao superar o receio – que não pretendo ocultar – de arriscar-me com esta carta a comprometer aos seus olhos a velha e inquebrantável solidariedade política e revolucionária que me une a V., eu me decidi a ir além e falar-lhe com toda a franqueza, ao mesmo tempo assegurando-lhe, caro camarada Rork, que é sobretudo quando ousou me opor firmemente a V. sobre uma questão política dessa importância que eu não deixo de considerar-me seu camarada devotado e discípulo fiel.

Lebrun

Cópias aos membros do C.E.I.”

Anexo 2

Resposta de Leon Trotski a Mario Pedrosa⁴⁵

“[...]”

Recebi uma carta de Lebrun sobre o C.E.I. Um tipo curioso! Essa gente crê que hoje, na época da agonia do capitalismo, nas condições da guerra e da clandestinidade que se aproxima, seria preciso abandonar o centralismo bolchevique em benefício de uma democracia ilimitada. Tudo está em desordem. Mas sua democracia só tem significação individual: ‘Deixe-me fazer o que me apraz’. Lebrun e Johnson⁴⁶ foram eleitos ao C.E.I. na base de determinados princípios, e enquanto

representantes de determinadas organizações. Um e outro abandonaram os princípios e ignoraram completamente suas próprias organizações. Estes ‘democratas’ agiram inteiramente como boêmios franco-atiradores. Se tivéssemos a possibilidade de convocar um congresso internacional, eles certamente seriam expulsos com a mais severa das censuras. Eles mesmos não duvidam disso. Ao mesmo tempo, eles se consideram como senadores vitalícios – em nome da democracia!

Como dizem os franceses, é preciso tomar medidas de guerra em tempo de guerra. Isto significa que devemos adaptar o organismo dirigente da IV Internacional à real relação de forças de nossas seções. Há mais democracia aí que nas pretensões de senadores vitalícios.

Se a questão vier a ser discutida, V. pode citar estas linhas como sendo minha resposta ao texto de Lebrun.”

Notas

1. Resolução do Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista. Assunto: Emigração do cam. Gonzaga. Rio de Janeiro, 8-12-1937.
2. Carta de Mario Pedrosa a Mon vieux [Lívio Xavier]. Rio de Janeiro, 03-12-1937. Pedrosa, ao falar em “começar tudo outra vez do começo”, alude aqui aos primeiros momentos da construção do primeiro grupo trotskista no Brasil, Grupo Comunista Lenine, quando houve uma maior ênfase em propaganda e educação (para maiores detalhes, ver MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, especialmente p. 222-27).
3. “Mario Pedrosa: A arte não é fundamental. A profissão do intelectual é ser revolucionário...”. *Pasquim*, Rio de Janeiro, nº 646, 12-18/11/1981, p. 11.
4. Inclusive a de que sua companheira Mary Houston Pedrosa fora presa no dia 4 de janeiro de 1938, tendo a polícia deixado a filha de ambos, Vera, então com um ano de idade, “ao desamparo na noite em que a mãe foi presa” (cf. carta de Pedro da Cunha Pedrosa a Sobral Pinto. Rio de Janeiro, 17-06-1938). Mary Houston permaneceria presa durante sete meses.
5. Sobre esta cisão ver KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta (Um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)*. São Paulo, 1996, mimeogr. (Dissertação de mestrado, Departamento de História da FFLCH-USP).
6. Carta de Neves e Gonzaga [Mario Pedrosa] a Meu caro [Plínio Gomes de Mello]. Rio de Janeiro, 9-12-1937.

7. Carta de Mario Pedrosa a Caríssimo. Paris, 05-02-1938.
8. GEORGES (Lebrun). “La crisis del stalinismo en Brasil y nuestras perspectivas”. *Boletín de Información*, New York, nº1, jul. 1938.
9. Id., *ibid*.
10. ANDRADE (pseudônimo de Febus Gikovate). “A crise do stalinismo no Brasil”. *A Luta de Classe*, Belo Horizonte [Rio de Janeiro], nº 37 (II), 25-01-1938.
11. Aldo (pseudônimo de Hilcar Leite). Ainda a crise no stalinismo (A propósito de um artigo da dissidência). *A Luta de Classe*, Belo Horizonte [Rio de Janeiro], nº 39 (5), 23-04-1938.
12. DULLES, John W. Foster. *O comunismo no Brasil, 1935-1945; repressão em meio ao cataclismo mundial*, p. 149.
13. Carta de Pierre Naville a Vannier [Jean van Heijenoort]. Paris, 10-02-1938. Observe-se que era praxe, nas comunicações políticas com Leon Trotski, dirigir a correspondência aos seus secretários. Note-se também que Naville comete equívoco quando diz que Pedrosa foi condenado a oito anos de prisão. Na verdade, o crime que se atribuía a Pedrosa tinha tal pena, mas ele não havia ainda sido condenado quando saiu do Brasil e algum tempo depois, na verdade, acabou sendo absolvido. O artigo de Mario Pedrosa a que Naville se refere saiu publicado no número 5 de *Quatrième Internationale*, de fevereiro de 1938 (“Après le coup d’État de Vargas”, p. 20-22).
14. Circular do Secretariado Internacional de 1º de abril de 1938. *Cahiers Léon Trotski*, Paris, nº 1, jan. 1979, p. 9.
15. Pouco tempo depois, em Nova York, realiza-se, como parte do mesmo processo, a Pré-Conferência Pan-Americana e do Pacífico.
16. Carta de Mario Pedrosa a Caríssimo. Paris, 05-02-1938.
17. Carta de Mario Pedrosa a Pedro da Cunha Pedrosa. Paris, 24-02-1938.
18. Carta de Denise Naville a Leon Trotski. Paris, 11-08-1938.
19. Carta de Raul [Mario Pedrosa] a Meu velho [Lívio Xavier]. Paris, 15-06-1938.
20. Carta de Alberto [Mario Pedrosa] a Meu velho [Lívio Xavier]. Paris, 6 de agosto de 1938.
21. As informações referentes à Conferência de Fundação da IV Internacional aqui utilizadas foram retiradas de “Conférence de fondation de la IV Internationale. Procès-verbaux de la conférence établis selon les notes prises par un délégué américain et un délégué français”. *Cahiers Léon Trotski*, Grenoble, nº1, jan. 1979, p. 17-57 e de PRAGER, Rodolphe (org.). *Les congrès de la IV Internationale. 1. Naissance de la IV Internationale (1930-1940)*. Paris, La Brèche, 1978, p. 199-326.

22. BUBIS, Mordecai Donald. “Débat sur la question russe en 1937”. *Cahiers Léon Trotski*, Grenoble, no. 35, set. 1988, p. 39-55.
23. Carta de Trotski a J. P. Cannon. Cidade do México, 26-07-1939.
24. TROTSKI, Leon. “A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional – Programa de transição”. In: LENIN, V. I. e TROTSKI, L. *A questão do programa*. São Paulo, Kairós, 1979, p. 108.
25. A participação de Trotski foi reunida na obra *Em defesa do marxismo* (São Paulo, Proposta, 1982). As afirmativas de Cannon estão na carta que enviou a todos os membros do Comitê Nacional do SWP, de 08-09-1939.
26. TROTSKI, Leon. “A URSS na guerra”. In: *Em defesa do marxismo*. São Paulo, Proposta, 1982. p. 19.
27. Op. cit., p. 23-4.
28. LEBRUN. “The defense of the U.S.S.R. in the present war”. *Internal Bulletin* (issued by the Socialist Workers Party), New York, vol. II, nº 10: 1A-17A, fev. 1940.
29. Id., *ibid.*, p. 10A.
30. A este respeito Trotski afirma o seguinte: “Na literatura contemporânea, pelo menos na literatura marxista, se entende por imperialismo a política expansionista do capital financeiro, que possui um conteúdo econômico perfeitamente definido. Utilizar a palavra ‘imperialismo’ para a política externa do Kremlin – sem esclarecer perfeitamente o que significa – equivale, simplesmente, a identificar a política da burocracia bonapartista com a política do capitalismo monopolista, baseados no fato de que tanto uma como a outra utilizam sua força militar para a expansão”. (TROTSKI, Leon. Novamente, e uma vez mais, sobre a natureza da União Soviética. In: *Em defesa do marxismo*. São Paulo, Proposta, 1982, p. 41)
31. Lebrun. “The defense of the U.S.S.R. in the present war”. *Internal Bulletin* (issued by the Socialist Workers Party), New York, vol. II, nº 10: 13A.
32. Carta de Leon Trotski e Otto Schüssler ao CEI da IV Internacional. Cidade do México, 01-02-1940.
33. Declaração de Leon Trotski, Otto Schüssler e Manuel Fernández Grandizo [Munis]. Cidade do México, 02-04-1940.
34. MONIZ, Edmundo. “Batalhas de um eterno dissidente”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22-01-1994.
35. Esta carta de Mario Pedrosa nos foi gentilmente comunicada pelo historiador francês Pierre Broué, a quem agradecemos.
36. Pseudônimo de Leon Trotski.
37. Farrell Dobbs (1907-1983), motorista, um dos dirigentes da seção norte-americana da IV Internacional, o Socialist Workers Party, em que ocupava a função de

secretário operário. Aqui Pedrosa comete um equívoco, pois esta afirmativa de Trotski foi feita em uma carta dirigida a James Cannon, datada de 29 de fevereiro de 1940.

38. Camille, pseudônimo de Rudolf Alois Klement (1910-1938), estudante de filosofia em Hamburgo, secretário de Trotski de abril de 1933 a abril de 1934, passando a ser secretário administrativo do Secretariado Internacional em Paris. Organizou a conferência de fundação da IV Internacional, da qual não participou por ter sido mutilado e assassinado pela GPU. Mais adiante Mario Pedrosa refere-se novamente a Klement utilizando seu verdadeiro nome.

39. Trent, pseudônimo de Max Shachtman (1903-1972), um dos fundadores da Oposição de Esquerda nos Estados Unidos. Na discussão ocorrida no SWP ligou-se à minoria que criticava a caracterização da União Soviética como Estado operário degenerado.

40. G. é James Patrick Cannon (1890-1974). Antigo dirigente do PC norte-americano, aderiu à Oposição de Esquerda durante o VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Era o principal dirigente do SWP. De janeiro a abril de 1939 foi enviado à França, com recomendação de Trotski, para resolver a crise que então vivia a seção francesa da IV Internacional. Esta dividia-se em torno da entrada ou não do Partido Socialista Operário e Camponês (PSOP), partido surgido de uma cisão à esquerda no Partido Socialista Francês. Trotski e o Comitê Executivo Internacional eram favoráveis ao “entrismo”, mas foram derrotados em congresso. A atuação de Cannon foi muito criticada, pois ele teria utilizado dinheiro arrecadado nos Estados Unidos para ajudar aos camaradas franceses como forma de pressão política. A crise foi encerrada com a dissolução da seção francesa pelo C.E.I. em junho de 1939.

41. Munis, pseudônimo de Manuel Fernández Garndizo (1912-1989), hispano-mexicano, membro da Oposição de Esquerda espanhola e um dos dirigentes espanhóis dos trotskistas em 1936.

42. Boitel, pseudônimo de Joannès Bardin (1909), carteiro, um dos dirigentes do trotskismo na França. Opôs-se à dissolução da seção francesa e afastou-se do movimento. Julien, pseudônimo do italiano Pietro Tresso (1893-1943), alfaiate. Aos 14 anos ingressa na Juventude Socialista do Partido Socialista Italiano. Adere ao Partido Comunista Italiano em 1921 e faz parte da delegação italiana ao IV Congresso da Internacional Comunista, em 1922. Membro da fração Bordiga, depois adere a Gramsci. Eleito ao Comitê Central em 1926, foi um dos principais animadores do centro clandestino do partido em Roma e membro do Bureau Político. Excluído por criticar a política de “classe contra classe” em fevereiro de 1930,

juntamente com Alfonso Leonetti e Paolo Ravazzoli, com eles forma a Oposição de Esquerda italiana. A partir de 1936 militou na seção francesa. Foi membro do S.I. da IV Internacional. Preso em Marselha em junho de 1942, foi condenado a dez anos de reclusão. Em outubro de 1943, um comando da resistência francesa liberta um grupo de prisioneiros da prisão de Puy, e em seguida Tresso é assassinado por iniciativa de um agente soviético de origem italiana que comanda o “maquis libertador”. Marcel Hic (1916-1944), estudante, aderiu à Oposição de Esquerda aos 18 anos. Dirigente da Juventude Leninista. Reconstruiu a organização trotskista clandestina em agosto de 1940. Secretário da seção francesa durante a Ocupação. Preso em outubro de 1943, foi torturado e morto em Dora.

43. Este manifesto foi divulgado, no Brasil, em publicação editada pelo Partido Socialista Revolucionário: *Boletim*, Belo Horizonte, nº 3, 18-11-1939, p. 1-3.

44. Andreu Nin Pérez (1892-1937), professor e jornalista, secretário da Confederación Nacional del Trabajo e militante do PC espanhol. Enviado a Moscou para trabalhar na Profintern, da qual foi secretário, membro do soviete de Moscou e casado com uma russa, adere à Oposição russa, o que lhe vale a exclusão do PCUS. Expulso da União Soviética em 1931, volta à Espanha e transforma a Oposição de Esquerda espanhola em Izquierda Comunista, que será, em 1935, um dos componentes de um agrupamento que dará origem ao Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), do qual será secretário. Sua entrada no governo catalão, como ministro da Justiça, provocou sua ruptura com Trotski. Após as jornadas de maio de Barcelona, com base em uma provocação montada pelo chefe da NKVD soviética na Espanha, Aleksander Orlov (1895-1973), é preso, retirado da prisão por homens de Orlov, e torturado em uma *villa* pertencente a Hidalgo de Cisneros e Constancia de la Mora. Sua negativa em “confessar” levou ao seu assassinato por um grupo de cinco homens: dois espanhóis, Orlov, o húngaro Erno Singer Gerö (1898-1980) e um brasileiro conhecido como José Escocoy, de pseudônimo Iuzik.

45. O trecho a seguir transcrito é a última parte de uma carta de L. Trotski a F. Dobbs, datada de 4 de abril de 1940.

46. Johnson é o pseudônimo de Cyril Lionel Robert James (1901-1989). Jovem de família rica de Trinidad, chega à Grã-Bretanha em 1932, onde trabalha como jornalista esportivo. No ano seguinte adere ao grupo trotskista inglês. Participa do congresso de fundação da IV Internacional. Em 1939 é enviado aos Estados Unidos para encarregar-se do trabalho com os negros.

Mario Pedrosa e o socialismo democrático

Isabel Loureiro

Professora do Departamento
de Filosofia da Unesp, *campus* de Marília

Em agosto de 1970, o *New York Review of Books* publica uma carta aberta ao presidente da República do Brasil, general Garrastazu Medici, assinada por mais de uma centena de intelectuais e artistas internacionais (encabeçada por Calder, Moore e Picasso), protestando contra o processo instaurado contra Mario Pedrosa (acusado de estar difamando o Brasil no exterior com denúncia de torturas), “uma das expressões mais completas da inteligência de um país que sempre representou brilhantemente e soube defender com intransigência e coragem”, e responsabilizando o governo “pela integridade física e moral desse eminente brasileiro, cuja personalidade ganhou por todo lado a admiração e o respeito de seus confrades”¹.

Em 29 de dezembro de 1971 a revista *Veja*, por sua vez, publica uma matéria sobre o integralismo (é o próprio Mario Pedrosa exilado no Chile há mais de um ano quem conta o fato em carta de 17 de janeiro de 1972 aos sobrinhos também exilados em Londres) “em que informa

que eu em 1937 era ‘um jovem integralista’ e que depois virei casaca, virei trotskista e que mesmo assim Picasso ‘desenhava’ seu nome em carta me defendendo”. Mario envia resposta à *Veja* em que narra rapidamente sua trajetória política, inclusive o famoso episódio da batalha com os integralistas na Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934, no qual fica ferido, e conclui: “Picasso, pois, não se manifestou na carta aberta ao presidente Garrastazu em favor de um ‘vira-casaca’. Hoje septuagenário, como outrora no verdor dos anos, o cara não mudou”²².

“O cara não mudou”: nosso homenageado, que não era dado a grandiloquências, resume dessa forma irreverente sua longa trajetória política. Vejamos o que significa a frase brincalhona. Numa entrevista ao *Pasquim*, publicada em 18 de novembro de 1981, portanto pouco depois de sua morte, diz Mario Pedrosa:

“Ser revolucionário é a profissão natural de um intelectual [...] Sempre achei que a revolução é a atividade mais profunda de todas. [...] Sempre sonhei uma revolução para o Brasil. [...] A situação é dramática, e eu, um intelectual, não posso fazer nada. Sofro dramaticamente por isso. [...] A saída é fazer a revolução”.

Meu objetivo nesta comunicação é mostrar no que consiste o projeto político de Mario Pedrosa nos anos 60, isto é, o que ele entende por revolução, centrando minha exposição no livro *A opção imperialista*³. Neste livro, Mário retoma e aprofunda idéias divulgadas no jornal *Vanguarda Socialista*, editado por ele no Rio de Janeiro de 1945 a 1948. Esta publicação, que reunia intelectuais na sua maior parte anteriormente filiados ao trotskismo, como o próprio Mario, distingue-se dos outros jornais de esquerda da época por seu excelente nível teórico, pela amplitude dos assuntos tratados, que iam da economia à cultura, pela abertura de espírito. Numa palavra, o *Vanguarda Socialista* divulgava um marxismo arejado sem similar no Brasil, onde a grande maioria da esquerda assumia acriticamente o dogmatismo do Partido Comunista. O mentor intelectual dessa proposta inovadora era sem dúvida Mario Pedrosa. As estadias na Europa, os cursos na Universidade de Berlim, o contato com os surrealistas, a militância na Oposição de Esquerda, os oito anos de exílio nos Estados Unidos, a ruptura com o trotskismo e a ligação com as idéias de Rosa Luxemburgo, a crítica

literária primeiro, a crítica de artes plásticas em seguida, tudo isso fazia de Mario um marxista não dogmático, aberto às necessárias releituras que os tempos exigiam do materialismo histórico.

No caso específico do *Vanguarda Socialista*, o alvo principal era o stalinismo, a vertente dominante e caricatural do marxismo. Sua hegemonia no interior da classe operária impedia que a palavra de ordem da Associação Internacional dos Trabalhadores – “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” – se realizasse na prática. Mario publica então uma série de artigos no jornal ajustando contas com a Revolução Russa e o bolchevismo, em que contrapunha à concepção autoritária do partido de vanguarda leninista a concepção luxemburguista do partido de massas e a defesa do socialismo democrático como criação autônoma das massas, centrado na autogestão da sociedade em todos os níveis, a começar pela produção.

Mario insiste, seguindo as pegadas de Rosa Luxemburgo, que não se trata de tomar como modelo a Revolução Russa, pois

“os caminhos que levam à emancipação do trabalhador, à transformação do regime capitalista em regime socialista, não podem ser traçados de antemão por quem quer que seja; é a própria vida que os traça; as próprias condições objetivas do desenvolvimento é que os abrem”⁴.

A idéia de que cada país tem seu caminho revolucionário próprio, de que a revolução não se aprende a fazer nos livros pois ela “é o ditado das coisas da terra, da qualificação dos homens que a fazem, das classes em movimento, da realidade histórica de onde provém ou onde atua”⁵ nunca foi abandonada por ele. Aliás, ao entrar no Partido dos Trabalhadores, em vez de lamentar a inexistência de um programa socialista prévio, Mario via no “empirismo salutar” do partido “a sua força para a ação”⁶.

Vejamos agora no que consiste seu projeto revolucionário em *A opção imperialista*. Neste livro prolixo (543 páginas infelizmente publicadas sem uma boa revisão), Mario analisa as transformações do capitalismo no século XX, sobretudo no pós-guerra, com o objetivo de refletir sobre a “estratégia da revolução socialista em nossa época”, para ele o “problema capital” do mundo contemporâneo (p. 316)⁷. O alvo mais próximo da sua polêmica é, como no *Vanguarda Socialista*, a

esquerda baluartista que, mergulhada na “impotência teórica”, incapaz de prever a recuperação do capitalismo, o “novo surto de desenvolvimento de suas forças produtivas por uma notável transformação de suas estruturas [...] [a] mais formidável revolução tecnológica e mesmo científica de que há memória” (p. 283), se limita a repetir os mesmos velhos e desgastados *slogans* revolucionários abstratos. É basicamente o mesmo programa do *Vanguarda Socialista*, porém mais concreto, menos doutrinário, e pondo a ênfase na crítica ao capitalismo, enquanto no *Vanguarda Socialista* o alvo principal, como disse, era o stalinismo.

Mario começa por um relato das relações políticas dos Estados Unidos com os países da América Latina (privilegiando o Brasil), indo em seguida às origens do imperialismo norte-americano (que substituiu o inglês), passando pela Guerra Fria, em paralelo com uma análise da história política européia e russa no século XX, tudo isso complementado por um estudo do que considera a instituição capitalista chave do mundo contemporâneo, a corporação (dominada por uma oligarquia fechada). Para isso utiliza a literatura sociológica norte-americana, jornais da época, documentos oficiais norte-americanos (da ONU – Organização das Nações Unidas, por exemplo), e, é claro, a literatura de esquerda, Marx, Lenin, Trotski, Hilferding, Gorz, a revista *Socialisme ou Barbárie* etc.

Sucintamente, o livro tem dois objetivos: 1) mostrar que o “neocapitalismo” (Gorz), ou “alto capitalismo” norte-americano, fundado na corporação, nada tem de progressista e que a classe trabalhadora em geral nada pode esperar de reformas no interior do sistema; não se trata de “emendar o sistema neocapitalista, mas ir assumindo o controle das reformas e das alavancas de comando do Estado e do modo de produção até modificá-lo” (p. 324); 2) mostrar que as “classes oprimidas” dos países periféricos só têm uma saída para se emancipar: a luta pelo socialismo.

Como para Mario Pedrosa a história foi e continua a ser a história da luta de classes, a primeira pergunta a fazer, na tentativa de sistematizarmos sua análise do mundo contemporâneo, é: que transformações ocorreram do lado das classes dominantes?

Na esfera da produção, o proprietário privado foi substituído pelo burocrata, inclusive na União Soviética (esta era também a conclusão a que chegavam os artigos do *Vanguarda Socialista*), pela “oligarquia

dos dirigentes das grandes corporações” (p. 329), que é quem passa a controlar o processo produtivo. “Separam-se propriedade e direção (ou controle). Os acionistas são os proprietários da exploração, mas não podem dirigi-la eles próprios. Assim o proprietário não é mais o empresário” (p. 334). Há, portanto, uma separação entre propriedade e direção. O que não implica maior democratização das decisões no interior da empresa e muito menos a humanização do capitalismo.

Segunda questão: que transformações se deram do lado das classes dominadas? Recorrendo a André Gorz⁸, Mario mostra que “o desenvolvimento tecnológico e produtivo ampliou extraordinariamente [...] [a] noção” de classe trabalhadora. Esta passa a ser composta por uma vasta gama de assalariados, empregados tanto na produção como na distribuição de mercadorias, que engloba desde os antigos trabalhadores manuais até os operários qualificados, técnicos, engenheiros, pesquisadores, cientistas, trabalhadores intelectuais, em suma. Mas, embora a “classe operária clássica” tenha deixado de ser “o grande grupo permanente de oposição social”, ela continua fundamental para qualquer política emancipadora (p. 497). Não por acaso Mario Pedrosa participou tão entusiasmamente da fundação do PT em 1980.

O trabalhador como produtor e como consumidor são assim as duas faces da mesma moeda:

“A alienação que outrora recaía sobre os operários, como produtores mutilados pela sua concentração nas tarefas parceladas na fábrica, agora se completa quando ele aparece como consumidor, ao qual a publicidade arrebatou a possibilidade de escolher ou mesmo de reconhecer suas próprias necessidades pessoais. [...] A revolução socialista opõe ao consumismo alienante do neocapitalismo outra concepção das necessidades. É uma gigantesca tarefa social, econômica, cultural, ética, desalienante” (p. 318).

Mario toca aqui rapidamente no tema das falsas necessidades (tão caro a Herbert Marcuse, por exemplo), que é uma das características do capitalismo contemporâneo e um dos maiores empecilhos à emancipação humana.

A “nova revolução tecnológica” (p. 496) já naquela época começa a introduzir um problema que hoje aflige o mundo inteiro: o desem-

prego estrutural, visto como consequência da automação. E para ilustrar a contradição principal em que se assenta o capitalismo contemporâneo Mario conta uma anedota que circulava nos meios sindicais norte-americanos da CIO: em 1954, Walther Reuther (dirigente sindical norte-americano), ao visitar uma nova fábrica da Ford em Cleveland, onde se fabricavam modelos de automóveis mais automatizados, teria tido o seguinte diálogo com um dos diretores da companhia, que, ao chegar a um enorme salão, “onde não havia operários, apontou-lhe orgulhosamente as máquinas e disse: ‘Que fará o senhor para arrecadar as contribuições dessas pessoas?’ Reuther, não se perturbando, respondeu: ‘Que fará o senhor para que essas pessoas lhe comprem automóveis?’” (p. 492). A piada revela uma contradição que, segundo Mario, não será resolvida no âmbito do sistema capitalista:

“A ‘sociedade de abundância’ [*affluent society*] institui como seu corolário o desemprego estrutural até aqui irredutível, malgrado as medidas contrárias sucessivas dos governos, numa base de 5% da força de trabalho industrial” (p. 522).

Mario reconhece no entanto que a automação teve consequências benéficas: diminuição da fadiga física, menos riscos de acidentes de trabalho, redução da jornada de trabalho etc. Ou seja, está dada teoricamente a possibilidade de que o valor de troca deixe de ser a medida do valor de uso (como diz Marx numa passagem dos *Grundrisse* citada por ele):

“Tempo livre deve significar que o trabalho não é mais mercadoria, não se mede mais pelo tempo em que se exerce, [...] mas pela liberdade de suas manifestações. O tempo foi liberado, o capitalismo deixou de existir. Outras relações sociais surgem – é o socialismo, é o comunismo” (p. 521-22).

Mas ao mesmo tempo a automação acarretou o aumento da intensidade do ritmo de trabalho e com isso trouxe novos sofrimentos de ordem nervosa, psíquica, moral “que despem o trabalhador dos restos de integridade humana que ainda guardava” (p. 495). Nessa medida, a revolução tecnológica não visa o “benefício social geral” (p. 513) e sim

os fins privados da empresa capitalista, cuja condição de sobrevivência é vencer o concorrente no mercado. Ou seja, se por um lado é possível pensar numa vida “para além do trabalho”⁹, uma vez que o desenvolvimento tecnológico permite teoricamente o desabrochar da “cultura, da arte, da vida espiritual”, por outro, e esta é a realidade, ele condiciona os seres humanos ao consumo em massa (p. 501). Mario Pedrosa descreve de forma muito inspirada a sociedade de consumo norte-americana, em que uma grande parte da população está desempregada, outra grande parte vive na pobreza e o restante consome, sendo reduzida a “os compra-tudo-todos-os-anos, inclusive obras de arte perecíveis todos os meses”. São os *wastemakers*, fazedores de desperdício, no dizer de Vance Packard (p. 521).

Pintando em cores bem sombrias o mundo contemporâneo, Mario compara a massificação dos indivíduos operada pelo fascismo com a situação dos países democráticos ocidentais:

“a eficiência produtiva aumentou, a racionalidade econômica cresceu, a cultura chegou às ‘massas’, mas tudo em detrimento do homem [...] com os seus fins e aspirações contraditórios, substituídos estes por jornadas de trabalho mais curtas mas infinitamente mais intensas e um dia-a-dia cada vez mais cheio de mata-tempos, distrações e divertimentos organizados, [...] propaganda das vantagens da melhor democracia, da melhor cerveja, do melhor calista, do melhor negócio, da melhor igreja, [...] do melhor político [...] etc. etc. O melhor no pior também é objeto de admiração. Todas as manifestações culturais de nosso tempo participam desse otimismo [...] – é o ópio do povo. Tudo isso vem do arsenal totalitário das reformas contra-revolucionárias. As categorias sociais desaparecem, o homem é atomizado; é o ideal da democracia, da boa, isto é, representativa. Esse ideal foi criado pelo fascismo. É o que impera nos Estados Unidos” (p. 288-9).

O marxismo desprovincianizador de Mario incorpora, como vemos, a discussão sobre a sociedade de consumo, as falsas necessidades, o papel alienante da indústria cultural, o desemprego gerado pelas inovações tecnológicas, a necessidade de uma nova teoria das classes sociais, a sociabilidade centrada no tempo livre e não mais no trabalho abstrato, os limites da democracia representativa. O elã pedagógico de

Mario o leva a trazer até nós o debate da esquerda internacional, que, como sempre, ele acompanha de perto.

Passo agora a expor rapidamente no que consiste a proposta socialista de Mario Pedrosa. Acabamos de ver o diagnóstico da sociedade de massas: herdeira do fascismo, elimina o indivíduo transformando-o num átomo fechado em si mesmo, que se comunica com os outros no momento das eleições (crítica da democracia representativa e, conseqüentemente, da necessidade de radicalização da democracia) e no momento em que adentra o mercado para vender sua força de trabalho (quando há quem a compre, o que parecia já naquela época cada vez mais difícil) ou para consumir (inclusive cultura). Isto não é democracia. Para ele só é possível democracia no socialismo. E, reciprocamente, só é possível socialismo com democracia. Justamente por isso o socialismo não resulta apenas de uma revolução política, da tomada do “palácio de inverno”, mas é a criação das massas agindo com autonomia, organizadas nas mais variadas associações de base e que vão se politizando na luta cotidiana para transformar o universo capitalista dos interesses privados num mundo dirigido para a satisfação das necessidades sociais e culturais da comunidade.

Numa crítica ao socialismo burocrático, Mario defende a idéia de que uma sociedade socialista é aquela em que os indivíduos se autodeterminam a partir da esfera da produção: é portanto em primeiro lugar em torno da empresa e na empresa que gira a luta pelo socialismo. A verdadeira transformação econômica socialista só ocorrerá no momento em que a empresa for “uma comunidade cooperativa e não uma organização antagônica” (p. 394), em outras palavras, no momento em que deixar de existir a separação entre dirigentes e executantes, ou seja, quando for implantada a autogestão ou gestão coletiva da produção:

“Os trabalhadores não querem mais ser um parafuso mecânico na engrenagem produtiva. Querem saber o que estão fazendo, ter participação no processo total, tomar conhecimento de para onde vão, deixar de ser alienados no processo social do trabalho de que são peças. [...] A ‘democracia direta’ que proclamava o velho Rousseau como meio de exprimir a vontade do povo ou da maioria é aí que se manifesta ou pode realizar. O conceito de representação da vontade do povo, da maioria, deve ser arquivado num museu de antiguidades” (p. 438).

As idéias de Mario a respeito da autogestão são bastante rápidas, mais indicativas de uma direção do que propriamente de uma reflexão original, em que retoma a tradição conselheira, aliás mencionada por ele (revolução alemã, conselhos de fábrica de Turim, Frente Popular na França, Barcelona da Guerra Civil e, bem entendido, os soviets russos (p. 354-5). O que garantiria a vitória da revolução, tanto na metrópole como na periferia, é que ela seria feita e controlada pelo poder popular. São necessários “novos centros democráticos de poder” (empresas, escolas, municípios, regiões etc.), ou seja, descentralização do poder de decisão, restrição aos poderes do Estado e do capital, “uma extensão do poder popular, quer dizer, uma vitória da democracia sobre a ditadura do lucro” (p. 324). Assim como no *Vanguarda Socialista*, Mario continua a pensar que o controle dos trabalhadores sobre toda a vida social é o caminho para o socialismo democrático, e este começa já, “antes da tomada do poder”¹⁰. Ele teria sido, com toda certeza, ardoroso defensor do orçamento participativo de Porto Alegre, uma combinação de democracia direta com democracia representativa, que permite a participação popular na gestão pública e também no controle do Estado¹¹.

E, para concluir, vejamos como Mario entende a revolução na periferia. A primeira tarefa, como vimos, foi revelar as contradições do capitalismo avançado: este “não traz [...] a libertação do homem, mas a sua escravização a uma ordem neutra, cientificamente organizada para servir a uma elite cada vez mais afastada do povo” (p. 495). Assim sendo, não faz sentido que os países periféricos imitem o caminho da metrópole: “estes o que têm a fazer é criar [...] o sistema deles, um sistema novo que não caia depois no impasse ou no círculo vicioso e viciado do neocapitalismo” (p. 324). Basta substituir neocapitalismo por neoliberalismo e Mario Pedrosa é de uma atualidade candente. Com ironia premonitória ele assesta suas baterias contra a crença dos ideólogos norte-americanos (e brasileiros, como Roberto Campos, naquela época) segundo a qual

“A propriedade privada e o mercado constituem a essência imutável da própria natureza humana... ou pelo menos da natureza americana. Os outros povos precisam sem dúvida passar por mudanças internas, para as quais os americanos proporcionarão generosamente os meios e técnicas apropriados. Com essas mudanças, poderão, até que enfim, gozar

dos privilégios e da felicidade que usufruem os cidadãos americanos” (p. 299-300).

Contra a obsessão das nossas elites de emparelhar o Brasil com os países centrais, dizia Mario num texto escrito dez anos depois, “Discurso aos tupiniquins ou nambás”: “A civilização burguesa imperialista está num beco sem saída. Deste beco não temos que participar – os bugres das baixas latitudes e adjacências”¹².

Nessa medida, a revolução nos países subdesenvolvidos, como aponta Mario, tem uma dupla função: nacional, antiimperialista e, ao mesmo tempo, internamente, visa “a emancipação social das classes oprimidas e de baixos e médios rendimentos” (p. 320). Em outras palavras, o desenvolvimento nesses países não se limita a um processo de crescimento econômico gerado por investimentos externos, importação de tecnologia e industrialização (p. 291- 320) “às custas da miséria das nossas populações” (p. 320). O Brasil só será uma “nação moderna” quando seu povo tiver comida, casa, roupa e educação. Trata-se no Terceiro Mundo de fazer reformas estruturais, de operar “mudanças contínuas nas estruturas da sociedade”, alterando a constituição das classes sociais, investindo no setor público, a fim de “dar às populações que vivem no interior de seu território um sentimento novo, o de uma participação coletiva num todo nacional cultural enfim acabado ou completo, capaz de falar, entender-se, comunicar-se com o mundo num acento que lhe é próprio” (p. 319).

Voltando ao “Discurso...”, que é de uma atualidade extraordinária:

“Os pobres da América Latina vivem e convivem com os escombros e os cheiros infortáveis do passado. Os ultramodernismos e alguns de seus progressos, de molde comumente americano, estão umbilicalmente vinculados a nossas favelas e barreadas. O paradoxo é que estas são as que não mudam, como não mudam a miséria, a fome, a pobreza, choças e ruínas. Mas é por aí que passa o futuro. Aqui está a opção do Terceiro Mundo: um futuro aberto ou a miséria eterna. Necessariamente, instintivamente, esse futuro recusa os produtos ultramodernos das áreas adiantadas da civilização ‘transnacional’, que de futuro só apresenta a aparência” (p. 336).

E Mario arremata, daquele seu jeito inspirado, um tanto profético e visionário, como que falando aos pósteros: existe

“em andamento, um pouco por toda parte, um projeto a realizar, condição *sine qua non* para conceber o futuro, ou seja, manter aberta para todos uma perspectiva desimpedida de desenvolvimento histórico. O que é isto senão uma revolução? Sim, uma revolução. A única realmente suscetível de mobilizar os povos da maioria da humanidade. A única positivamente concebível como a tarefa histórica do vigésimo primeiro século” (p. 336-38).

De fato, “o cara não mudou”. Precisamente por isso, se fosse vivo, estaria hoje apoiando um projeto para o Brasil de cunho nacional-popular, como o do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), e que ao mesmo tempo não perderia de vista a perspectiva socialista. Mas esse já é assunto para uma outra conversa.

Notas

1. In: SENNA FIGUEIREDO, C. E. *Mário Pedrosa, retratos do exílio*. Rio de Janeiro, Antares, 1982, p. 56.
2. Id., *ibid.*, p. 70. 73. E a revista *Veja* também não mudou...
3. PEDROSA, Mario. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
4. PEDROSA, Mario. “Os caminhos do socialismo”. *Vanguarda Socialista*, Rio de Janeiro, 05-07-1946.
5. Folhetim, *Folha de S. Paulo*, 21-11-1982.
6. PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo, Ched Editorial, 1980, p. 48.
7. Todas as menções a números de páginas entre parênteses correspondem a citações ou referências à obra de Mario Pedrosa *A opção imperialista*, op. cit.
8. GORZ, André. *Stratégie ouvrière et neo-capitalisme*. Paris, Seuil, 1964.
9. Citando Friedman, *Arguments*, n° 52.
10. PEDROSA, Mario. “Vanguardas, partido e socialismo”. *Vanguarda Socialista*, Rio de Janeiro, 09-08-1946.
11. SOUZA, Ubiratan de. “Orçamento participativo estadual”. *Em Tempo*, São Paulo, jun. 2000.
12. In: ARANTES, Oflia (Org.). *Política das Artes*. São Paulo, Edusp, 1995, p. 335.

Mario Pedrosa e o *Vanguarda Socialista*

Paul Singer

Professor titular de Economia da Universidade de São Paulo
e autor de diversos livros

Antes de mais nada, gostaria de agradecer à Fundação Perseu Abramo e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) pelo convite e pela oportunidade de estar participando deste seminário. Aceitei esse convite com considerável irresponsabilidade e quero me penitenciar em público, porque de fato conheci pouco Mario Pedrosa. Fomos contemporâneos e companheiros de partido, mas ele morava no Rio e eu sempre morei em São Paulo, pelo menos em todo o período em que pertencemos ao Partido Socialista, de modo que vou falar muito mais sobre o *Vanguarda Socialista*, que é, sem dúvida, uma obra não só de Mario Pedrosa, mas da qual ele foi o principal inspirador e autor. E aproveitarei para falar um pouco sobre o meu reencontro com Mario em 1980, quando nós – ele, eu e tantos outros – fundamos o Partido dos Trabalhadores.

O *Vanguarda Socialista* começa a ser publicado em 1945, um ano notável, no qual termina a Segunda Guerra Mundial e, simultanea-

mente, o Brasil se redemocratiza. É o ano em que cessa a censura à imprensa e subitamente a vida pública sai das catacumbas. Em 1945, eu tinha 13 anos de idade, fazia ginásio, fui colega de Perseu Abramo, nosso patrono da Fundação, e logo no começo do ano, me lembro bem disso, um professor entrou em classe e, em vez de dar sua habitual aula, começou a falar sobre Constituição, o que é uma Constituição, o que ela significa etc. Ninguém de nós tinha ouvido algo sobre isso e, a partir dessa aula, todos os professores – eles tinham, óbvio, previamente combinado isso – passaram a falar de democracia, de eleições, de partidos políticos, coisas das quais não tínhamos ouvido falar coisíssima nenhuma até aquele momento. Isso foi para mim um enorme despertar, do qual tiro proveito até hoje.

Despertamos para a democracia naquele ano memorável. Em 8 de maio, suspendemos as aulas e fomos à praça da Sé festejar o fim da Segunda Guerra Mundial. Havia lá uma multidão incalculável. Após quase seis anos de guerra mundial, em que milhões de vidas foram sacrificadas, os Aliados (uma heterogênea aliança de liberais, socialistas e comunistas de todos os países) tinham vencido o Eixo nazi-fascista. Havia ali a clara noção de que estávamos no limiar de uma nova era.

O *Vanguarda Socialista* é um farol que passa a iluminar essa cena de uma forma extraordinária para alguns de nós. Não foi um jornal de grande circulação, longe disso, e é difícil imaginar que papel esse jornal teve dentro do panorama político mundial e brasileiro, entre 1945 e 1948. Afinal, 1945 foi o ano de glória da esquerda brasileira, com a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a volta a público da figura de Luís Carlos Prestes. É difícil reproduzir para quem não viveu aquela época o entusiasmo que nos dominava .

Tão logo cessa a censura à imprensa, a figura de Prestes vai para o centro do cenário político, todos interessados em saber o que ele pensava, mesmo antes de ser libertado. E depois que isso acontece ele começa a visitar as cidades brasileiras e, em cada cidade, há uma imensa reunião – aqui em São Paulo foi no estádio do Pacaembu. E o Partido Comunista, pela primeira vez em sua história – já tinha 23 anos de existência –, torna-se legal, passa a ter uma imprensa própria, o jornal *Hoje* aqui em São Paulo, o *Tribuna Popular* no Rio de Janeiro. Em todos os estados surgiram jornais comunistas. E tudo isso ligado à vitória dos Aliados sobre o nazi-fascismo, que foi de fato de enorme impor-

tância, que se traduzia na esquerda brasileira como a vitória da União Soviética, que ao repelir o invasor nazista e em seguida libertar a Polônia e todo o centro-leste europeu foi o principal ator dessa grande vitória e, portanto, libertou o mundo.

A esquerda brasileira nesse período é polarizada pelo Partido Comunista e pela figura individual de Prestes, que tinha um carisma impressionante. Não obstante, dentro desse panorama surgem vozes discordantes que trazem uma visão crítica, sem meios tons, do stalinismo, do tipo de regime que passava por comunismo na União Soviética. Estas vozes fazem simultaneamente a crítica, e crítica contundente, da linha do Partido Comunista do Brasil em relação à sua aliança com Vargas, pois o Partido Comunista apoiou a ditadura de Vargas depois que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial e se tornou objetivamente aliado da União Soviética. O PCB deu apoio crítico a esse governo e, depois que terminou a guerra, continuou a apoiar, adotando a palavra de ordem “Getúlio com Constituinte”, ou seja, que Getúlio Vargas continue no poder enquanto redemocratiza o país.

A posição do *Vanguarda Socialista* e de um grupo de socialistas aqui em São Paulo, que eu poderia dizer que foram meus mestres, era a de que nenhuma das duas coisas era aceitável, ou seja, nem encarar o comunismo soviético como sendo o que desejávamos para o Brasil, nem aceitar o modelo de democracia que Getúlio estava de certa forma representando naquele momento.

Agora, no ano 2000, talvez valha a pena fazer a seguinte comparação: o Brasil se redemocratizou em 1945 por uma decisão da ditadura, algo que voltou a acontecer na época de Geisel. Queiramos ou não, não fomos nós que obrigamos os militares a sair, eles saíram porque quiseram, e as conseqüências do fato de que houve uma redemocratização de cima para baixo, por uma decisão do poder antidemocrático, criou esse panorama que temos hoje no Brasil e que foi muito semelhante em 1945. Os militares depuseram Getúlio no dia 29 de outubro de 1945, ele se retirou para São Borja (RS), mas decidiu a eleição daquele ano, ao dar apoio, na eleição para presidente, ao general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido o ministro da Guerra do Estado Novo. Os políticos que governaram o Brasil durante a ditadura ganharam as eleições de 1945. O PSD (Partido Social Democrático), que era o herdeiro político da ditadura muito mais que o PTB (Partido Trabalhista Brasi-

leiro), que cresceu mais tarde, ganhou de forma ampla as eleições nos estados, para o parlamento etc.

Neste panorama é que surge a figura de Mario Pedrosa com o *Vanguarda Socialista*, que foi para nós um extraordinário educador político. Li o *Vanguarda* com paixão, ao lado da *Folha Socialista*, que era editada aqui em São Paulo, e não vejo nenhuma divergência de postura ampla entre os grupos que editavam estes periódicos. A diferença que havia é que o *Vanguarda Socialista* era mais denso, intelectualmente muito mais pretensioso, publicava textos de Marx, de Engels, de Trotski, de Rosa Luxemburgo, de Kautski, autores que ainda não conhecíamos. Até hoje, se alguém tem acesso à coleção do *Vanguarda Socialista*, tem muito o que ler.

Tenho a impressão de que Mario Pedrosa tinha como critério que os clássicos tinham que ser conhecidos diretamente, não por meio de vulgarizadores, coisa que eu, depois que me tornei professor, pratiquei a vida inteira. Não sei se aprendi isso com Florestan Fernandes ou com o *Vanguarda Socialista*, mas quando me propus a dar cursos de Economia, por volta dos anos 60, fazia meus alunos lerem Adam Smith, Ricardo, Marx diretamente e nunca usei vulgarizadores, nunca usei, digamos, o conhecimento já depurado, didatizado, simplificado e geralmente traído. O *Vanguarda Socialista* nos fazia ler os clássicos, o que para mim é até hoje é uma lição fundamental.

Entre os clássicos que o *Vanguarda Socialista* nos apresentou estava Rosa Luxemburgo. Ela era, para os mais iniciados, uma heroína derrotada da Revolução Alemã de 1919. Tínhamos uma idéia vaga sobre o que ela representava – como representa até hoje, a meu ver – em termos de visão, não só do socialismo, mas da luta de classes, da luta pela libertação humana. Aprendemos com Mario Pedrosa e o *Vanguarda Socialista* que Rosa Luxemburgo era radical em sua paixão tanto pela liberdade como pela igualdade, sendo companheira e ao mesmo tempo crítica dos revolucionários bolcheviques. Sua polêmica contra a dissolução da Assembléia Constituinte e contra a proibição de todos os partidos exceto o comunista, na Rússia, ainda em 1918, antecipou todas as outras que iriam se generalizar apenas após a Segunda Guerra Mundial.

Sem me alongar demais, gostaria de fazer uma consideração que me parece válida: por que surgiu no Brasil, com mais força do que em

outros lugares do mundo, uma tentativa de ligar de uma forma muito profunda e definitiva a idéia de socialismo com democracia? Isto era uma coisa forte no Brasil já nos anos 40, embora em círculos muito restritos.

A maioria dos esquerdistas estava ou no Partido Comunista ou no PTB, fazendo, portanto, concessões intelectuais e políticas a ditaduras (à de Stalin na Rússia e à de Getúlio no Brasil). Alegava-se frequentemente que “voto não enche barriga”, o que implicava a idéia de que para acabar com a pobreza era preciso renunciar aos métodos democráticos de luta, sobretudo depois que se toma o poder de Estado.

Minha hipótese é a seguinte: *só quando se perde a democracia e a liberdade é que apreciamos seu valor*. Acho que a experiência do Estado Novo foi extremamente didática para uma parte da esquerda brasileira, para Mario Pedrosa, Hilcar Leite, João Mangabeira, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo, Antonio Candido e toda uma plêiade de militantes e pensadores. Era muito claro para eles que abrir mão da democracia ou ver a democracia como uma vantagem tática, como muitas vezes ela é vista, não era correto. Considerar a democracia como algo que ajuda a avançar, mas que, depois que se toma o poder, pode ser deixada de lado, eliminando qualquer oposição e crítica, para mais tarde, em algum momento do futuro, em uma outra etapa, restaurar a democracia depurada de suas imperfeições capitalistas e burguesas, esta visão foi radicalmente rejeitada por Mario Pedrosa e pelo *Vanguarda Socialista*, pelos companheiros que faziam a *Folha Socialista* aqui em São Paulo e que se uniram, passo a passo, no Partido Socialista Brasileiro.

A idéia de que é fundamental ser democrático o tempo todo, fora e dentro do poder, não era popular na esquerda dos anos 40 e 50. Vou dar um depoimento pessoal. Em 1954, os militares depuseram Getúlio, que se matou e deixou a famosa carta-testamento, cuja divulgação ocasionou extraordinária mobilização popular. O novo governo, dominado pelos militares, ficou como que paralisado por algumas semanas. Àquela altura eu estava afastado do Partido Socialista, ao lado de Febus Gikovate, Antonio Candido e tantos outros. O partido havia sido integralmente ocupado pelos janistas, editávamos um boletim de oposição aos que dirigiam o partido. Naquela ocasião escrevi um artigo razoavelmente inflamado conclamando à insurreição, dizendo que

se as forças armadas se dão ao luxo de rasgar a Constituição e depor o presidente da República, nós, de esquerda, temos todo o direito de nos levantar também.

Isto levou a uma discussão entre nós, e não era uma discussão tática, se tínhamos ou não força para fazer aquilo, mas se tínhamos *o direito de fazer aquilo*, e isto era uma linha razoavelmente consistente que colocávamos como ideal, como programa, como projeto. Eu, naquela época, achava que a democracia podia ser suspensa, para ser restaurada em um momento futuro, com menos desigualdade, com os meios de produção socializados etc. Febus Gikovate e Fúlvio Abramo, que haviam experimentado a ditadura na pele durante o Estado Novo, não pensavam assim. Eu era jovem demais, só tinha ouvido falar sobre o que havia sido aquela ditadura. Hoje, depois de viver sob a ditadura militar de 1964, estou convicto de que eles estavam certos e não eu.

Difícilmente conseguimos aproveitar as lições dos outros. Para mim pelo menos – acho que para toda nossa geração – a experiência de 20 e tantos anos de ditadura militar foi fundamental para aprender a importância da democracia não só para nós, enquanto cidadãos e militantes, mas como um valor que é parte integrante de qualquer projeto político de esquerda progressista, revolucionário ou socialista.

As idéias de Mario Pedrosa, as idéias do *Vanguarda Socialista*, estão hoje em grande medida no PT e em outros partidos de esquerda. Não vou dizer que o PT foi um resultado do *Vanguarda Socialista* porque ele foi resultado de muita coisa – seria ridículo dizer que tudo aquilo com que o pessoal do *Vanguarda Socialista* sonhava se realizou no PT *por causa deles* –, mas que ele representa o que eles sonhavam, tenho certeza. E Deus quis que Mario Pedrosa estivesse vivo, já com 80 anos, quando fundamos o PT. Eu lembro, muitos de vocês estavam lá, a comoção no colégio Sion quando os três velhinhos – Apolonio de Carvalho, Mario Pedrosa e Sérgio Buarque de Holanda – foram convidados a ser os primeiros a assinar o livro de fundação do PT. Foi um momento certamente de profunda satisfação para o Mario e para muita gente mais, uma maneira de colher um pouco daquilo que ele, junto com seus companheiros, semeou a vida inteira.

Gostaria de terminar lembrando que Mario, naquela ocasião, fez um extraordinário apelo à superação do sectarismo. Ele percebeu com muita lucidez que o PT teria que superar uma enorme heterogeneidade,

resultante das muitas correntes que desaguarão no partido e, se isso não fosse possível, o partido provavelmente seria paralisado pelas lutas internas. Lembro-me de uma frase que ele disse que me surpreendeu então: ele pediu que “todos deixássemos nossas bíblias do lado de fora e entrássemos de espírito desarmado no PT”. Ele propunha que reaprendêssemos em conjunto a fazer política socialista, política de esquerda, deixando para trás os preconceitos que haviam alimentado inúmeras lutas facciosas dentro da esquerda.

Esta foi a última lição de Mario Pedrosa, e ela é mais atual do que nunca. Não quero deixar com isso a idéia de que temos que ser sempre consensuais. Antes, pelo contrário, acredito que há uma rica vida intelectual na esquerda brasileira hoje, há muito espaço para visões divergentes. O que não é ruim em si, desde que consigamos manter unidade na ação.

Hoje estamos passando por enorme crise dentro da esquerda, crise essa que de alguma maneira foi antecipada pelo *Vanguarda Socialista*. Ainda estamos pagando a dívida das ilusões que o stalinismo despertou em várias gerações. Enquanto não tivermos pago essa dívida, dificilmente a esquerda poderá formular um projeto capaz de polarizar as maiorias para a transformação social. E enquanto estamos passando por essa crise, é vital que mantenhamos o máximo de liberdade intelectual teórica para o debate, sem que isso nos divida na ação política. É absolutamente essencial garantir a unidade que dá força à esquerda, pois uma parte da sociedade, a parte pobre, desempregada, excluída, miserável, precisa de nós. Não somos um clube de debates de idéias, somos uma parte integrante de uma sociedade dividida que precisa melhorar. Isso também faz parte, ao meu ver, da atualidade das idéias de Mario Pedrosa.

Mario Pedrosa: pensador socialista

Marco Aurélio Garcia

Professor da Unicamp e secretário de Cultura
do município de São Paulo

Em primeiro lugar quero também, como os que me antecederam, agradecer o convite que me foi feito pelos organizadores desse seminário, a Fundação Perseu Abramo e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), para que nós, durante esses dias, estivéssemos aqui debruçados sobre a obra desse extraordinário pensador e homem de ação que foi Mario Pedrosa.

No que se refere especificamente à programação deste seminário é importante dizer que Mario comparece com um duplo estatuto: por um lado, evidentemente, como um pensador socialista e um homem de ação socialista importante, mas eu não hesitaria em incluí-lo também naquela rubrica mais geral, à qual a Fundação Perseu Abramo tem dado tanta atenção, que é a de recuperar o pensamento radical brasileiro num sentido mais amplo, e por isso contemplou em suas atividades seminários dedicados a Antonio Candido, a Sérgio Buarque, a Celso Furtado,

a Florestan Fernandes e, sem dúvida nenhuma, a outros tantos que ainda serão homenageados.

Mario Pedrosa nos deixou há quase 20 anos e considero que é sempre muito arriscado refletirmos sobre a atualidade de um pensamento político de alguém que não está mais conosco. É um exercício complexo, sobretudo porque em um primeiro momento exige um conhecimento detido desse pensamento, o que não é o meu caso e, sobretudo, me deixa um pouco inquieto, porque estou aqui compartilhando não só a mesa, mas também a platéia, com pessoas que se dedicaram de forma muito intensa a estudar seja a obra de Mario, seja períodos históricos em que Mario Pedrosa teve uma presença significativa. Há o trabalho importantíssimo do professor José Castilho Marques Neto, o trabalho da professora Isabel Loureiro sobre a realidade socialista, além da tese de Dainis Karepovs, também presente aqui, que abrangendo um período mais amplo também enfrenta muitos dos problemas vividos por Mario Pedrosa e seus contemporâneos, para citar apenas três contribuições relevantes, provavelmente fazendo injustiça com outras.

Para pensarmos a atualidade da obra intelectual de uma pessoa, exatamente por essa exigência de um conhecimento mais profundo, impõe-se também uma segunda exigência, que é a de separar nesta obra aquilo que é efetivamente seu eixo central daquilo que é secundário. Quando me refiro à atualidade, quero me referir àquilo que tem na obra de alguém uma força paradigmática para o presente e para o futuro. E, ainda nessas considerações iniciais, gostaria também de chamar a atenção para um risco que todos nós corremos ao discutir a atualidade de alguém, em particular a atualidade de Mario Pedrosa, que é justamente projetar sobre o pensamento do autor em questão nossas idéias, nossas idiossincrasias e, muitas vezes, sofrer a tentação de idealizar esse pensamento para celebrá-lo ou, em alguns casos, para combatê-lo. E não estou, de maneira nenhuma, seguro de que vou escapar desses riscos; no entanto, me disponho a realizar a pequena empreitada de destacar algumas idéias que me parecem fundamentais na contribuição desse grande intelectual e combatente político.

Em especial duas questões se destacam na trajetória de Mario Pedrosa: a primeira é sua visão internacionalista, a segunda é a combinação muito interessante que existe em toda sua vida daquilo que eu classificaria de ortodoxia em relação aos princípios e heterodoxia em

relação à concepção de política e, mais particularmente, aos instrumentos da ação política.

As grandes opções políticas de Mario Pedrosa parece que têm como ponto de partida – como já salientou João Machado neste mesmo seminário – o contexto de profundas transformações pelas quais passava o mundo nos anos 20, e passaria nos anos a seguir. Lembremos que esse período, que se estende até 1939, é marcado por acontecimentos absolutamente decisivos: a crise de 1929 e seu impacto econômico, social e político global, a ascensão do nazi-fascismo – uma das expressões dessa crise –, a Guerra Civil Espanhola e, finalmente, a Segunda Guerra Mundial. De tal maneira que não são poucos historiadores que procuram analisar os anos 20 e os anos 30 como um todo homogêneo, que ligaria a Primeira à Segunda Guerra Mundial, caracterizando esse momento como o de uma prolongada guerra civil em âmbito europeu com repercussões também fora da Europa.

É esse também um período de profundas transformações no interior do movimento operário socialista internacional. Já foi mencionado o fracionamento que o movimento socialista sofreu no pós-Primeira Guerra Mundial, que redundou concretamente na criação da III Internacional e na recomposição da social-democracia em uma Internacional social-democrata, mas também no interior mesmo da própria III Internacional. Entre todas aquelas correntes que haviam reivindicado como paradigma a Revolução de Outubro, vai se dando concretamente um processo de decantação e de divisão muito profundo, que é marcado pelo surgimento e posterior derrota de oposições no interior da União Soviética, com projeções no conjunto do movimento comunista, na irresistível ascensão de Stalin, no aprofundamento da crise entre social-democratas e comunistas que está, em grande medida, na raiz da tragédia do socialismo na Alemanha.

Mario vive todos esses problemas. E vive também um período imediatamente anterior às grandes transformações pelas quais o Brasil passaria e que um observador arguto, ainda que jovem como ele, já poderia perceber. O que é interessante é que no limiar dos anos 30, diante dos problemas que desafiavam o sistema político brasileiro e que levariam à grande comoção de 1930 e de toda a década, Pedrosa se situa numa perspectiva internacional e esse internacionalismo faz com que naquele momento, justamente para abraçar essa fidelidade aos prin-

cípios – a ortodoxia dos princípios – ele opte pela heterodoxia da ação política. Ele vai somar-se às oposições de esquerda, participar do surgimento e da constituição da IV Internacional. Mas é exatamente nesse momento que vamos ver uma espécie de segunda inflexão. Ainda que ficando fundamentalmente preso a uma nova ortodoxia política – a que se poderia chamar naquele momento de socialismo revolucionário, fortemente conflitado com o modelo stalinista em curso na União Soviética –, ele tampouco fica preso à ortodoxia organizacional que a IV Internacional vai pouco a pouco constituindo. Ele terminará por se separar dela e se transformar numa espécie de franco-atirador, no entanto com uma enorme capacidade de vocalização política, de articulação de temas que estavam adormecidos e, portanto, de influência, como muito bem sublinhou Paul Singer em seu depoimento.

De tal maneira que não vamos encontrar Mario Pedrosa, no final da Segunda Guerra Mundial e naquele período extraordinariamente vivo pelo qual o mundo passou, de 1945 até o início da Guerra Fria, em 1947-1948, desiludido, submisso, reconvertido por um certo realismo político a convicções que abandonara havia muito tempo. Muito pelo contrário, vamos encontrá-lo instigante, propondo novos temas, várias questões, articulando essa ortodoxia dos princípios com a heterodoxia da ação, ainda que submetido a uma considerável solidão política, tendo em vista a exígua influência de sua ação naquele momento, apesar da qualidade dos quadros sobre os quais ele pôde influir. Nos pós-1964, imediatamente depois do golpe de Estado e no limiar de uma dolorosa experiência pela qual passaria a sociedade brasileira e que duraria até metade dos anos 80, diante de uma esquerda golpeada pela derrota e perplexa por não compreender exatamente as causas dessa derrota, Mario Pedrosa lança luz sobre aquela complexa conjuntura que estava se delineando no país.

É interessante observar que aí, uma vez mais, vai se relevar neste homem uma enorme preocupação em articular a dimensão nacional com a dimensão internacional. Ele escreve um livro importante chamado *A opção brasileira*, mas tem claro, como poucas pessoas, que os acontecimentos de 1964 não poderiam ser compreendidos se não fossem inseridos numa visão mais ampla, se não fossem, em grande medida, explicados a partir das modificações de um contexto que prenunciava uma mudança do quadro político mundial e, em especial, na América Lati-

na. Então, por isso mesmo, ele é obrigado a dar seguimento e maior amplitude a um empreendimento iniciado com *A opção brasileira* escrevendo um outro livro, chamado *A opção imperialista*. É interessante observar o que ele diz nesse segundo livro, porque de uma certa forma ilustra essa *demarche* intelectual e política à qual me referi. Ele diz – e eu cito:

“Este livro nasceu do impacto causado pelos acontecimentos que culminaram com a deposição do governo João Goulart [...]. O autor tentou, mas não conseguiu situar aqueles acontecimentos dentro de um contexto limitado de âmbito nacional. Cedo verificou que não se explicavam isoladamente e que mesmo o Brasil todo como Nação, como Estado, como economia e sociedade não era produto exclusivo de si mesmo, da evolução de sua própria história, da descoberta à República. Era, cada vez mais, ao contrário, como que resultante de um paralelogramo de forças que o impele para uma direção diferente, externa, que não resulta, por sua vez, da dinâmica de suas forças interiores autênticas.”

Isso hoje pode parecer extremamente óbvio, algo sem maior transcendência. Mas se inserido no tipo de debate que se viveu no Brasil naquele momento, vamos ver que era efetivamente um tipo de visão superior dos problemas. É por essa razão que aquilo que ele havia pensado, a análise internacional como uma simples primeira parte do capítulo introdutório de *A opção brasileira*, terminou por se constituir um alentado livro que é hoje, a despeito de muitas análises concretas já terem um caráter quase que exclusivamente histórico, um texto de referência, seja pelas idéias que expõe, seja pela metodologia com a qual trata o contexto internacional, de enorme valor e, sem dúvida, de grande interesse para compreender as vicissitudes do Brasil nos anos 60.

O terceiro momento ao qual vou me referir é, evidentemente, o momento final de Mario Pedrosa, isto é, aquele compreendido entre o final dos anos 70 e começo dos 80, quando começa o processo de declínio do regime militar brasileiro. Acho importante observar algumas diferenças da transição de 1945 para a que tivemos entre 1978 e 1984; em 1984 Mario já não estava mais vivo.

Com isso não quero, evidentemente, desconsiderar uma observação que foi feita aqui por Singer, de que em ambos os casos houve

um forte elemento de condução por cima da transição. Isso é verdade e, aliás, faz parte da tradição histórica do país. Sempre que o país se vê diante da necessidade de realizar grandes transições, as nossas elites têm uma enorme capacidade de condução desses processos. No entanto, me permito fazer uma observação sobre algumas diferenças que se insinuam na transição que se inicia em 1978 e que é relacionada justamente a uma participação mais decisiva das classes populares – da sociedade como um todo, mas em particular das classes populares e dos trabalhadores. Com isso quero também destacar que em vários processos de mudança política no país, ainda que o papel de *condottieri* das elites tenha sido muito grande, não se pode desconsiderar que elas não atuaram a seu bel-prazer. Essas elites se viram em várias conjunturas – em 1930, mesmo em 1945 – influenciadas por certos movimentos surgidos na sociedade, muitos dos quais silenciados pela historiografia, e que só agora estão sendo, de certa maneira, recuperados. E recuperados em grande parte porque na última transição que tivemos ficou tão evidente essa participação das classes trabalhadoras que quase remissivamente os historiadores começaram a se debruçar sobre o passado para descobrir, nesse passado mais longínquo e pouco conhecido, alguns sinais de resistência popular.

O contexto, então, da transição de 1978, sobre a qual Mario escreveu, ainda que já estivesse mais idoso e com menos vitalidade na sua participação política, é um contexto diferente daquele de 1945. Nesse quadro ele não vive um momento de solidão revolucionária, pelo contrário. Seus escritos, como foi aqui observado, são escritos marcados por um otimismo muito grande. Mas, ao mesmo tempo, esse otimismo não deve esconder o fato de que as características da transição do último regime militar estão marcadas, para as esquerdas, pelo menos, por alguns fatores que são absolutamente novos e que não se deram em outras circunstâncias como, por exemplo, na transição de 1945. Paul Singer chamou a atenção com muita justeza para o fato de que naquele momento o prestígio do Partido Comunista, e de Luís Carlos Prestes em particular, era extraordinariamente grande nesse país e, sem dúvida nenhuma, era um elemento inibidor para o surgimento de qualquer alternativa que se colocasse no campo da esquerda.

Eu acrescentaria que não só o prestígio do Partido Comunista, mas, ligado ao prestígio do Partido Comunista, o prestígio da União

Soviética naquele momento era algo absolutamente extraordinário. Então, para um intelectual que buscasse realizar uma crítica do regime soviético e desqualificar muito justamente aquele modelo de socialismo propondo um outro, era difícil que esse discurso tivesse efetivamente um curso maior mas grandes massas recém-recuperadas pela política. Ele poderia ter, como teve, uma importância muito grande para intelectuais mais argutos, para militantes com maior capacidade de reflexão sobre o movimento socialista, mas que não produziriam resultados a curto prazo.

É justo dizer que muitos dos resultados desse trabalho quase pedagógico, quase iluminista, do ponto de vista das idéias de um socialismo democrático, só surtiriam efeito muito tempo depois. E não é por acaso que muitos dos leitores do *Vanguarda Socialista*, muitos dos discípulos, se é que assim podemos chamá-los, de Mario Pedrosa vão aparecer justamente nessa segunda conjuntura à qual me refiro, na transição do regime militar, abraçando as bandeiras do Partido dos Trabalhadores e de um processo de renovação do pensamento de esquerda no Brasil. Ou seja, de uma certa maneira são efeitos diferidos que se manifestam muitas décadas depois.

É claro que o contexto internacional era outro. A União Soviética nesse momento não gozava do prestígio que tinha em 1945, muito pelo contrário, era um regime decadente, que já aparecia aos olhos do mundo como um regime conservador, comandado por um grupo de pessoas que muitas vezes não apresentava sequer um desempenho físico convincente, aquela gerontocracia que aparecia saudando de forma monocórdica os desfiles de 1º de maio ou no aniversário da revolução soviética.

Por outro lado, a transferência das expectativas em direção à social-democracia também se revelava problemática, porque a social-democracia havia podido em grande medida se constituir em uma alternativa para importantes setores da classe operária européia por duas razões: em primeiro lugar, porque a União Soviética tinha se constituído em uma ameaça e empurrava concretamente a social-democracia um pouco mais para a esquerda e a transformava numa alternativa viável para uma política social; em segundo lugar, porque o crescimento que o capitalismo experimentou logo no pós-guerra, os chamados 30 anos gloriosos, se deu em grande medida pelo estabelecimento desse pacto,

que alguns chamam de pacto taylorista-keynesiano, e que justamente começava a se esgotar no final dos anos 70 e no começo dos anos 80, empurrando parte dos regimes social-democratas da Europa para os primeiros experimentos de tipo liberal – que eles iriam aprofundar nos anos 80 e no começo dos anos 90.

As idéias de esquerda naquele momento não viviam também um período de extraordinária renovação, muito pelo contrário, viviam um impasse muito grande. O próprio surto renovador que 1968 de certa forma insinuou mostrou os seus limites; não era a grande revolução cultural que se imaginava do ponto de vista do pensamento socialista.

E, último elemento a ser acrescentado, as esquerdas no Brasil, pelo menos aquilo que até então havia sido apontado como esquerda, o Partido Comunista e seus desdobramentos, viviam ainda os efeitos da profunda derrota política e, em alguns casos, militar que a ditadura lhes havia imposto.

Isso tudo cria uma espécie de marco zero a partir do qual Mario Pedrosa pôde exercer sua influência, ou seja, a retomada de uma certa ortodoxia que vai se expressar por meio de um pensamento profundamente otimista. Ele vê no movimento dos trabalhadores um pouco o cumprimento de uma profecia, a que Marx havia feito no século XIX de que a causa dos trabalhadores seria conduzida por eles próprios, e que eles fixariam os parâmetros da sua ação política. Ele vê, detecta na sociedade as impressões disso e não encontra nenhum tipo de obstáculo naquele momento que possa desvirtuar, do ponto de vista ideológico, aquele movimento, o marco zero, o ponto de partida que vai transformar seu pensamento em algo profundamente otimista. E ele vai expressar esse otimismo quando diz, num de seus artigos publicados no *Jornal da República*: “O Partido dos Trabalhadores não é invenção de ninguém, nem mesmo do Lula” – por quem ele tinha uma enorme admiração – “e de seus seguidores. É, porém, o produto lento da história do Brasil”. Ele é ortodoxo no sentido de que reconhece essa emergência dos trabalhadores como uma espécie de necessidade histórica, mas é heterodoxo pelo menos em relação às correntes clássicas do movimento socialista internacional, seja o leninismo, seja a vertente crítica ao stalinismo, ou as extintas correntes do trotskismo, porque vai propor um tipo de partido que não corresponde a nenhum dos modelos até então hegemônicos.

Tive o prazer de poder escutar no dia da fundação do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, as palavras que Mario Pedrosa pronunciou ironicamente no Colégio Sion, em São Paulo, onde o PT foi fundado, e que me parecem extremamente interessantes para dar uma certa base a essa idéia de uma ortodoxia de princípios e uma heterodoxia no que diz respeito à ação política. Ele disse, textualmente:

“Diferentemente de todos os partidos por aí, com a sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. Partido de massa, não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e, pela autocrítica, refaz seu erro. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores”.

São saudáveis tautologias que ouvimos aqui, essas tautologias que encontramos nos textos de Thompson sobre o que é a classe operária, e é um saudável espontaneísmo que encontramos numa das mestras de Mario Pedrosa, Rosa Luxemburgo. Portanto, o que vemos nesse texto, em realidade, são duas questões que, a meu juízo, se colocam como questões importantes, ainda que uma delas não explicitada. A primeira é, sem dúvida nenhuma, a idéia de que é possível – e aí está a atualidade – a reconstrução de um projeto socialista se seguirmos essa metodologia sem dogmas, deixando para trás os preconceitos, pendores e tendências extras. Tudo isso, a meu juízo, realizado com os olhos postos no mundo. E é surpreendente que, ainda que o Brasil nunca tenha sido tão internacionalizado como hoje, que as esquerdas tenham os olhos tão pouco fixados no contexto internacional e não se dêem conta de que os gigantescos desafios que temos que resolver só poderão ser resolvidos se compreendermos exatamente qual é o nosso lugar no mundo e como podemos alterá-lo, alterando nossa situação interna.

Para isso, sem dúvida nenhuma, os textos de Pedrosa, são de extraordinária valia – por menos afirmações substantivas que possam estar aqui e ali, algumas talvez já superadas ou, como eu dizia antes, mais peças históricas que elementos de reflexão imediata, mas sobretudo

do pela metodologia, pela forma de abordagem, por essa capacidade de inserção do Brasil no mundo. Da mesma forma que é de extraordinária valia, a meu juízo, a capacidade que ele sempre teve de articular a firmeza de princípios, que falta a tantos intelectuais que vieram da esquerda, com a flexibilidade na ação política.

Mario Pedrosa, finalmente, é um exemplar importantíssimo de um tipo de intelectual que está desaparecendo nesse país, de um homem de vastíssima cultura, que se notabilizou fora das esquerdas não porque era um homem de esquerda, mas porque foi um grande crítico de arte, um homem de enormes horizontes culturais, representante dessas classes médias que o Brasil produziu com uma razoável sofisticação intelectual não para a exibição de suas virtudes e do seu talento, mas para colocar justamente esse conhecimento a serviço das classes trabalhadoras. Essas classes médias têm que ser revividas, porque é da aliança delas com os trabalhadores que, a meu juízo, teremos a possibilidade de transformar o Brasil e de realizar as melhores esperanças que Mario Pedrosa encarnou na sua vida e que nos permite hoje falar do seu pensamento como pensamento atual.

Muito obrigado.

A coragem de começar de novo

João Machado

Professor de Economia na PUC-SP e doutorando do IPE-USP.
Foi membro da direção nacional do PT

Vou selecionar apenas uma pequena parte da atividade política de Mario Pedrosa para lembrar e comentar. Creio que a partir daí é possível falar de algumas questões centrais para nós hoje, e que esta é uma maneira de mostrar como a militância deste grande revolucionário ainda pode nos inspirar.

Entre os muitos projetos culturais e políticos de que Mario Pedrosa participou, quero destacar dois, muito diferentes um do outro, em cuja fundação ele esteve presente. Nos anos 30, ele foi um dos fundadores da IV Internacional; foi o delegado brasileiro ao seu congresso de fundação em 1938; no final dos anos 70 e em 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, e é considerado seu filiado número 1.

A diferença entre estes dois projetos começa com o seu caráter – a IV Internacional em 1938 era uma organização internacional de vanguarda (embora aspirasse a uma Internacional Revolucionária de Massas); o PT, desde a sua fundação, além de ser uma organização nacional,

era já um partido de massas. A IV Internacional nascia, além disso, a partir de um claro referencial marxista e como fruto de um intenso processo de elaboração programática, que procurava resumir as lições que se podiam tirar da experiência da Revolução Russa, dos outros processos revolucionários do início do século XX e do processo de degeneração sofrido pela União Soviética. O PT, por outro lado, nascia com relativamente poucas definições programáticas (embora estas fossem muito importantes) e reunia militantes de distintas referências teóricas e ideológicas.

Talvez a diferença entre as duas fundações fique ainda mais nítida se compararmos suas respectivas conjunturas. A conjuntura internacional do fim dos anos 30 era extremamente difícil; provavelmente tenha sido mesmo o momento mais difícil do século. A partir do centro da Europa, o fascismo ameaçava todo o mundo. Mas talvez a evolução da União Soviética tivesse um impacto ainda mais opressivo para os que, como Mario Pedrosa, lutavam pelo socialismo numa perspectiva democrática e revolucionária. O domínio burocrático consolidava-se e, a partir da União Soviética, sufocava o movimento comunista.

Neste contexto, a IV Internacional foi fundada com forças reduzidas e com propósitos imediatos antes de tudo defensivos: tratava-se de criar um quadro de referência, mais claro do que apenas o movimento que existia então, para alguns milhares de militantes no planeta, para que pudessem resistir da melhor maneira possível às provações da guerra que se avizinhava. Naturalmente, havia também esperança, fundamentalmente, de que a Segunda Guerra Mundial despertasse as energias revolucionárias da classe operária e dos setores populares, tal como a Primeira havia feito; e que a partir daí fosse possível avançar no processo revolucionário que estava bloqueado pelas muitas derrotas sofridas, e especialmente pela evolução negativa da União Soviética.

A conjuntura brasileira do final dos anos 70 era, ao contrário, otimista para a esquerda. Crescia o movimento de oposição à ditadura militar; o proletariado industrial havia se fortalecido, e isto se refletia no nascimento de um novo sindicalismo, chamado na época de “sindicalismo autêntico”. Crescia a militância nos movimentos populares; crescia também o movimento estudantil, que reorganizava a UNE (União Nacional dos Estudantes). A parcela da esquerda que havia optado, em anos anteriores, pela “estratégia da luta armada” fazia um ba-

lanço dos seus erros, e estava disponível para um novo projeto. Embora as maiores forças da esquerda fossem naquele momento o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), ambos apostando na “unidade das oposições” no interior do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), eles não ocupavam todo o espaço existente. Também a situação internacional era favorável: a derrota dos Estados Unidos no Vietnã mostrava que era possível derrotar o imperialismo, e entusiasmava uma nova geração de militantes. Nos últimos anos da década, isto seria ainda reforçado com os processos revolucionários do Irã e da Nicarágua. A visão geral era a de que o socialismo avançava. Grande parte da geração de maio de 1968 estava ainda a postos.

As condições eram, portanto, favoráveis uma iniciativa como a da criação do PT. Não obstante, um partido como aquele era uma novidade histórica, e sua constituição era vista com desconfiança por grande parte da esquerda, por razões tanto programáticas (o PT não se enquadrava no modelo rígido de “partido leninista” que era tomado como referência na época) como táticas (o PT dividiria a “frente das oposições”).

Por outro lado, embora não houvesse precedente histórico que correspondesse de modo suficientemente aproximado ao PT da época da sua fundação, era possível dizer que o nascimento daquele partido guardava alguma semelhança com o de alguns partidos da II Internacional, no final do século XIX. Posteriormente, na época da formação da IV Internacional, Leon Trotski havia teorizado a possibilidade da formação de novos partidos operários de massa a partir do movimento sindical (pensava sobretudo nos Estados Unidos, que não tinham um partido operário de massas e que conheciam então uma radicalização de parte do movimento sindical).

Não é este o momento, naturalmente, para discutir semelhanças e diferenças entre o PT e os partidos da II Internacional, ou entre o PT e a hipótese proposta por Trotski. Contudo, é útil registrar que vários setores da esquerda brasileira referenciados em Trotski e na IV Internacional (mas não todos) estiveram entre os primeiros a apostar no PT como partido da classe operária brasileira (esta era, por exemplo, a concepção dos militantes brasileiros identificados com a IV Internacional, que tinha então como principal dirigente Ernest Mandel – é necessário identificar desta maneira, já que a IV Internacional havia muito se tinha

fragmentado em correntes sem nenhuma relação entre si –, entre os quais desde então eu me encontro). É provável, também, que o entusiasmo com que Mario Pedrosa defendeu a criação do PT a partir de sua célebre carta a Lula de 1978 tenha algo a ver com seu conhecimento das discussões da época da fundação da IV Internacional.

Naturalmente, os caminhos de Mario Pedrosa e da IV Internacional tinham se separado desde poucos anos depois da fundação desta última; ele sempre continuou, porém, muito próximo politicamente e plenamente identificado com o que podemos chamar de sua concepção fundamental: a defesa da Revolução Russa de 1917 e a condenação da ditadura burocrática posterior. Ou, em outras palavras, Mario Pedrosa sempre manteve a defesa de um socialismo democrático e revolucionário, contraposto tanto ao “socialismo” burocrático como à adaptação da social-democracia ao regime capitalista, como se pode ver na carta a Lula e nos outros escritos que publicou defendendo a criação do PT.

Como foi dito acima, as fundações da IV Internacional e do PT foram processos muito diferentes. Mas é possível dizer que a participação de Mario Pedrosa em ambos teve muita coisa em comum. Em primeiro lugar, em ambos, como já foi dito, Pedrosa defendeu a mesma concepção fundamental de socialismo e de emancipação humana. Além disso, em ambos mostrou tanto uma grande disposição de começar de novo como a compreensão de que isto devia se fazer incorporando a reflexão sobre as experiências passadas. É muito claro que, na fundação da IV Internacional, a experiência passada era uma referência decisiva, até porque ela foi fundada em torno da liderança do segundo principal dirigente da Revolução Russa. Pode ser menos claro na fundação do PT; mas, pelo menos no que diz respeito à maneira pela qual Mario Pedrosa abraçou a luta pelo PT, não pode haver dúvidas: seus escritos na época, inclusive a “Carta a um líder operário”, a Lula, abundam de referências à história do movimento operário e socialista.

É a partir destas idéias que animaram Mario Pedrosa tanto na fundação da IV Internacional como na fundação do PT que quero discutir nossa situação hoje.

Em primeiro lugar, estamos em uma conjuntura muito diferente, tanto da dos anos 30 como da do final dos anos 70. Internacionalmente, vivemos um período marcado por uma ofensiva tão forte da burguesia e de sua ideologia – que hoje tem a forma de “neoliberalismo” – que

muitos têm usado para caracterizá-lo a expressão “domínio do pensamento único”. Não se trata de uma ofensiva tão abertamente sanguinária como a do nazi-fascismo dos anos 30 até a Segunda Guerra, mas certamente foi por alguns anos uma ofensiva mais forte e, no plano das idéias, mais opressiva (basta ver que o fascismo jamais foi chamado de “pensamento único”). Desde o final dos anos 90, as crises capitalistas recorrentes e o aumento das resistências ao neoliberalismo começaram a mudar o quadro, e já é possível mesmo identificar os começos de uma nova geração de militantes.

Como complemento – e alimento – da ofensiva da burguesia, o chamado “socialismo realmente existente” desmoronou e desapareceu. Ainda se mantém, em meio a enormes dificuldades e com grande heroísmo, o projeto de construção de socialismo em Cuba, é certo; a China, o Vietnã e a Coréia do Norte também ainda são dirigidos por partidos que se chamam de comunistas. Neste último caso, contudo, o máximo que podemos conceder é que o Vietnã, e sobretudo a China, mantêm projetos de construção nacional (o que está longe de ser desprezível nos dias de hoje); mas o conteúdo socialista deles é cada vez mais reduzido, se é que ainda há algum. Quanto a Cuba, se a construção do socialismo vier a ser vitoriosa, é certo que será alguma coisa que não guardará nenhuma semelhança com o que existiu na União Soviética e no seu antigo bloco. Portanto, não é exagero dizer que o antigo “socialismo realmente existente” desapareceu. E o pior é que deixou atrás de si um enorme descrédito da idéia de socialismo.

Dessa forma, nunca foi tão difícil defender idéias socialistas em toda a história.

E, no entanto, a necessidade de defender o socialismo é maior do que nunca. Neste período de domínio absoluto do capitalismo, ficou mais clara que nunca a incapacidade deste regime não apenas de dar condições dignas de vida para a maioria da população, como também de alimentar a esperança no futuro. Talvez nada fale mais contra o capitalismo que o fato de o progresso técnico, o aumento da produtividade do trabalho humano, ter sido visto nos últimos anos não como suporte de um projeto de emancipação humana, mas sobretudo como ameaça (de desemprego) e como algo que impõe maiores exigências aos trabalhadores. Todos os indivíduos, empresas, países, têm de ser “competitivos”, sem que este maior esforço exigido signifique melhora de condi-

ções de vida em geral. Na verdade, é um pouco como se todos fossem obrigados a correr para ficar mais ou menos no mesmo lugar. Um grande crítico da cultura como Mario Pedrosa teria muito o que dizer hoje sobre a catástrofe cultural a que assistimos, impulsionada pela exacerbação do individualismo e pela ausência de esperanças mais fundamentais. De certa forma, podemos dizer que, embora seja mais difícil hoje defender uma alternativa ao capitalismo, é mais fácil criticar este sistema.

A conjuntura brasileira, por outro lado, não evoluiu nas últimas décadas de forma menos frustrante. As forças democráticas venceram contra a ditadura, mas a maior parte dos seus antigos expoentes aliou-se, e cada vez mais profundamente, com os antigos próceres da própria ditadura. No plano social e econômico, as décadas de 1980 e 1990 foram perdidas, ou ainda piores: com o governo FHC, o que está em curso é a subordinação a um projeto imperial de recolonização do país.

Além disso, o crescimento do proletariado brasileiro, da forma como foi tão importante para a fundação do PT, não teve continuidade. É verdade que se adotamos, como é justo que se faça, um conceito amplo de proletariado, identificando-o com o conjunto dos assalariados, isto é, com os que são obrigados a vender sua força de trabalho, podemos dizer que ele continua a crescer. Mas está muito mais fragmentado. Seu coração, a classe operária industrial, especialmente a das grandes unidades produtivas, tem-se reduzido. A divisão cada vez mais profunda entre trabalhadores do setor formal e do setor informal amplia de modo perigoso a heterogeneidade.

Neste contexto, a evolução do PT foi muito contraditória. O partido teve, na sua primeira década de existência, uma influência decisiva na construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e no fortalecimento do movimento popular, e ampliou consideravelmente sua influência eleitoral e institucional até chegar a disputar a presidência da República em 1989. Desde então, o fortalecimento eleitoral e institucional continuou, mas a qualidade de organizador popular do partido se deteriorou de modo considerável. Uma questão importante e preocupante é que hoje o PT não é um partido com o qual em geral a nova geração de militantes se identifique (muitos apóiam o PT em eleições, mas não têm interesse em participar de suas instâncias).

Por outro lado, desde o início dos anos 90 veio se desenvolvendo no PT um processo de perda de referências políticas: se oficialmente o

partido continua a se definir como partido socialista, o significado disto é muito pouco claro. No início da sua vida, o PT se contrapunha tanto à concepção burocrática de socialismo como à adaptação social-democrata ao capitalismo; hoje, o mínimo que podemos dizer é que, se há diferenças com a social-democracia nas posições de muitos dos seus dirigentes, ela não é facilmente perceptível.

Na verdade, creio que é possível avaliar que estamos outra vez em uma situação histórica em que é preciso começar de novo, com ousadia e refletindo sobre a experiência passada. No plano internacional, no sentido de que é preciso repensar e reconstruir o projeto socialista, de uma forma inclusive muito mais profunda do que era necessário em 1938.

No plano nacional, a situação é diferente: o PT continua a existir, a crescer eleitoralmente, representando a grande referência neste plano para os setores populares no Brasil. Mas o PT não poderá dirigir a construção de uma alternativa real para o país se não recuperar o seu projeto, redefinindo-o ao mesmo tempo. O PT precisa ter a convicção de que defende um projeto radicalmente diferente do que vem sendo implementado; para isso, necessita reencontrar-se com o socialismo.

Isso só pode ser feito por meio da participação no processo internacional de reconstrução desse projeto. Embora o PT sempre tenha discutido com forças políticas de outros países, o que é preciso fazer hoje no plano internacional é diferente: a exigência é muito maior. Como nos últimos anos o PT caminhou em outra direção – deixou suas referências socialistas se diluírem –, o partido precisa na verdade de uma mudança fundamental de rumo. Nada seria pior para o PT hoje do que a auto-indulgência de achar que está tudo bem com ele, que pode continuar simplesmente do jeito que está.

Assim, é possível dizer que, mais uma vez, de uma forma diferente do que foi preciso para Mario Pedrosa fazer em 1938 e em 1978-1980, precisamos ter a coragem de começar de novo. Mantendo nossa coerência, apoiando-nos sobre o que já foi feito e refletindo sobre as suas limitações. Sem dogmas, mas também sem querer fazer tábula rasa do nosso passado. Para isso, Mario Pedrosa pode ser para nós uma grande inspiração.

Anexos

Carta aberta a um líder operário*

Lula:

Tenho acompanhado com o mais vivo interesse sua atuação no movimento operário e, mais recentemente, no Congresso dos Trabalhadores na Indústria realizado nesta capital. Por isso, valho-me desta carta para lhe testemunhar minha alegria de velho militante socialista pela firmeza, lucidez e combatividade que você demonstrou no transcurso dos trabalhos.

Sei que você, cuja liderança vem tomando vulto de norte a sul do país no movimento da classe operária brasileira, não gosta muito de manifestações de intelectuais na vida sindical. Compreendo e respeito sua ojeriza nesse sentido, pois a história desse movimento operário, principalmente no Brasil, está recheada de exemplos de salamaleques,

(*) Fonte: Fundo Mario Pedrosa – CEMAP / CEDEM.

tapinhas nas costas e outros tipos de engodo com que certos “intelectuais”, mormente em vésperas de eleições, procuram bajular os trabalhadores. Felizmente, desses trejeitos nunca sofri, muito menos, hoje, nessa idade em que não se é mais candidato a nada, a não ser a continuar fiel às idéias da mocidade. Esta fidelidade às idéias é o que me faz escrever-lhe esta carta e precisamente na qualidade de intelectual. Para quê? Dar-lhe conselhos? Positivamente não. Um jovem militante de sua têmpera, de sua inteligência, de seu devotamento, não é produto feliz do acaso. É um produto necessário da classe operária emergente da nova sociedade brasileira. Formou-se você em São Paulo, no coração mesmo dessa nova classe. Estou certo de que outros como você se estão formando pelo Brasil todo aos milhares, certamente às centenas; breve, estou certo, vamos todos tomar conhecimento deles. Já se ouve o reboar desse movimento de classe que sobe das profundezas da terra de Piratininga para os sertões, do Prata ao Amazonas. Esse é o movimento histórico mais importante e fecundo da hora brasileira.

Posso agora sorrir e predizer que o Brasil será um país feliz: a hora da emergência da nova classe operária e da emergência de um Brasil novo, liberto afinal da opressão, coincide. Quando Karl Marx, meu mestre, proclamou no século passado que a “a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores” – esta verdade não se apagou mais da história. Que tinha ele, então, diante dos olhos? Um capitalismo em ascensão, um proletariado em andrajos, e Augusto Bebel, um operário alemão autêntico, como você, fundando o Partido Operário Social-Democrático alemão, que iria ser através dos tempos o partido modelo de toda a classe operária européia, inclusive para Lenin na Rússia bárbara dos czares. Quando em 1914 abriu-se a matança interimperialista na Europa, e Lenin e Trotski puderam arrancar a Rússia do massacre, derrubando o czarismo, e com uma audácia nunca vista tentaram implantar a primeira república dos Conselhos (Soviéticos); esta república, fundada apenas que fora numa heróica minoria da classe operária de Leningrado e Moscou, cidades do vasto império russo, a República dos Sovietes não tardou porém a cair como a Comuna de Paris, e, em seu lugar, implantou-se a ferro e a fogo uma ditadura burocrática totalitária com grandes realizações, sem dúvida, no seu acervo (sobretudo de ordem industrial e militar), mas imensos sacrifícios para todo o povo russo e seus camponeses e, até hoje, sem nenhuma liberdade.

No Brasil um outro panorama começa a levantar-se; de onde se parte? De um regime buro-técnico-militar que trouxe com alguns reais progressos maior miséria e ainda maior opressão. Quais são as forças motrizes da nova situação, capazes de convocar o povo, mobilizá-lo, guiá-lo pacificamente para uma Assembléia Nacional Constituinte, eleita soberanamente pelo povo? Esta classe operária que você se empenha, com seus companheiros de trabalho, em organizar em sindicatos livres da tutela do Estado, com plena autonomia, direito de greve, contratos coletivos de trabalho e uma luta intransigente contra o peleguismo.

A Emenda à Constituição que Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado Federal pelo MDB, acaba de enviar à presidência do MDB para que seu partido leve ao plenário do Congresso Nacional é a iniciativa mais radical e profunda de quantas a oposição ao atual regime já apresentou. Com ela o professor Fernando Henrique Cardoso marcou a diferença entre 1945-46 e 1978, isto é, entre a crise do fim da Segunda Guerra e do Estado Novo e a atual, em que se assistem aos primeiros signos da agonia do sistema burocrático-militar que nos governa desde 1964. Em 1945-46, os democratas, liberais e socialistas chegaram a impor ao candidato anti-Estado Novo que levantasse a bandeira da democracia em sua totalidade, pois na luta pelas liberdades democráticas ali estavam também o direito de greve e a liberdade e a autonomia sindical em face do Estado que, como se sabe, na legislação fascista do Estado Novo eram proibidos e davam cadeia aos que os preconizassem. A Constituição de 1946 conseguiu o direito de greve, mas quanto à liberdade e à autonomia sindical, os liberais e a força de esquerda de 1946 já não puderam regulamentar de maneira positiva os belos princípios democráticos inscritos no texto mesmo da Carta Constitucional. E desde então a democracia de 1946 ficou capengando e os sindicatos operários atravessaram os anos sem autonomia, amarrados ao Estado, em pleno peleguismo até a submissão final em que o salário deixa de ser o atributo essencial do trabalhador e do seu sindicato para ser da exclusiva competência da alta burocracia do Estado e alguns de seus pelegos, tanto os vindos da própria classe operária como outros vindos também do patronato.

O caminho vai afinal sendo liberto para a democracia. Desta vez não se vai deixar pela estrada os restos da gangrena ditatorial subsistente nos tecidos da democracia, como em 1950. Líderes políticos novos,

como Fernando Henrique Cardoso, estão alertas e entregam ao seu partido, o partido de oposição, os meios para extirpar esses cancros da legislação sindical, já agora com a garantia de que o cerne da luta pela emancipação do operariado do Estado, com suas velhas inclinações fascistas, não será esquecido e assim se criarão as condições ideais para que afinal surja da luta pela redemocratização do Brasil um movimento operário realmente profundo, livre, nitidamente trabalhista, dentro do qual todas as forças populares legítimas se vão unir para um só final, o socialismo: Movimento dos Trabalhadores pelo Socialismo. Cunha-se assim com a naturalidade das coisas elementares o partido que a consciência proletária de que você e seus companheiros estão imbuídos. Isso é penhor do futuro: fruto das tradições dos mestres nutrida do sangue dos nossos heróis proletários. Sem a libertação do movimento trabalhista é inútil falar-se em liberdade, democracia ou socialismo.

Saudações proletárias do velho companheiro

Mario Pedrosa
Rio, 1º de agosto de 1978

O futuro do povo*

Mario Pedrosa

O partido dos trabalhadores tem como primeira virtude a de ter nascido dos próprios trabalhadores. Eis aí uma idéia que veio realmente do seio dos trabalhadores brasileiros. Neste sentido ela é ao mesmo tempo um defrontamento vital desse nosso proletariado bronco e novo com o pensamento do maior dos líderes proletários até agora surgido na História moderna do mundo: Vladimir Lenin; pois não sustentava ele que as idéias de libertação não provinham dos proletários que as aprendiam de fora? Só mesmo no Brasil, neste país novo, grande, ignorante e bárbaro, é que se poderia produzir um proletariado novo, ignorante, bárbaro, mameluco ou cafuzo, capaz de propor ao Brasil burguês, rico e branco um partido deles, proletários, com que esperam, confiantes e cheios de fé, fazer renascer o Brasil.

O proletariado brasileiro, é com efeito, a única classe jovem, vigorosa, em ascensão neste Brasil macambúzio de hoje, que velhas classes dominantes, corrompidas desde o berço pelos privilégios e monopólio de cuja legitimidade espúria nem desconfiam, que fizeram um país de baixa moralidade, no qual um despotismo embrutecedor (sem escrúpulos e sem a menor perspectiva histórica) oprime um povo humilhado. Sua única perspectiva é ganhar dinheiro, de qualquer maneira, ao estilo dos barões salteadores de estradas ao tempo do capitalismo americano do fim do século XIX. O despotismo militar que assumiu o poder no Brasil para amoldar a nossa gente a seu gosto e à sua ideologia não teve realmente outro propósito que instalar no país um “capitalismo” progressista à americana, com a ajuda de tecnocratas educados e treinados na capital dos grandes negócios, onde ainda brilham e dominam os filhos e netos daqueles barões, em cujo meio os nossos tecnocratas iam aprender inclusive boas maneiras e civilização. Foi ainda sob o *slogan* desse capitalismo moderno que se viu o espetáculo de muitos generais, não satisfeitos com a reforma apenas de quatro estrelas, saírem a tentar mais algumas estrelas na chefia das firmas multinacionais.

*Os artigos do *Jornal da República* foram extraídos de PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo, Ched Editorial, 1980.

Há, contudo, nesta situação de desmantelamento econômico, político, cultural e social do país, algo de promissor: o aparecimento dos trabalhadores brasileiros, ainda desconhecidos, que de Norte a Sul se erguem hoje, aos milhões, arrebatando no peito seus direitos. Direitos que nunca sequer foram reconhecidos. E o que os brasileiros viram de novo, de edificante? Foram esses trabalhadores, em parte, ainda analfabetos, desprotegidos e humilhados, saberem unir-se e impor ao governo despótico, militar, obscurantista e opressor das populações civis subjugadas uma resistência capaz de restaurar o direito supremo do trabalhador, o direito de greve. Dessa luta que comove o Brasil, saiu um novo sindicalismo, que levanta o pavilhão da autonomia sindical como sua bandeira sagrada, da qual a triste figura do pelego é sumariamente afastada. A ação dos trabalhadores abre assim para o Brasil novas perspectivas. Duas são as tarefas que ainda lhes cabe realizar: uma central única que abranja toda a classe para dirigir seus problemas específicos nacionais e o partido político que abranja a classe inteira e a defina, como o povo pela primeira vez na História, para dela participar.

Um novo momento histórico aparece com força de projetar em todas as camadas da população, até ontem sem presença nem esperança, uma nova luz. Essa nova luz se concretiza nessa grande generalização de classe dos militantes operários que, coroando todas as suas lutas, se reúnem para formar o novo partido dos trabalhadores do Brasil, bandeira que nenhum brasileiro não-comprometido com a dominação das classes dirigentes pode desconhecer. O Partido dos Trabalhadores é o grande projeto de transformação do Brasil. Já agora ele começa por afastar de seu caminho toda essa legislação carunchosa dita trabalhista que nos oprime e especialmente oprime os que trabalham e são assalariados neste país e que nunca conseguiram ser considerados como povo, tendo sempre vivido sem as distinções que em toda parte marcam um povo. Nem mesmo a República quis mudar as condições sociais mais humilhantes que predominaram neste país desde a colônia. A República no Brasil foi, aliás, uma imposição de velhos latifundiários. O episódio de Canudos foi o lance final da incapacidade da República em fazer qualquer concessão ao super sagrado monopólio da terra neste país.

Hoje chegamos ao fim de um processo no qual as forças militares que se constituíram sob esse clima apoderaram-se do poder e pretenderam renovar o Brasil. Como? Ajustando-se ainda mais estreita-

mente aos capitais de fora. Desta pretensão, entre outras coisas, restou não um capitalismo à americana, mas um capitalismo de mordomias à brasileira. Para este capitalismo, os militares e os tecnocratas que eles chamaram, com a expulsão de velhos políticos, conseguiram realmente impor ou criar uma mentalidade “nova” no Brasil. Uma mentalidade em que pela primeira vez os brasileiros aprenderam a fazer negócios para enriquecer como o supremo bem da vida. Está claro que o que as classes dominantes e médias souberam fazer foi tirar do Estado as tetas liberais que transformaram a sociedade brasileira em uma sociedade de mordomias e parasitas, de falso desenvolvimento e de uma tecnologia também falsa e ditada por interesses alienígenas e concentrados na ideologia antinacional das multinacionais.

A crise mundial de energia que atacou o Brasil mostra que a classe dominante não soube nem sequer colocar os problemas fundamentais, apesar de tudo que se falou sobre a Petrobrás e suas promessas. O Brasil hoje não tem transporte, não tem energia organizada, não tem nada. Diante disto se impõe a necessidade da criação de uma tecnologia própria. E nenhuma neste momento é mais importante do que a do álcool, e não somente dele, mas de produtos como a mandioca, o babaçu etc.

O Brasil voltado para si mesmo, para empreender a sua revolução moral, política e tecnológica, não se confinará a imitar como até este momento, as técnicas e idéias do capitalismo internacional. A revolução que deverá sair da bandeira do Partido dos Trabalhadores não se limita aos velhos moldes do capitalismo das nossas classes dirigentes. Sua dinâmica é outra. Ela irá às diversas regiões do Brasil desprezadas e sufocadas pelo poder central de Brasília, que trata desigualmente os Estados da Federação, e as chamará para constituírem-se em assembleias soberanas que levarão em seu tempo, a uma Constituinte verdadeiramente nacional, seus cadernos de reivindicações – por exemplo, a transformação da Amazônia numa nova civilização fluvial, cortando *in limine* os atuais projetos capitalistas que levam à sua desertificação, e o aproveitamento da energia solar do Nordeste, impedindo que a natureza madrasta daquela região continue a ser pretexto para se fazer dela a zona especial de miséria do Brasil.

O que é preciso também é impedir que se continue a prática da imitação dos países nórdicos industrializados. Aqui, nossa agricultura

tropical tende a desaparecer e só ficarem dela técnicas de produzir artificialmente para exportação e para se vender no mercado externo onde os recursos resultantes da exportação são distribuídos pelos grupos internacionais.

Tudo está assim a mudar pela raiz. Nenhuma forma autêntica e profunda no Brasil pode ser concebida sem a concentração dos recursos nativos de que possa dispor o país para a renovação total da nossa agricultura e, em primeira linha, o atendimento aos interesses dos camponeses médios, miseráveis e sem terra. A renovação do Brasil pede novos métodos e uma nova ação política nacional e democrática.

Marx, ainda jovem, na polêmica contra Proudhon, “*misère de la philosophie*”, diz, sem equívocos, que de todos os meios de produção o mais poderoso, o mais rico e fecundo, o mais cheio de energia é uma nova classe social. E eis a verdade histórica do Brasil atual: não é o ouro, nem as pedras preciosas, nem as riquezas minerais, nem os nossos intelectuais, nem nossas indústrias.

O nosso principal meio de produção é a nossa nova classe social, esta classe operária que assume agora a missão verdadeiramente histórica: dar-nos com o Partido dos Trabalhadores o penhor do futuro do povo brasileiro.

(Publicado no *Jornal da República* em 01/09/1979)

Sindicato ou partido?

Mario Pedrosa

A complexa relação entre o sindicato operário e partido operário é delicada. É mesmo de difícil distinção. Não se trata apenas de medir as diferenças de funções e objetivos. Não basta tampouco afirmar que o partido é uma mera organização política e o sindicato uma mera organização profissional. Apesar de os objetivos dos partidos serem mais amplos e gerais, abrangendo uma faixa mais rica de funções e organização do que o sindicato ou as centrais sindicais, nunca se trata, comenta-va Rosa Luxemburgo, analisando a situação social da Alemanha de então, de dissolver toda organização sindical no partido, mas de estabelecer uma relação natural entre a direção do partido dos trabalhadores alemães e os congressos sindicais prevalecentes naquele mesmo país; instala-se aí um domínio em que se estabelece uma correspondência real entre movimento operário em seu conjunto e o seu fenômeno sindical parcial. E tal inter-relação acaba por se tornar imperativa na medida em que pode surgir oposição franca entre partes das próprias direções sindicais. Mas, então, prevê Rosa Luxemburgo, será a hora de a massa aprender a pôr à prova sua capacidade de julgamento e ação, dando mostra com isso de amadurecimento, de preparação para o momento de grandes lutas e grandes tarefas, nas quais a massa virá a ser verdadeiro coro atuante, enquanto que as direções escolhidas não passarão de solistas ou intérpretes da vontade das massas. Este é o ponto alto dos grandes movimentos operários, quando as massas desencadeiam a ação em seu conjunto e os dirigentes aparecem em seu perfil individual apenas como protagonistas simbólicos da ação.

O movimento sindical não é nunca mero reflexo de ilusões compreensíveis, embora errôneas, de minorias sindicais, mas o que será sobretudo é aquilo que vive na consciência das amplas massas proletárias, então ganhas pelas lutas de classe, pois é nesse estado de consciência que o movimento sindical entra a fazer parte da organização partidária (isto é, o partido dos trabalhadores) e então é que “deve ele realmente atrever-se a ser o que é”: parcela viva e condutora da consciência de classe. O partido e o sindicato não podem nunca por isso ser separados. O sindicato não se dissolve do partido, mas dele não se desliga

nunca e nem muito menos vive sem ele. O sindicato tem uma estrutura que não pode jamais confinar-se à do partido. E se é um ser particular, com sua identidade própria, não pode, contudo, distinguir-se do partido e precisa do partido para receber o cerne vital que o retesa e deste se nutre, pois o partido, em qualquer circunstância, é a alma do sindicato, como aquilo que na arma de fogo contém dentro dela a alma do disparo.

O sindicato é um instrumento direto da classe operária; é a couraça de sua defesa, que se exprime ainda melhor quando já está formada a central sindical, que abrange a classe toda e suas nuanças. Se não há classe operária sem sindicato, tampouco pode haver classe operária sem o seu partido. Na Alemanha de Augusto Bebel, a classe operária deu seu decisivo passo à frente para encontrar sua identidade, quer dizer, a sua alma histórica, quando o grande líder alemão organizou o partido político. Ao criar o partido, a classe trabalhadora alemã não só se tornava mais poderosa e mais influente como enriquecia a grande nação germânica, em seu todo, no curso mesmo de toda a sua história, a partir da Idade Média, com um atributo novo e civilizador que ele nunca tivera antes. E qual foi esse atributo? O de poder representar, abrangendo por cima das limitações das províncias germânicas tradicionais – Baviera, Prússia, Saxônia etc... – a Alemanha toda, pujante e completa (não, porém, a Alemanha bismarquiana do século XIX, mero Estado feudal-burguês sem real irradiação histórica para o mundo moderno, a não ser uma força militar destinada a dominar a Europa ou suicidar-se: o que ela acabou por realizar, quando, subitamente infectada de uma terrível e sistemática paranóia coletiva, sucumbiu à peste hitleriana).

Este atributo novo da Alemanha chegou, com efeito, a ser reconhecido por toda a Europa moderna, isto é, o Partido Operário Alemão que Bebel e Lassalle criaram e a que Marx deu a estrutura teórica. Desde então, a Alemanha não ficou só apenas famosa por seus teóricos, filósofos, músicos, nem muito menos por seus exércitos, mas acima de tudo pelo partido dos trabalhadores social-democratas alemães, que cedo se tornou o partido modelo dos trabalhadores de toda a Europa, inclusive a Rússia de Lenine e o socialismo mundial.

Essas perspectivas que faziam da Alemanha moderna a vanguarda do socialismo e da civilização mundial foram tragicamente destruídas já na I Guerra Mundial, quando a Europa inteira sofreu o primeiro naufrágio de sua civilização e o proletariado alemão foi derrotado e o fas-

cismo e o nazismo acabam por subir ao poder no Velho Mundo, e, associando-se a eles o stalinismo, provocam o desastre irreparável da II Guerra Mundial. A esta altura dos tempos, hoje, pode-se afirmar: a causa mais profunda desta catástrofe universal foi a derrota do Partido Social Democrata alemão que, tendo perdido seus velhos líderes e fundadores, ainda discípulos de Marx e Engels, os Bebel, os Mehring, os Liebknecht, os Ledeburg, os Kautski e Luxemburgo e tantos outros, não soube nem salvar a Alemanha de Hitler nem muito menos a Europa do capitalismo decadente de agora. E até hoje as causas deste desastre irreparável não se desfizeram e o novo Partido Social-Democrático alemão que tentaram restaurar, o fizeram, sim, mas com o abandono de suas origens históricas e teóricas, guardando do passado o nome, sem honrar, contudo, as tradições heróicas que fizeram a sua grandeza e a sua glória. E assim é que quando o velho partido, o partido do proletariado alemão, desapareceu, o próprio Reich, isto é, a Alemanha unida, ela mesma, voltou a ser uma nação dividida. Eis aí uma lição que nunca mais se deve esquecer.

No Brasil, país hoje de 120 milhões de habitantes, muito mais populoso do que a Alemanha de então, ainda se está muito longe de ter chegado à Alemanha de Bebel, depois dos meados do século XIX. Estamos na fase de construir os sindicatos, que ora se levantam de uma longa agonia.

Com efeito, os líderes sindicais brasileiros, que hoje assumem a responsabilidade dessa restauração do nosso movimento sindical em sua legitimidade e autenticidade, imediatamente se viram, por uma intuição histórica genial em face das mesmas necessidades de Bebel, quando, para dar força à classe operária alemã, empreendeu a luta gigantesca de fazer o seu partido de classe. E esta é hoje a grande questão política do momento brasileiro: saber quando Lula e seus amigos poderão levar a cabo a tarefa gigantesca de dar ao Brasil novo, que se quer renovar, o Partido dos Trabalhadores. Não há mais tempo a perder, nem situações que se confundam entre os dois países: na Alemanha, um grande país do passado; no Brasil um grande país do futuro.

(Publicado no *Jornal da República* em 02/10/1979)

O PT e o Estado

Mario Pedrosa

O Partido dos Trabalhadores não é uma invenção de ninguém, nem mesmo de Lula e seus amigos, é, porém, um produto lento da história do Brasil. Ele começou a aparecer quando acabou a infâmia da escravidão, feneceram os carros de bois, irromperam as primeiras locomotivas e os trens de ferro, os barcos a vapor abriram a navegação costeira, chegaram os primeiros imigrantes do sul da Europa e os negros foram enfim promovidos a trabalhadores e os índios, quando não massacrados, viraram caboclos por todo o Brasil e o General Rondon salvou os restantes, ao determinar a seus soldados que morressem, sim, em face deles, não os matassem, porém. O resto da história moderna, que chega com as deformações monstruosas do capitalismo e a exploração sistemática do braço negro e do braço índio com os quais as classes brancas dominantes do Brasil, aliadas aos imperialistas e monopólios internacionais, acumularam riquezas, fizeram a industrialização, embora esfomeando o povo, tirando-lhe as liberdades públicas e instalando o poder despótico. Um jorro contínuo de petróleo monopolizado pelas grandes empresas multinacionais permitiu a farra de desperdício ocidental, longos e longos anos a fio, até o basta sem diplomacia, do ayatollah e das populações árabes e muçulmanas obedientes que recusam a exploração sem limites do petróleo, transformando em privilégio exclusivo das multinacionais e de alguns de seus agentes burgueses gênero dos que mandam no Brasil.

O que se constitui em Estado pelo vasto território mal delimitado do Brasil foram pequenos atos jurídicos vagamente em nome do rei de Portugal, e freqüentemente sem perspectiva, no intervalo dos séculos. Esses atos jurídicos se plantaram pela vasta costa ao deus-dará, ora com alguma repercussão, ora sem nenhuma. Mas por aí sempre se deram cousas e até acontecimentos.

Em países da laia dos nossos, que nascem colônias porque não podiam ser outra cousa, entre tribos clandestinas e puro mato virgem, chegar a sociedade e chegar a Estado é um longo, longo processo, de procedência nem de classe nem direta. Quando se fundou ou se constatou a colônia, a primeira cousa que se fez conscientemente foi negar

que nesse aglomerado social houvesse rei ou chefe, isto é, proprietário. E de fato não chegou nenhum rei por ali, embora o título houvesse planado, e com isto arcaica instituição, remontando toda a antiguidade, ressurge: a escravidão. O Brasil tem então a glória triste de ser o promotor moderno da escravidão. O Brasil nasce assim como uma vasta colônia escravocrata, dedicada a produzir açúcar para os mercados europeus, que os povos negros trazidos em massa da África plantam, moem e produzem. E são quatro séculos desse duro trabalho. Ameaçado, ao fim do terceiro século, de perder tudo, reino, coroa, e colônias, o rei corre a abrigar-se na colônia, cujo processo econômico de produção continua inalterado, embora cada vez mais rico e assumindo as funções de sustentáculo não só da coroa mas da nobreza lusa que se instala no país mas não trabalha. Os índios não se cruzam com brancos, mestiços e negros são devastados sistematicamente e os escravos, desesperada e permanentemente empenhados em repelir a escravidão, fogem para os quilombos para aí serem livres no novo país e mantêm na colônia, sob uma forma mais que larvada, a única forma de luta política real na sociedade. Quando ao fim do século XIX marcha-se para o fim da monarquia escravocrata nada mudou: a monarquia fenece, a escravidão fenece, mas de pé e próspera a produção cafeeira começa a importar não mais escravos que se acabaram, mas trabalhadores pagos a salários. É a República que institui o estado capitalista, mas com o velho monopólio que herdou intacto da colônia: a terra. Aqui a velha história se acaba, e a nova história burguesa começa.

Entre sucessivas crises intermediárias ocorridas no seio das classes burguesas e pequeno-burguesas urbanas um momento veio, aprofundou-se e foi: a chamada Revolução de Trinta. Com a chegada dos provisórios gaúchos ao Rio pôs-se um fim à oligarquia São Paulo/Minas Gerais, que, sob certa forma, era apenas o prolongamento do estado pós-monárquico. Deu-se, então, uma vaga e vasta “modernização” que a sociologia da moda inaugurou para o Brasil.

Do esquema político que se formou no Brasil pós-trinta surgiu o compromisso dos partidos burgueses normais e a formação, espúria de algum modo, de um partido pequeno-burguês/proletário organizado pela burocracia do novo estado getuliano, cujo fito político era integrar no aparelho do Estado em formação um semi-reformismo que representasse, na realidade social e política ditada pela ditadura, reivindicações

parciais que eram, no entanto, mal recebidas pela burguesia conservadora ou liberal em oposição.

A crise interna do regime, assinalada pela massagem meteórica pelo governo de Jânio Quadros e a tentativa malograda de estabilização política com Goulart, chegou ao auge quando, derrubado todo o sistema político representado por Jango, faz-se uma experiência brutal de despotismo militar que leva o Brasil a um regime ditatorial que hoje, afinal, parece ter entrado em definhamento.

Neste fim de regime transitório, em que se tenta dar uma ordem legal ao caos institucional existente, a burguesia novamente se entrega à tarefa de se organizar em partidos políticos de acordo com seus respectivos interesses. Atualmente nessas variações de MDBs, Partidos Populares etc... o que se vê são as velhas estruturas políticas liquidadas em 64 agora mais ou menos remendadas para um novo surto. Dessas velhas siglas e derivados tudo já é conhecido, como o P.T.B. de Brizola ou P.C.B. de Prestes, que está de fora porque a velha burguesia ainda não se achou com forças para permitir que a mais antiga instituição partidária do Brasil possa exercer as funções políticas normalmente. Isso dá bem a mostra da seriedade das suas veleidades democráticas.

A idéia do Partido dos Trabalhadores é a única idéia política realmente nova nesta década começante. A imagem do Estado, que o governo e oposição nos apresentam, é visivelmente uma idéia cansada, uma idéia do já visto. O Estado que concebe, o Estado que propõe é um Estado cujo objetivo fundamental é manter o *status quo* econômico e social do país e que garante o uso e o gozo dos monopólios que capitais estrangeiros e nacionais já vinham desenvolvendo sem o menor impedimento durante todas as décadas passadas. Esse Estado não permite como não permitiu e não, permitirá para frente qualquer concessão séria aos direitos democráticos do povo brasileiro. O proletário atual, tal como se apresenta de norte a sul do país, não tem direitos próprios. Mal chegou a ter certas garantias de autonomia sindical que a C.L.T. controla, corta e rebaixa. Esse Estado que aí está, sem o Partido dos Trabalhadores como partido, é um Estado incompleto e espúrio porque não permite que a classe trabalhadora se insira nele e possa aí representar um papel que lhe é fundamental.

A sociedade capitalista e o estado burguês, não como conceitos abstratos, mas em forma tangível, tal como o processo de desenvolvi-

mento histórico os criou, constituem precisamente o subsolo sobre o qual se apóia a produção capitalista, forma ainda dominante economia, ao lado da qual porém cresce a classe operária. É nessas condições que o Partido dos Trabalhadores deve atuar e destacar-se autonomamente como classe. Nesse sentido é preciso aqui tocar na diferença história que existe entre as classes dominantes e o operariado. Como se sabe, o estado nacional moderno é uma criação da burguesia com classe, que o cria sobre os escombros do velho estado. Esse estado, que é o estado da dominação burguesa, não impede, ao contrário, chama à existência, por sua vez, a classe trabalhadora e serve como matriz histórica natural como, na imagem feliz de Rosa Luxemburgo, é a casca do ovo da galinha para o pintinho que se incuba nele.

No Brasil, o Estado vindo da Monarquia não sofreu nenhuma mudança de estrutura fundamental quando passou à República: a burguesia brasileira, com efeito, sempre esteve atrelada a suas origens rurais, e por isso nunca perdeu de todo esse caráter. Daí sua histórica timidez de propósitos, seu constante caráter conservador e sua mais que fácil inclinação ao autoritarismo militar. À medida que se desenvolveram o capitalismo e a dominação burguesa esses traços híbridos se acentuaram com o tempo e a crise de estado de 64 é o resultado. Tornaram-se então patentes as contradições sociais que o abalaram, e arrastaram a burguesia nacional a entregar-se às finanças internacionais e aos capitais multinacionais, tendendo a impor uma clara hegemonia, digamos da burguesia internacional, sobre todos os outros grupos. Diante desse neocolonialismo cria-se um impasse político geral e o proletariado, que mal ou bem se vinha formando, vê-se garrotado nos seus direitos.

Ninguém pode traçar aprioristicamente e ainda menos doutrinariamente qualquer ação ou comportamento prévio para o nosso Partido dos Trabalhadores. O empirismo salutar será no fundo a sua força para a ação. O estado burguês não admite porém nenhuma transformação estrutural seja de que natureza for. Aqui surge, queira-se ou não queira, entre a burguesia e a classe dos trabalhadores um impasse, ou melhor, um choque de posições como o de dois times em disputa de área.

A missão do proletariado contemporâneo como classe consciente de seus próprios interesses será oposta à da burguesia, pois, não levando o Estado qualquer forma política do capitalismo, altera-lhe sem

dúvida a forma classista, e como classe consciente abre o Estado uma perspectiva que tende a estabelecer formas conseqüentes e democráticas de socialismo.

(Publicado no *Jornal da República* em 12/01/1980)

Carta de resposta à revista *Veja*

Santiago, 14 de janeiro de 1972

Senhor redator:

Em seu número de 29/12 último *Veja* publicou uma matéria sobre o integralismo na qual há surpreendente referência a meu nome que, nunca, em qualquer momento de uma longa vida, teve outra relação com o integralismo que a de um irreconciliável adversário. Em 1937, Mario Pedrosa não era, como afirma sua revista, “um jovem integralista”. Em 1937, ao contrário, o que fazia era escapar da perseguição que lhe fazia a polícia gestapiana do Estado Novo, saindo, clandestino, do Brasil, enquanto a família, mulher e sogra, era presa em represália. Se recuarmos no tempo, o record antifascista não se interrompe: em 1928-29, então, sim, jovem estudante em Berlim, participa das primeiras lutas, dentro e fora do recinto universitário, contra o nazismo que começa sua ofensiva. Em 1933, em São Paulo, no ano mesmo da chegada ao poder de Hitler, enfeixava em volume e publicava as análises de Trotsky sobre a crise que levou o nazismo à vitória, com a esperança de que os seus ensinamentos servissem à luta que se iniciava no Brasil contra o integralismo. Esse livro é reeditado em 1968 no Rio pela Gráfica Editora Laemmert, com seu velho prefácio de 12 de janeiro de 1933. Em 1933-34, constituiu-se com minha participação ativa uma frente única antifascista de todas as esquerdas para barrar o caminho ao integralismo. A 7 de outubro de 1934, essa frente única consegue mobilizar a massa trabalhadora de São Paulo para dissolver a parada militar da milícia integralista, milhares de homens uniformizados e armados, provenientes de todo o Brasil, no Largo da Sé. Desde esse dia, os integralistas nunca mais desfilaram pelas ruas de São Paulo. Deu-se verdadeiro choque armado, com uma debandada quase geral dos integralistas, que deixaram pelas calçadas suas camisas verdes. A jornada, porém, foi pesada para os dois lados, com várias mortes, centenas de feridos, e grande agitação. Na esquina da rua Barão de Paranapiacaba com o Largo da Sé, o fogo foi muito cerrado, vindo sobretudo de

integralistas estendidos pelo centro da Praça, e atingiu muitos companheiros. Um deles, um bravo estudante antifascista, atravessado pelas costas por uma bala, caindo em meus braços, exclama com uma golfada de sangue pela boca: “Estou ferido!” e logo depois sou também alcançado. A diferença é que Décio Pinto morria pouco depois, e Mario Pedrosa, mais feliz, saiu-se com umas balas na região glútea.

Carta de Picasso: 1. Ele não a assinou sozinho, mas acompanhado de centenas de artistas, entre os quais, Henry Moore e Alexander Calder, dois mestres mundialmente consagrados. 2. Entre os integralistas, contra os quais lutei nas ruas de São Paulo, alguns mudaram de opinião, e, do lado de cá, aceitaram o ostracismo, a adversidade. Merecem a minha estima. 3. Picasso, pois, não se manifestou na carta aberta ao Presidente Garrastazu em favor de um “vira-casaca”. Hoje septuagenário, como outrora no verdor dos anos, o cara não mudou. No fundo pode-se dizer que em sua vida os dois exílios estão no rol das coisas. Obrigado pela publicação.

Leitor atento,

Mario Pedrosa”

Obras de Mario Pedrosa

Acadêmicos e modernos: textos escolhidos. (organizado por Otilia Arantes) São Paulo, Edusp, 1998.

Arte, forma e personalidade: 3 estudos. São Paulo, Kairós, 1979.

Arte, necessidade vital. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1949.

A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

Dimensões da arte. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1964.

Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. (organizado por Aracy Amaral) São Paulo, Perspectiva, 1981.

Forma e percepção estética: textos escolhidos. (organizado por Otilia Arantes) São Paulo, Edusp, 1995.

Modernidade cá e lá: textos escolhidos. (organizado por Otilia Arantes) São Paulo, Edusp, 2000.

Mundo, homem, arte em crise. (organizado por Aracy Amaral) São Paulo, Perspectiva, 1975.

A opção brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

A opção imperialista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Panorama da pintura moderna. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde / Serviço de Documentação, 1952.

Política das artes: textos escolhidos. (organizado por Oflia Arantes) São Paulo, Edusp, 1995.

Sobre o PT. São Paulo, Ched Editorial, 1980.

Os socialistas e a III guerra mundial. Rio de Janeiro, Vanguarda Socialista, 1948.

Seminário

Mario Pedrosa e o Brasil: 100 anos de arte e política

PROMOÇÃO:

Fundação Perseu Abramo
Centro de Documentação e Memória da e Unesp

COORDENAÇÃO GERAL:

Professor José Castilho Marques Neto

ORGANIZAÇÃO:

Dainis Karepovs, Mila Frati, Zilah Abramo e Vladimir Sacchetta

APOIO:

Fundunesp

DATAS:

21, 22 e 23 de agosto de 2000

LOCAL:

Auditório UNESP (Alameda Santos, 647 – 17º andar – São Paulo/SP)
Auditório UNESP (Praça da Sé, 108 – São Paulo/SP)

PROGRAMA:

21 de agosto – segunda-feira:

– 19h00 às 19h30 –

• ABERTURA

- Antonio Manoel dos Santos Silva (Reitor da UNESP)
- Luiz Soares Dulci (Presidente da Fundação Perseu Abramo)
- Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente de Honra do PT)

– 19h30 às 21h30 –

• PERFIS DE MÁRIO PEDROSA

Coordenação: Zilah Wendel Abramo

Expositores (as):

- Antonio Candido
- Lélia Abramo

– 21h30 às 22h00 –

Exibição de *O “Cão Louco” Mário Pedrosa*, filme de Roberto Moreira

22 de agosto – terça-feira

– 15h00 às 18h00 –

• APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE PESQUISAS EM ANDAMENTO
SOBRE MÁRIO PEDROSA

Coordenação: Ana Maria Martinez Correa (CEDEM)

Local: Auditório da Unesp, na Praça da Sé

– 19h00 às 22h00 –

• CRÍTICA, ARTE E EDUCAÇÃO

Coordenação: Otília Beatriz Fiori Arantes (USP)

Expositores (as):

- Aracy Amaral (USP)
- Iná Camargo Costa (USP)
- Sônia Salzstein (USP)

23 de agosto – quarta-feira

– 15h30 às 18h00 –

- **POLÍTICA E HISTÓRIA**

Coordenação: Dainis Karepovs

Expositores (as):

- Isabel Loureiro (Unesp)
- José Castilho Marques Neto (Unesp)
- Miracy Barbosa de Sousa Gustin (UFMG)

– 19h00 às 22h00 –

- **ATUALIDADE DE MÁRIO PEDROSA**

Coordenação: José Castilho Marques Neto (Unesp)

Expositores:

- João Machado (PUC/SP)
- Marco Aurélio Garcia (Unicamp)
- Paul Singer (USP)

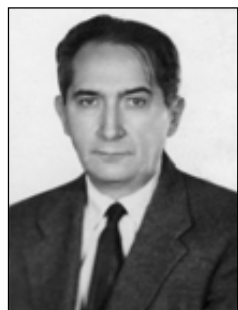
– 22h00 –

- **ENCERRAMENTO**

Mário Pedrosa

Caderno de fotos

Fotos desta página: Fundo Livio Xavier – CEMAP / CEDEM



Coleção Maria Carmelita Pedrosa de Campos



Coleção Maria Carmelita Pedrosa de Campos



Fundo Mario Pedrosa - CEMAP / CEDEM



No alto, o Engenho Jussaral, em Timbaúba (PE), onde Mario Pedrosa nasceu em 25/4/1900. Embaixo, à esquerda, Mario Pedrosa e seus irmãos Maria Elisabeth, Clóvis e Maria Carmelita (da esquerda para a direita), em 1911, na Paraíba. À direita, em 1913, na Paraíba, pouco antes de embarcar para estudar na Suíça.

Fundo Mario Pedrosa – CEMAP / CEDEM



No alto, assinalado, Mario Pedrosa entre seus colegas no Institut Quinche, em Chateau de Vidy, Lausanne (Suíça), em 1915. Abaixo, formado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1923.

Coleção Maria Carmelita Pedrosa de Campos



Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM



Os anos 30 em São Paulo. Acima, carteira da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, que reunia gráficos e jornalistas. Ao lado (da esquerda para a direita), companheiros de militância trotskista de Mario Pedrosa: a taquígrafa Mary Houston, companheira de Mario Pedrosa, Mario Pedrosa e o bancário Mario Xavier, irmão de Lívio e Berenice Xavier.

Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM



Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM



Fundo Livio Xavier -



Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM




Outros companheiros de militância trotskista de Mario Pedrosa. Na foto central, a tradutora Berenice Xavier, seu irmão, o jornalista e advogado Lívio Xavier, o jornalista Aristides Lobo e a escritora Rachel de Queiroz. À esquerda, Lívio Xavier e o escritor e jornalista Geraldo Ferraz, que era o diretor do jornal antifascista *O Homem Livre* e, na foto à direita, o concunhado de Mario Pedrosa, o poeta surrealista francês Benjamin Péret, companheiro de Elsie Houston, e Lívio Xavier.

Biblioteca Mario de Andrade

Fig. 4 - NOTICARIO

DIARIO DE S. PAULO - Segunda, 9 - 10 - 1934

Graves ocorrências ensanguentaram ante-hontem a Capital



As ruas de São Paulo foram palco de terríveis acontecimentos durante a noite de ontem, quando milhares de pessoas foram envolvidas em conflitos armados. O resultado foi a morte de vários cidadãos e ferimentos graves a muitos outros. A situação de pânico que se instalou na cidade é difícil de descrever.

A PALAVRA DO GOVERNO DO ESTADO SOBRE OS ACONTECIMENTOS

O Intendente Interino Telegraphos ao Ministro da Justiça relatando os fatos de ontem

A IMPRESSÃO DO GEN. ALFREDO DE MOURA SOBRE AS OCORRÊNCIAS DE YORUBA




Declaração do comandante de Polícia ao DIÁRIO DE S. PAULO

A REPORAGEM DO "DIÁRIO DE S. PAULO" ANTES, DURANTE E APÓS A NOITE, COM O SEU PLANO SALVA-DO

O chefe Nacional da Igreja Integralista nos faz declaração - Enunciando os acontecimentos de ontem

O TRABALHO DA DELEGACIA DE ORDEN SOCIAL PARA APURAR AS RESPONSABILIDADES

Declaração do delegado Cezar Ferreira ao DIÁRIO DE S. PAULO



PHONES
1 - 2841 - 2 - 5028
3 - 2863 - 4 - 4923
5 - 1390
Box. 8 - 10 - 1934

Página do jornal *Diário de S. Paulo* de 9/10/34. Dois dias antes, as forças de esquerda haviam enfrentado, em um conflito armado, os fascistas integralistas. Houve mortos e feridos, entre os quais Mario Pedrosa, que está assinalado.

REPRESSÃO AO

Comunistas presos pela Delegacia de (atividade em nosso Estado, promovendo sendo, por todos os meios, as doutrinas das autoridades que a Ditadura trouxe de Outubro, as adotação do credo de Moscou, propaganda das ideias subversivas e preparando o seu plano de destruição e trionfo. A campanha movida contra o Orden Político e Social, de acordo com os interesses todos os apilados e tem despropulso ser, a Revolução Constituc

 <i>Alexandre Wainstein</i>	 <i>Antonio Papetoch</i>		
 <i>Victor A. Pinheiro</i>	 <i>Isaac M. Halper Filho</i>	 <i>Pedro Zanella</i>	 <i>Domingos Teixeira</i>
 <i>Helena Silva</i>	 <i>Mary Houston Pedrosa</i>	 <i>José Zolbas</i>	 <i>Aristides Lobo</i>
 <i>Pedro Zolbas</i>	 <i>Ignas Dabas</i>	 <i>Eduardo Gomes</i>	 <i>Hygino Franceschetti</i>
 <i>Antonio Zolbas</i>	 <i>Cid Franco</i>	 <i>João Calozas</i>	 <i>Evilde Moraes Rocha</i>

Página da revista *A Cigarra* (set. 1932) apresentando os militantes de esquerda presos porque se opunham à “mazorca constitucionalista” de 9 de julho de 1932, como a chamava Mario Pedrosa, que está assinalado.

COMMUNISM O

Política e Social que exercem sua
 influência, distribuído boletins e discul-
 tadas. Prestígios pela complexidade
 no Brasil depois das anotações
 a respeito com a tríplice liberdade, fazendo
 principalmente entre a classe operária,
 outras instituições e o nosso pa-
 ís elementos, pelo delegado de
 Polícia, dr. Thyrao Martins,
 convocados da Dictadura, que
 um movimento comunista.



Germano Costa



José Villar Filho



Antonio Medalhas



Irani Pittal



Bronhez Rascenas



Mario Pedrosa



Paulo Kepens



Dr. Osório César



José Ribeiro



Samuel Klíman



Mario Dupont



Marina Rezouche



Dr. Fernando de Lacerda



Júlio Silva



João Medalhas



Dr. Mário Coutinho



Eudália Conceição



Manoel Ferreira Silva

Coleção Vania Velloso Borges Leão Teixeira



Jantar, nos anos 30, em homenagem a Elsie Houston (à cabeceira). De pé: Jaime de Barros (1º), Lúcio Nascimento Rangel (4º), Olávio Tirso de Andrade (5º), Santa Rosa (7º), Cândido Portinari (8º), Antônio Bento (10º), Barreto Leite Filho (11º) e Mario Pedrosa. Sentadas: Arinda Houston (2ª) e Olga Matheus (3ª) (da esquerda p/ direita).

Coleção Vania Velloso Borges Leão Teixeira



A família Pedrosa em 1935 (da esquerda para a direita); sentados: Mario Pedrosa (3^o), a irmã Maria Stela (4^a), a mãe Antônia (5^a), o pai Pedro (7^o), a irmã Beatriz. De pé: os irmãos Manoel Xavier (8^o), Clóvis (10^o), Maria Carmelita (11^a), Homero (14^o), Maria Elisabeth (15^a).

Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM



No exílio norte-americano, nos anos 40. No alto, Mario Pedrosa, Mary Houston e, à direita, a filha Vera. Ao lado, a filha retratada por Mario Pedrosa.



Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM

Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM



Jantar de comemoração do primeiro aniversário do jornal *Vanguarda Socialista*, dirigido por Mario Pedrosa (Rio de Janeiro, 1946).

Fundo Livio Xavier - CEMAP/CEDEM



Mario Pedrosa desenhado por Geraldo de Barros (1950).

Fundo Lívio Xavier - CEMAPI/CEDEM



Rio de Janeiro, 1953. Almoço de despedida para Mario Pedrosa, que partia para a Europa. Sentados (da esquerda para a direita): Hylcar Leite (5°), Mario Pedrosa (6°), Vera Pedrosa (9ª). De pé: Barreto Leite Filho (4°), Ferreira Gullar (8°), Lucy Teixeira (9ª), Darle Lara (10°). Embaixo: Mario Pedrosa em seu apartamento no Rio de Janeiro, retratado em reportagem da revista *Guairá* (jul. 1952).

Coleção Dainis Karepovs



Os rebeldes gostam de andar à vontade

Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Em cima, Mario Pedrosa, que recebe bolsa, em meados de 1958, para estudar as relações da arte japonesa com a Europa e as América, retratado junto à família que o hospedou no Japão. À direita, Mary Houston e Mario Pedrosa (Bombaim, 1959). Abaixo, nos anos 60, na Bienal de São Paulo, acompanhado de artistas.



Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM

Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Anos 60, em seu apartamento no Rio de Janeiro. Abaixo, Mary Houston, a filha Vera , Mario Pedrosa e os netos Isabel, Livia e Marcos.

Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Acima, com o sociólogo norte-americano Wright Mills. Abaixo, em 1961, Mario Pedrosa presidindo reunião do Conselho Nacional de Cultura. Presentes, entre outros: Geraldo Ferraz (4º), Francisco Matarazzo Sobrinho (5º) e Oscar Niemeyer, semi-encoberto pela folha (6º).

Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



Lançamento do livro *A opção imperialista*, Rio de Janeiro, 1966. Ao lado de Mario Pedrosa, Dias Gomes e Mario Martins (da esquerda p/ direita). Embaixo, logo após a cura de uma isquemia que o acometera durante a missa pelo estudante Edson Luís, morto no restaurante do Calabouço em 1968, Mario vai à Polônia integrar o júri da Bienal de Gravura de Cracóvia, cuja reunião está aí retratada.

Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM

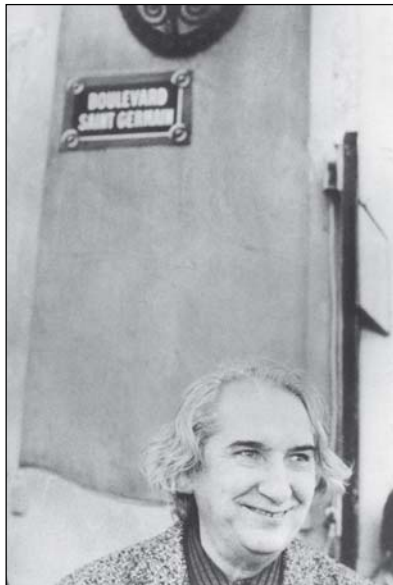


Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM

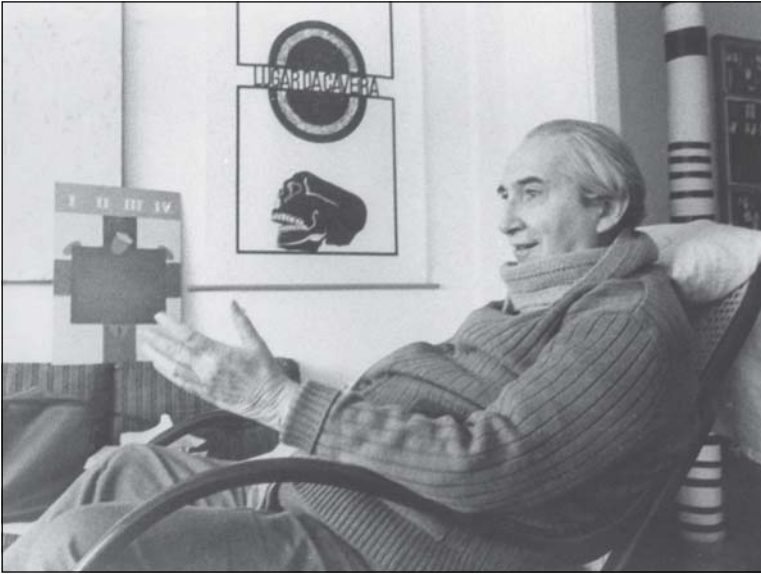


Em 1972, ao lado do presidente chileno Salvador Allende, na inauguração do Museu da Solidariedade, dirigido por Mario Pedrosa, que se asilara no Chile desde 1970. Abaixo, em Paris (1973), onde chegara após obter asilo do governo francês e ter escapado do golpe que derrubou o presidente Allende.

Alécio de Andrade



Fundo Livio Xavier – CEMAP/CEDEM



De volta ao Brasil em 1977, após revogação de mandato de prisão existente contra ele e absolvição em processo movido pela ditadura militar. Abaixo, Lélia Abramo, Cláudio Abramo, Mario Pedrosa e a esposa de Cláudio, Radhá (São Paulo, 1980).

Coleção Lélia Abramo



Fundo Lívio Xavier – CEMAP/CEDEM



Na fundação do PT (Colégio Sion, 10/2/1980), com Luiz Inácio Lula da Silva. Abaixo, Manoel da Conceição, Mario Pedrosa, filiado número 1 do PT, Lélia Abramo e Sérgio Buarque de Holanda.

Nair Benedicto (N-Imagens)



Sergio Mekler



Sergio Mekler



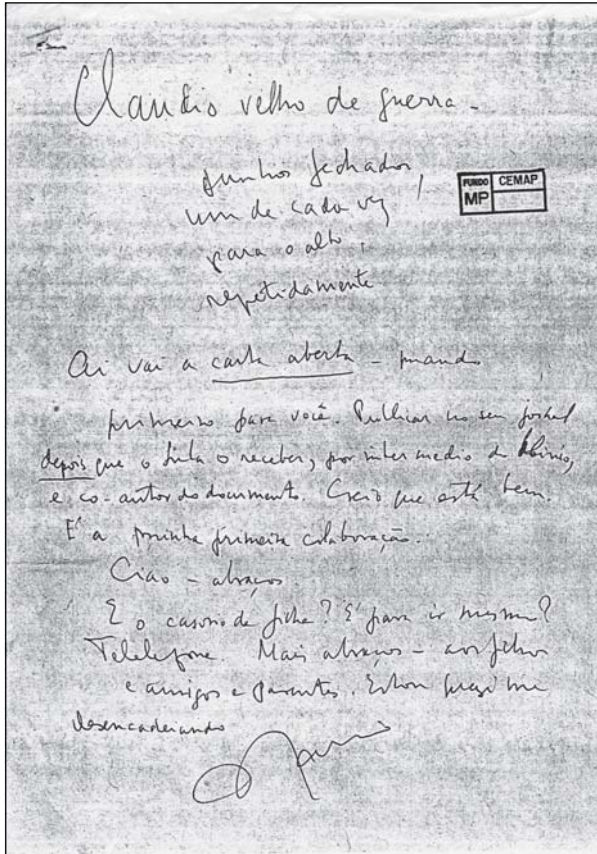
Sergio Mekler



Seminário Mario Pedrosa e o Brasil, realizado entre os dias 21 e 23 de agosto de 2000 na cidade de São Paulo, no Auditório da Universidade Estadual Paulista (Unesp). No topo da página, da esquerda para a direita, Lélia Abramo, Zilah Abramo e Antonio Candido. Ao lado, da esquerda para a direita, Luiz Dulci, Antonio Manoel dos Santos Silva e Lula.

Sergio Mekler





Fac-símile de bilhete a Cláudio Abramo enviado por Mario Pedrosa juntamente com a “Carta aberta a um líder operário” (ver página 169) para que esta fosse publicada no *Folha de S. Paulo*.

(2 de agosto de 1978)

“Cláudio velho de guerra.

Punhos fechados, um de cada vez, para o alto, repetidamente.

Aí vai a *carta aberta*. Mando primeiro para você. Publicar no seu jornal *depois* que o Lula a receber por intermédio do Plínio [Gomes de Mello], e co-autor do documento. Creio que está bem. É a minha primeira colaboração.

Ciao, abraços.

E o casório da filha? É para ir mesmo? Telefone. Mais abraços – aos filhos e amigos e parentes. Estou quase me desencadeando.

Mario”



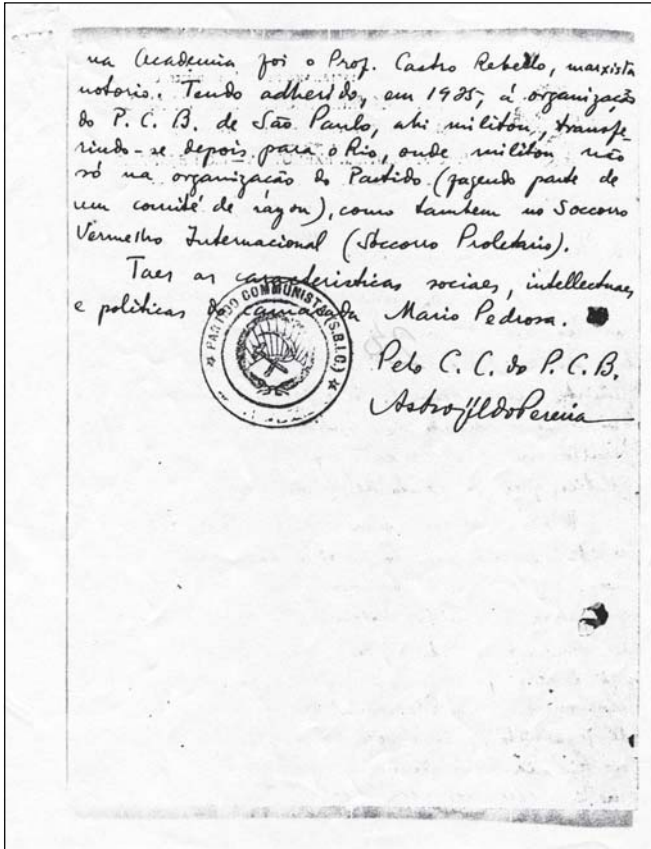
Carta de indicação de Mario Pedrosa
à Escola Leninista de Moscou.

“Rio, 7 de Novembro de 1927

Ao Reitor da E[scola].L[eninista].I[nternacional].

O camarada Mario Pedrosa, que embarcou no Rio a 7 do corrente com destino a Moscou, é o 2º candidato do P.C.B. para a Escola Leninista Internacional. Ele é um intelectual, mas militante dedicado ao Partido e o curso da Escola muito bem lhe poderá fazer, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista moral.

Mario Pedrosa tem atualmente 27 anos de idade. Aderiu ao Partido há mais de 2 anos. Editou em São Paulo uma pequena revista marxista – *Revista Proletária*. Natu-

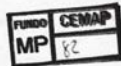


ral do Estado de Pernambuco, isto é, da zona açucareira. Seu pai é alto funcionário público. Estudou em Pernambuco e no Rio. Bacharel em direito. Faz vida de jornalista, não advoga. Durante o curso jurídico no Rio lia e admirava Romain Rolland e por intermédio deste foi até “Clarté”. Um de seus mestres na Academia foi o Prof. Castro Rebello, marxista notório. Tendo aderido, em 1925, à organização do P.C.B. de São Paulo, aí militou, transferindo-se depois para o Rio, onde militou não só na organização do Partido (fazendo parte de um comitê de rayon [bairro]) como também no Socorro Vermelho Internacional (Socorro Proletário).

Tais as características sociais, intelectuais e políticas do camarada Mario Pedrosa.

Pelo C.C. do P.C.B.

Astrojildo Pereira”



Proscrito e perseguido pelo Governo de meu país, vejo-me forçado a bater às portas de uma embaixada, em busca de abrigo.

Deu-me a do Chile, em nome de uma nobre fidelidade ao instituto jurídico mais indissoluvelmente unido à história da formação política e jurídica das Nações latino-americanas, - o direito de asilo.

No processo infame que nos movem, pensei em poder seguir o meu curso em liberdade, sob a assistência profissional de meu advogado. Não me deixaram: Atesta-o a precipitada decretação da prisão preventiva contra todos nós, os indiciados. Havia eu, no entanto, dado prova de não pretender apresentar-me. Com efeito, a 19 de junho último embarcava no Galeão com destino a Quito, Equador, onde participei com outros especialistas da América Latina em missão da UNESCO, num encontro sobre artes plásticas no nosso Continente. A 8 de julho desembarcava no mesmo Aeroporto, de volta da Missão. Tudo em perfeita ordem e legalidade. Ao deixar o Rio naquela primeira data o mesmo processo já se havia iniciado, na competente Auditoria Militar, distribuído que fôra a um dos promotores que para o mesmo pedira novas diligências. Nada se altera na minha ausência. E de súbito, como numa emboscada, a prisão preventiva.

Assim tornava-se claro que não podia confiar meu destino imediato a um poder tão caracterizadamente desótico, num processo de indistinta cunho político. Refugiei-me por isso sob o teto da Representação diplomática de uma livre nação latino-americana.

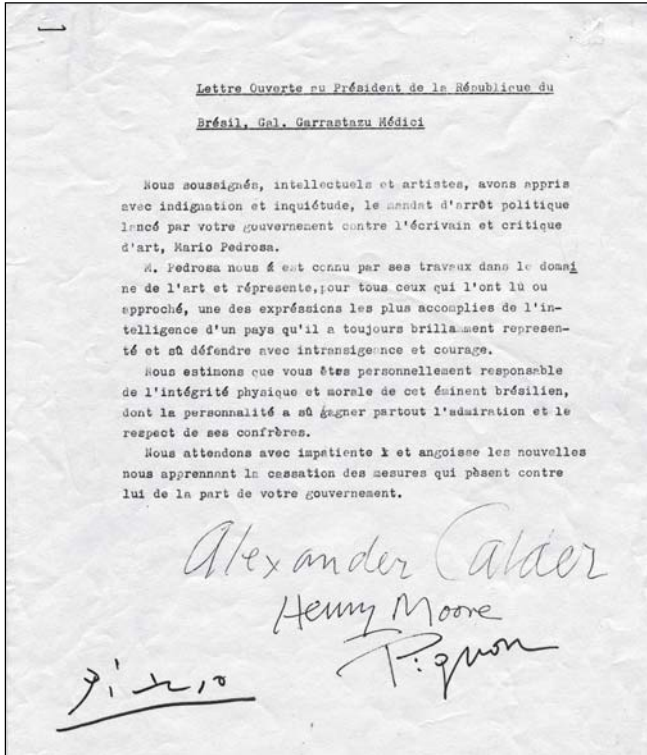
Espero, também, com o meu gesto poupar à família e aos amigos os vexames, as perseguições, as violências a que estão atualmente sujeitos, em condições análogas, todos os lares brasileiros. Foderei, agora melhor e mais tranquilamente, sozinho, assumir todas as consequências que minhas idéias e meus atos possam, mais uma vez, desatar sobre mim.

Rio, 5 de agosto de 1970.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'M. Pedrosa'.

Mario Pedrosa

Carta de Mario Pedrosa sobre asilo no Chile, 5/8/70



Carta aberta ao Presidente da República,
Gal. Emílio Garrastazu Médici, datada de agosto de 1970 e assinada por
mais de uma centena de artistas de todo o mundo

“Nós, abaixo assinados, intelectuais e artistas, tomamos conhecimento, com indignação e inquietude, da ordem de prisão preventiva lançada pelo seu governo contra o escritor e crítico de arte Mario Pedrosa.

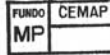
Conhecemos M. Pedrosa pelos seus trabalhos no campo da arte e ele representa, para todos aqueles que o leram ou dele se aproximaram, uma das mais completas expressões da inteligência de um país, que ele sempre representou brilhantemente e soube defender com intransigência e coragem.

Acreditamos que V. é pessoalmente responsável pela integridade física e moral deste eminente brasileiro, cuja personalidade conquistou em todos os lugares a admiração e o respeito de seus confrades.

Esperamos com impaciência e angústia notícias nos dando conta da revogação das medidas que sobre ele pesam por parte de seu governo.

Alexander Calder, Henry Moore, Pignon, Picasso [seguem outras assinaturas]”

Rio, 18.5.72



Mario, meu querido,

Hoje lhe escrevo, de qualquer maneira. Tenho me lembrado sempre de você, com amizade e carinho, e fico esperando uma hora (ou um dia) para escrever a grande carta, com grandes e minuciosas notícias, uma carta que desse a medida do desejo de dialogar com você. Chego à conclusão de que esse tipo de perfeccionismo é antiepistolar. Em nome da carta completa, minuciosa, que dê a medida do quanto ^(se quereria) ~~quereria~~ dizer, adiamos a carta mediana, cotidiana, que seja um aceno ou um abraço pelos quais se exerça a amizade: (este valor humano que, para mim, é cada vez mais importante).

Uns tempos atrás, falei com o Adauto Lúcio Cardoso a respeito da possibilidade de ele servir de testemunha no seu processo. O Adauto se dispôs enfaticamente à tarefa. Falou de você com ~~um~~ grande carinho, e disse da idéia dele de que você é, basicamente, um esteta, e ~~q~~ de que a sua atividade política é, antes de mais nada, ~~estética~~. Disse ao Adauto que você ficaria extremamente satisfeito com esta ~~suja~~ opinião dele. A revolução, ou será estética, ou não será. Se a arte é, fundamentalmente, uma vontade de forma, fundada na liberdade, então a partir dela teríamos a possibilidade de definir a revolução: uma vontade de forma social, que fosse a combinação arótica de todas as liberdades, numa comunidade livre. Esta é a grande utopia: a minha, a tua, a nossa utopia. Uma revolução estética ultrapassaria, definitivamente, a feiura da dominação do homem sobre o homem, e ~~q~~ o desequilíbrio (injusto e antiestético) da exploração do homem pelo homem. O capitalismo, como forma social, é antiestético, isto é: contra a liberdade, contra a arte da vida, contra a possibilidade das grandes formas consentidas, através da liberdade e da fraternidade de todos.

Bem, tenho tido notícias suas, através de amigos comuns. Sei que você vai bem, satisfeito e criativo. Sei que há ~~h~~ grandes batrapalos em sua casa, e fico aqui com saudade das conversas na Visconde ~~de~~ Pira-já, das grandes discussões e do exercício fraterno da amizade. Veja você: o fascismo é feio, é contra ~~ax~~ aquilo que dá nobreza e beleza à vida: ami-

Carta de Hélio Pellegrino a Mário Pedrosa, 18/5/72

Não sei se você sabe: o presidente de Portugal veio ao Brasil, o presidente de uma
 em uma com os fêmeas e a caveira de D. Pedro I. A alcaza que se fez
 seu torso e qualquer coisa de imaginação.
 e comuco.

FUNDO L. E. M. P
MP

zade, liberdade, criatividade e outros valores fundamentais.

Ontem o Adauto me telefonou para perguntar pela data em que
 deverá ~~pronunciar-se~~ ^{testemunha} como ~~xxxxxxx~~. Disse que não sei, o processo está
 parado, aguardo a palavra do nosso Jânio, que ~~xxxxxx~~ está em conta-
 to com o advogado. Tão logo haja qualquer data concreta, falaremos com
 o Alceu, ~~xxxxxx~~ já que o Adauto está conversado. Acredito que não ha-
 verá dificuldade junto ao Tristão. Afinal, as pessoas que pensam, neste
 país, sabem quem é você, e sabem do quanto é estúpido o processo que
 corre contra você.

No mais, ça irra. Irá? A longo prazo, certamente. A curto
 e médio prazo, uma merda. A máquina repressiva precisa de cana para
~~xxx~~ moer, do contrário passa a moer a própria cauda. Nesta medida, rei-
 na uma atmosfera pesada. De vez em quando, há pessoas hospitalizada,
 com ou sem doença. Afinal das contas, os hospitais precisam funcionar,
 os "médicos" precisam operar e ganhar a vida. A indústria da repressão,
 à semelhança da indústria bélica, dá de comer - lautamente - a muita
 gente.

De novo, ou melhor, de velho, há os ossos de D. Pedro: os ~~os~~
 ossos do ofício, O nosso bravo Imperador, que era um bom ^{ca abriguado} porralouca, ~~o~~
~~reduzido~~ reduzido às proporções minerais, é passeado pe-
 las capitais do país, para dar razão a comemorações, lágrimas, fogue-
 tes e discursos oficiais. Assim o regime se estabiliza, as cordas ~~vrais~~
 dos oradores fazem ginástica, os alunos dos educandários são edificadas
 e educados na ~~sã~~ moral e no hígido (e rígido) civismo. Há verde e
 amarelo por Seca e Meca. Uma inflação de ~~xxx~~ patrioteirismo. Enfim, tu-
 do certo, como dois e dois são cinco, segundo o música do Caetano Vex-
 loso. Por falar em Caetano, ele anda por cá, com o Gil e a Gal, e fazem
~~xxxx~~ shows aos quais a moçada aflui, aos borbotões, para inquietação
 das autoridades. Muita polícia, na porta do teatro, ~~mêdo~~ das guitarras,
 da música e da alegria: você já reparou como A ORDEM CONSTITUIDA é
 triste? Só a ~~xxxx~~ liberdade é alegre. Donde se conclui que estamos
 todos um pouco - um pouco apenas -, tristes.

Te abraço, com a velha amizade, que só faz x crescer com o
 tempo,
 HP. (Hélio).
 Um abraço forte na Mary. Escreva!

Carta de Hélio Pellegrino a Mário Pedrosa, 18/5/72

Rio 16 de fevereiro de 1959

FUNDO CEMAP
MP

Caro Mário

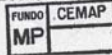
Demorei a lhe escrever e pelas razões que você deve ter calculado: arreessado do JB cai meio tanto na redação do LC e depois na do LN, ~~o~~ ganhar simplesmente ~~xxxxxxxx~~ a metade do que ganhava no JB (redação, suplemento, noticiário e crônica). Felizmente o Reynaldo (segrado) me fez colaborar anonimamente no SD e com isso equilibrei as finanças... mas não os nervos. Tudo aquilo me aborriu muito e uma grande insegurança apoderou-se de mim, e um certo desinteresse pelas leituras sobre arquitetura e pintura. Parei. Talvez por isso, não procurei escrever-lhe, além do mais porque meu retorno só dava Odylo. Mas cheguei a vez dele e, sem quebrar cadeira, chutaram-no. Tudo como nos filmes de mocinho: o homem mau pagou... Mas bem. Você melhorou da perna? Espero que isso não tenha prejudicado o seu trabalho aí. C. Reynaldo recebeu seu artigo. Sobre o nosso Congresso, além do que lhe tem mandado dizer Luciano, sei que o Itamarati enviou uma circular a todas as representações brasileiras no exterior pedindo-lhe para noticiar o Congresso "que se realizará em Brasília". C. Meira Pena disse esta semana ao Mário Barata que a verba do Itamarati para o Congresso depende da assinatura do Regrão e que era bom fazermos pressão pelos jornais, falando do Congresso, notícias, entrevistas, etc. Faremos isso. Falei com o Jayme Maurício que se prontificou a fazer uma enquete com altas figuras literárias e de prestígio: Bandeira, Drummond, Nicmar, etc. Os críticos escreverão em suas colunas sobre o Congresso. Dei várias notas aqui no LN enquanto fiz a seção do MB, que acabou de voltar. Essas últimas medidas foram acertadas numa reunião da AICA, feita a meu pedido. Bento e JRT Leite estavam mais interessados em ir a Washington, mas preferem escrever sobre o Congresso. Flávio saiu do Rio, em férias, volta no fim do mês. Jayme me deu a entender que a Nicmar espera uma comunicação da AICA (sede) sobre o encerramento do Congresso no seu museu. Disse a ele que essa comunicação cabe ao secretário aqui no Rio, o Flávio, e que este assim que chegasse faria a comunicação oficial. Creio que é isto, não?

Quanto ao neocretismo, mandaremos a você o manifesto. Você já deve imaginar do que se trata. O nome, antipático como sempre, é uma necessidade: pretendemos afirmar uma continuidade da arte não-figurativa construtiva, de Mondrian a nós (!), mas levando em conta mais a obra que as teorias. Consideramos certa identificação ~~xxx~~ da arte e da ciência (transposição de conceitos científicos para o campo da arte) como uma necessidade de certa época que já não se manifesta no MUNDO GRÁFICA EDITORA S/A
RUA RIACHUELO, 114/116 J.E. Fede-se assim uma nova interpretação dessa arte, na base dos TEL. 32-9596 - RIO

FUNDO CEMAP
MP

Carta de Ferreira Gullar a Mario Pedrosa, 16/2/59

valores expressivos. Em suma: é secundário que as esculturas de Pevener tenham grande identidade com as formas da geometria descritiva: o que importa é que essas formas sejam expressão visual, plástica, imaginativa, existencial. Acreditamos necessário repetir coisas assim, porque essa afinidade da arte atual e da ciência (fatal, de si) está se tornando, em muitos casos, um princípio "estético", uma "justificação" e certos artistas passam a imitar a ciência e a geometria. Contra a orientação mecanicista e racionalista-suicida dos paulistas, afirmamos que a obra de arte, sem abrir mão do novo vocabulário visual, expressará realidades do homem e não da máquina. A obra de arte será expressão, qualquer que seja o teor construtivo, e não o mero produto da aplicação de princípios a priori. Negamos que as noções de espaço, tempo, estrutura da objetividade científica, tenham aplicação no campo da arte, que ocupa uma dimensão anterior a essa objetividade: a arte como a ciência nascem dessa dimensão, com a necessária independência. Românticos que somos, reafirmamos com Kant a independência da atividade estética, com relação à razão prática e à razão pura... Em suma, procuramos repor as coisas em seus lugares: acabemos com essa demagogia cientificista que apenas assusta o burguês e embaralha o próprio artista. Arte não se ensina no colégio, e não é preciso ser doutor (senão como o Volpi) para fazê-la. Em linhas gerais é isso o que vamos dizer em nosso manifesto. Como você deve ter percebido, trata-se de uma ampliação da ruptura do grupo do Rio com o de São Paulo, e agora de modo mais definido. Realmente, a arte concreta com seu rigor externo, com certos dogmas nascidos de uma fase rudimentar, estava se tornando uma prisão insuportável. Resolvemos por abaixo essa segurança aparente e deixar o futuro aberto às experiências. É claro que já o tínhamos, tanto que nunca aceitamos os postulados paulistas. O manifesto torna pública essa tomada de posição e, espero, alertará muita gente. A exposição da Lygia em São Paulo já estremeceu os paulistas que (diz o Spanudis) estão até imitando certas coisas dela. Parece-me que a arte concreta chegou, aqui, a um amadurecimento ou pelo menos começa a chegar. Tenho lido e relido o Merleau-Ponty, e considero muito importante a crítica que ele faz da Gestalt, por considerá-la ainda uma psicologia causalista. Já um golpe de morte no isomorfismo que, diz ele, pressupõe a existência de estruturas perceptivas anteriores à percepção: além do mais, as estruturas de que fala a Gestalt - diz ele - são estruturas tal como a ciência concebe, a aplicação desse conceito de estrutura ao campo perceptivo parece-lhe impossível. E vai por aí. Bem, abraça a Mary, dá-lhe lembranças da Teresa. A você também. Um grande abraço a você e voltamos logo com muita coisa para nos contar. O seu



Gullar

Carta de Ferreira Gullar a Mario Pedrosa, 16/2/59



*Os socialistas
e a III Guerra Mundial*
(1948)



Arte – necessidade vital
(1949)



*Panorama da pintura
moderna* (1952)



Dimensões da arte
(1964)



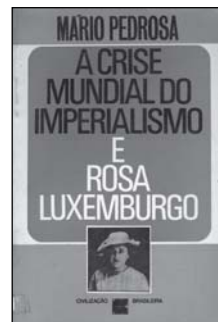
A opção brasileira
(1966)



A opção imperialista
(1966)



*Mundo, homem,
arte em crise*
(1975)



*A crise mundial do
imperialismo e Rosa
Luxemburgo* (1979)



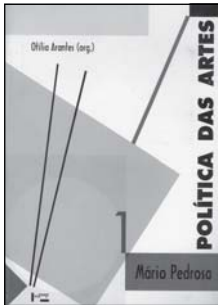
Arte – forma e personalidade (1979)



Sobre o PT (1980)



Dos muros de Portinari aos espaços de Brasília (1981)



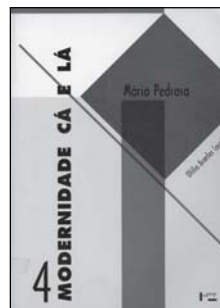
Política das artes
Coleção – v. 1
(1995)



Forma e percepção estética
Coleção – v. 2
(1995)



Acadêmicos e modernos
Coleção – v. 3
(1998)



Modernidade cá e lá
Coleção – v. 4
(2000)

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04417-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br

Na Internet: <http://editora.fpabramo.org.br>

Mario Pedrosa e o Brasil foi impresso na cidade de São Paulo em maio de 2001 na cidade de São Paulo. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 10/13/110%. Os filmes da capa e do miolo foram executados pela Graphbox. A capa foi impressa em papel Cartão Super 6 300g; o miolo foi impresso em papel Pólen Soft 80g e o caderno de fotos em papel couchê 90g.